

25

25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA

VOLUME 5 - TOMO 1 - ANÁLISE DO SETOR TERCIÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sinval Guazzelli

Governador

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Eduardo Emílio Maurell Müller

Secretário



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Entidade de direito privado instituída pela Lei nº 6.624, de 13 de novembro de 1973, destinada à execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e à elaboração de estatísticas, como órgão de apoio operacional do planejamento estadual.

CONSELHOS:

CONSELHO DE PLANEJAMENTO

Antônio Mário Pascual Bianchi
Dionysio Azambuja da Silva
Gaspar Albite Chuy
João Emery Buratto
Luiz de Vasconcellos
Odo Cazzulo
Leodegar Jost - PRESIDENTE DO CONSELHO

CONSELHO CURADOR

Ubirajara Pessano Ricciardi
Paulo Olímpio Gomes de Souza
Riograndino Vasconcellos Franzen

DIRETORIA:

PRESIDENTE: Leodegar Jost
DIRETOR TÉCNICO: Ítalo Danilo Fraquelli
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Roque Maldaner

GERÊNCIAS:

ANÁLISE: Mário Baiocchi
INDICADORES: Ário Zimmermann
INFORMÁTICA: Nilson Cáceres Sanabria
PROGRAMAS ESPECIAIS: Aldrovando Rosito Guerra
PUBLICAÇÕES: Antônio Gonzalez Mojon

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

25 ANOS DE ECONOMIA GAÚCHA

VOLUME 5 · TOMO 1

ANÁLISE DO SETOR TERCIÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE, RS
Janeiro, 1979

CONVENÇÕES

- ... O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno não existe.
- O fenômeno não existe.
- 0-00-0,00 O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada na tabela.

F981 Fundação de Economia e Estatística
25 anos de economia gaúcha. Porto Alegre,
1978.
5v. il.

CONTEÚDO. - v.1. Uma visão global da economia do Estado. - v.2. Aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico. - v.3. A agricultura do Rio Grande do Sul. - v.4. A indústria de transformação no Rio Grande do Sul. - v.5. Análise do setor terciário no Rio Grande do Sul.

● CDU 63(816.5)

Tiragem: 1.000 Código: 072
Editoração e Impressão: FEE
Pedidos e correspondência:
Fundação de Economia e Estatística
Rua Siqueira Campos, 1044 - 2º andar Fone: (0512) 25-9355
90.000 - Porto Alegre - RS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
INTRODUÇÃO	1-2
I - SOBRE A DIVISÃO SETORIAL DE COLIN CLARK E SUAS REPERCUSSÕES ANALÍTICAS ..	3-16
1. A divisão setorial de Colin Clark	5
2. Heterogeneidade do setor terciário: implicações analíticas da divisão setorial de Colin Clark ...	7
2.1 - Heterogeneidade quanto à forma de organização	7
2.2 - Heterogeneidade quanto à forma de mercado	8
2.3 - Heterogeneidade quanto à função econômica	9
3. Segmentos terciários e absorção de mão-de-obra	10
4. O significado da análise de um setor terciário regional	14
II - O COMPORTAMENTO DO PRODUTO TERCIÁRIO GAÚCHO	17-38
1. Nota introdutória	19
2. A estrutura setorial do produto da economia gaúcha	20
3. A estrutura interna do produto terciário	28
4. O produto terciário e os estágios de acumulação industrial brasileira	34
III - O COMPORTAMENTO DO EMPREGO TERCIÁRIO GAÚCHO	39-60
1. Nota introdutória	41
2. A absorção de mão-de-obra pelos setores econômicos	42
3. Evolução do emprego terciário por períodos	49
4. Estrutura ocupacional do setor terciário	53
IV - DOIS ASPECTOS DA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO TERCIÁRIO: O TRABALHO INFORMAL E A MÃO-DE-OBRA FEMININA	61-88
1. Nota introdutória	63
2. O trabalho "informal" no terciário	63
2.1 - A presença dos segmentos arcaicos no setor terciário	65
2.2 - Remuneração da mão-de-obra terciária e posição na ocupação	68
2.3 - Considerações finais	72
3. A mão-de-obra feminina no terciário	73
3.1 - Aspectos gerais do trabalho feminino	73
3.2 - Crescimento da força de trabalho feminina	78
3.3 - Participação feminina na força de trabalho do terciário gaúcho	82
V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	89-97

APRESENTAÇÃO

A elaboração do conjunto de estudos que compõe a série “25 Anos de Economia Gaúcha” constitui-se a principal preocupação da área de análise econômica da Fundação de Economia e Estatística desde a sua criação. Através desse conjunto de trabalhos, pretende a Instituição proporcionar ao público interessado uma visão abrangente do comportamento da economia do Rio Grande do Sul nas últimas décadas, aprofundando o conhecimento da realidade econômica gaúcha.

A análise do Setor Terciário gaúcho, aqui desenvolvida, está inserida dentro de um conjunto mais amplo de estudos sobre as principais atividades terciárias, do qual este documento pretende ser o marco inicial.

Este trabalho analisa a evolução do conjunto de atividades terciárias no Rio Grande do Sul, aproveitando a base de dados disponíveis – fundamentalmente os agregados Produto e Emprego –, buscando vincular os fenômenos observados a interpretações teoricamente fundamentadas, com o objetivo de proporcionar, além de uma visão interpretativa do comportamento desses agregados nas últimas décadas, a formulação de uma base teórica referente aos principais aspectos atinentes à análise do Setor, notadamente aqueles relacionados com o seu caráter regional e sua vinculação com os demais setores econômicos locais e do centro do País.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, "Análise do Setor Terciário no Rio Grande do Sul", constituiu-se no quinto volume da série "25 Anos de Economia Gaúcha" e aborda aquele que é, sem sombra de dúvida, o menos estudado dentre os segmentos da economia.

Como é natural, no transcorrer do período de elaboração, o trabalho teve suas proposições iniciais alteradas, à medida que o aprofundamento da pesquisa impunha novas linhas de investigação.

Inicialmente, sua estruturação estava sendo conduzida com o fito de realizar apenas um estudo descritivo do agregado Produto. Porém, o desenvolvimento, neste período, de um programa de estudos e discussões que proporcionou a compreensão básica do processo histórico de desenvolvimento econômico do Estado e um melhor entendimento da atuação das atividades componentes do Setor Terciário na economia, permitiu que o trabalho se definisse por uma linha interpretativa analítico-funcional mais abrangente.

Essa nova concepção baseou-se em subdividir a análise do setor no estudo individualizado de segmentos funcionalmente homogêneos, abandonando-se a idéia - incorreta do ponto de vista funcional - de um terciário globalmente organizado. Desta forma, a análise foi subdividida no estudo de cada um de seus componentes mais expressivos: Intermediação Financeira, Comércio, Serviços de Consumo Individual e Serviços de Consumo Coletivo. Apesar de ser extremamente consistente do ponto de vista teórico, essa concepção esbarrou em dificuldades no que se refere à disponibilidade de dados estatísticos adequados e à carência de um número suficiente de estudos teóricos e empíricos sobre alguns desses segmentos, impedindo que se dispusesse de uma massa de conhecimentos previamente acumuladas que pudesse servir como ponto de referência seguro para a análise.

Tendo em vista essas dificuldades e considerando o quase completo desconhecimento do terciário gaúcho, resolveu-se redefinir a estrutura e os objetivos do trabalho, pois seria interessante que a Unidade de Análise do Setor Terciário elaborasse, inicialmente, um estudo global do setor que permitisse verificar a evolução de seus principais agregados, sem deixar de lado, todavia, uma preocupação interpretativa. Optou-se, então, por uma proposta que, aproveitando ao máximo a base de dados disponíveis, buscasse vincular os fenômenos observados a interpretações teoricamente fundamentadas, evitando assim recair na mera descrição de dados. A análise foi conduzida para um estudo que procurasse avaliar, através das variáveis Produto e Emprego, as características da evolução do Setor Terciário na economia estadual e suas relações com a dinâmica de acumulação de capital na economia brasileira, ao longo das últimas décadas. Para tanto, foi necessário, inicialmente, situar as características conceituais de uma análise do terciário, através de uma revisão das várias interpretações que são dadas ao comportamento do setor em uma economia de desenvolvimento tardio.

Deve-se destacar, entretanto, que o abandono da concepção anterior não foi

completo. Os estudos referentes à Intermediação Financeira e ao Comércio de Mercadorias continuaram em andamento, apesar das dificuldades apontadas, dada a relação funcional desses segmentos com os setores produtivos em uma economia organizada em moldes capitalistas. Esses dois trabalhos serão, posteriormente, publicados na forma de anexos a este estudo global do setor e complementarão a análise dos segmentos que aqui são abordados de forma superficial.

Este trabalho é composto por cinco capítulos, afora esta introdução, nos quais se tem como objetivo proporcionar, além de uma visão geral do comportamento do Produto e do Emprego nas atividades terciárias gaúchas e suas relações com o processo de acumulação da economia nacional, nas últimas décadas, uma discussão dos principais aspectos pertinentes à análise do setor, tendo em vista, particularmente, o seu caráter regional e considerando suas relações com os demais setores econômicos locais e com a economia do resto do país.

O primeiro capítulo contém uma breve revisão dos principais aspectos teóricos atinentes à análise do Setor. É submetida a crítica à própria forma como o terciário foi definido dentro da divisão setorial da economia idealizada por Colin Clark, bem como as consequências analíticas dessa definição. No mesmo capítulo, são discutidas as principais dentre as diversas dicotomizações analíticas propostas para as atividades terciárias, sendo, ainda, abordada a questão da funcionalidade dos segmentos informais do setor para a reprodução de uma economia capitalista. Finalmente, são discutidos alguns aspectos implícitos na análise de um terciário regional, como é o caso do Setor Terciário gaúcho, objeto do estudo.

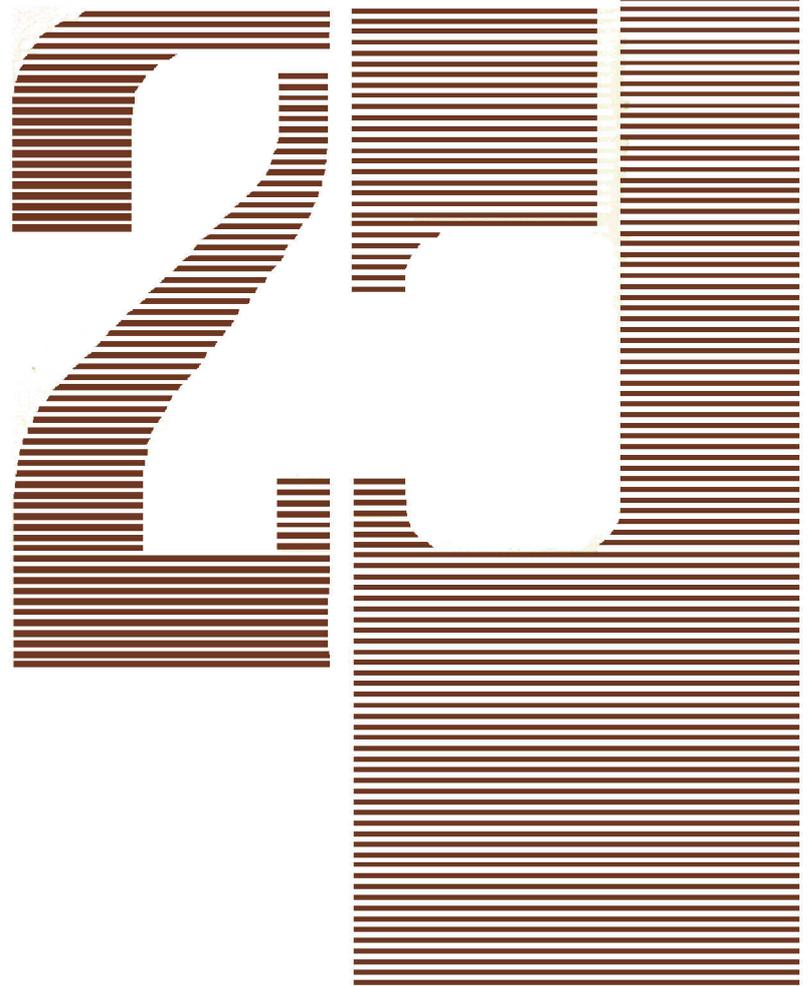
O segundo e o terceiro capítulos atêm-se, respectivamente, ao estudo da evolução do Produto e do Emprego no Terciário do Rio Grande do Sul. Seu objetivo único é proporcionar uma visão abrangente das variações desses agregados, ao longo do período sob análise, tanto no que se refere ao conjunto do setor quanto às atividades em que o mesmo é subdividido nos levantamentos estatísticos. O segundo capítulo estuda a evolução do produto das atividades terciárias gaúchas no período 1947-70, comparando-a à evolução do produto terciário brasileiro. A análise é dividida conforme as etapas conjunturais por que passou a economia brasileira nesse período, utilizando-se dos dados de Renda Interna elaborados pela Fundação Getúlio Vargas. O terceiro capítulo analisa a evolução do emprego no Setor Terciário gaúcho no período 1940-70, utilizando-se de informações contidas nos Censos Demográficos decenais da Fundação IBGE. São, também aqui, estabelecidas comparações com o comportamento do emprego terciário a nível nacional.

O quarto capítulo procura completar o estudo do emprego no setor, através da abordagem de dois aspectos particularmente relevantes da absorção de força de trabalho no Terciário. Em primeiro lugar, investiga as características e a importância da ocupação de mão-de-obra, em bases informais, nas atividades terciárias. Em segundo lugar, discute diversos aspectos da participação do trabalho feminino no setor.

O quinto e último capítulo constitui-se em uma síntese interpretativa da evolução do Setor Terciário no Estado nas últimas décadas, na qual se pretende consolidar, dentro de um único texto analítico, as conclusões a que chegaram os capítulos anteriores. As mudanças estruturais da economia gaúcha são vinculadas às da economia brasileira, tentando-se evidenciar os laços de dependência existentes entre o comportamento das atividades terciárias locais e a marcha do processo de acumulação em escala nacional.



capítulo I
sobre a divisão setorial de Colin Clark
e suas repercussões analíticas



*CAPÍTULO I - SOBRE A DIVISÃO SETORIAL DE COLIN CLARK
E SUAS REPERCUSSÕES ANALÍTICAS*

1. A divisão setorial de Colin Clark

A estruturação do conjunto de estudos que compõe a série "25 Anos de Economia Gaúcha", da qual faz parte este documento¹, baseou-se, em parte, na segmentação das atividades econômicas concebida pelo economista australiano Colin Clark². Essa segmentação define três grandes setores — denominados Primário, Secundário e Terciário — que abrangem, a grosso modo, as atividades agropastoris, industriais e de serviços, respectivamente. Trata-se de uma compartimentação das atividades econômicas, amplamente utilizada, servindo, inclusive, como base para o levantamento de dados estatísticos referentes à renda e ao emprego na maior parte dos países. A opção por esse modelo de segmentação econômica, na série "25 Anos de Economia Gaúcha", teve como motivo principal permitir a utilização direta dessa base de informações.

No entanto, a adoção dessa forma de divisão da economia possui implicações analíticas, principalmente no caso do Setor Terciário, que tornam necessárias considerações mais detalhadas a respeito das categorias propostas por Clark.

Segundo James, "...parece, a priori, que Colin Clark não tinha pendor para a sistematização teórica..."³. De fato, sua obra caracteriza-se pelo extenso levantamento de dados empíricos sobre comparações internacionais, paralelamente a uma carência de definições mais precisas das categorias fundamentais que utiliza. Por exemplo, os três setores econômicos

básicos — Primário, Secundário e Terciário — sobre os quais repousa o seu pensamento, não foram rigorosamente definidos. Clark utiliza, simultaneamente, dois critérios classificatórios em sua obra: um técnico-formal, o grau de transformação dos bens, e outro econômico, o nível de intensidade da produtividade do trabalho. O critério mais genérico que parece ter presidido essa classificação foi o técnico-formal. De acordo com esse critério do grau de transformação dos bens, as atividades mais ligadas à terra, caracterizadas pela produção de mercadorias obtidas, principalmente, com o concurso dos recursos naturais, couberam ao Setor Primário: agricultura, pecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Ao Setor Secundário couberam as atividades industriais entendidas como

¹ A série "25 Anos de Economia Gaúcha" é constituída por 6 volumes:

- V.1 - Uma Visão Global da Economia do Estado;
- V.2 - Aspectos Demográficos e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico do Estado;
- V.3 - A Agricultura do Estado;
- V.4 - Análise da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul;
- V.5 - Análise do Setor Terciário no Rio Grande do Sul;
- V.6 - O Setor Público no Rio Grande do Sul.

² CLARK, Colin. The conditions of economic progress. 3ed. London, MacMillan, 1957.

³ JAMES, Emile. O pensamento econômico no século XX. Rio de Janeiro, Agir, 1959. v.2 p.253.

aqueles voltadas para o beneficiamento e/ou transformação de matérias-primas e bens destinados à utilização final. Tomados, conjuntamente, os setores Primário e Secundário, da forma como foram definidos, abrangem a quase totalidade das atividades econômicas compreendidas na esfera da produção de mercadorias.

As demais atividades, não incluídas nos setores Primário e Secundário, foram, residualmente, classificadas no Setor Terciário. Dessa maneira, couberam a esse setor todas as atividades voltadas para a realização da produção, ou seja, as que compõem a esfera da circulação das mercadorias, bem como os serviços de consumo individual e coletivo. Em consequência, o Setor Terciário compõe-se de um amplo conjunto de atividades muito diferenciadas no que tange às funções econômicas que desempenham, à forma como se organizam e às estruturas de mercado em que se inserem, o que implica dificuldades bastante acentuadas em termos de precisão conceitual e de compreensão analítica. A característica unificadora mais evidente dessas atividades, embora carente de maior significado econômico, é o fato de, como regra geral, não gerarem bens tangíveis.

Após haver definido os setores dessa maneira — tendo em vista o grau de transformação dos bens produzidos por cada setor — Clark constatou, baseado em um amplo levantamento de informações e em estudos estatísticos pormenorizados, que a produtividade do trabalho humano era muito diferente em cada um dos três setores. Com base nessa constatação empírica, Clark passa a desenvolver o resto de sua obra. Os países foram classificados conforme o grau de produtividade e, em cada um deles, os setores econômicos foram ordenados segundo o mesmo critério.

Clark considera que, nos países

pobres, a participação do Setor Primário na renda é predominante. À medida que o país enriquece aumenta a participação dos demais setores, sem que, mesmo no caso dos países ricos, o Setor Secundário supere aproximadamente 1/4 (um quarto) do total da renda. Uma consequência necessária do desenvolvimento seria, portanto, o crescimento da participação relativa do Setor Terciário.

A divisão setorial de Clark torna-se, dessa maneira, instrumento para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico. O processo de desenvolvimento se realizaria em três etapas: na primeira, o crescimento do Setor Primário tende a se enfraquecer, pois o mesmo entra em regime de rendimentos decrescentes; segue-se um deslocamento da força de trabalho para o Setor Secundário, cujo crescimento constitui-se na segunda etapa, marcada por um aumento da produtividade e da renda "per capita". A partir da saturação relativa do mercado de bens manufaturados começa, então, a terceira etapa, com o crescimento do Setor Terciário.

Embora não caiba, no contexto deste trabalho, uma apreciação mais detalhada dos méritos e deméritos dessa concepção do processo de desenvolvimento, deve-se assinalar que essa consiste, em última análise, na generalização da experiência histórica dos países hoje desenvolvidos. É discutível a sua adequação à realidade atual dos países subdesenvolvidos, inseridos num quadro de relações econômicas internacionais que nem sempre favorece a reprodução das etapas propostas por Clark e que, ao contrário dos países adiantados, registram uma evolução marcada por profunda dualidade na sua estrutura econômica, onde coexistem, em um mesmo setor (no sentido dado por Clark), segmentos com produtividade e níveis de capitalização elevados, com outros de baixís-

síma produtividade e reduzida capitalização, que sobrevivem com a utilização, quase exclusiva, de força de trabalho, compondo um panorama, fundamentalmente, desigual.

O elemento mais peregrino da obra de Clark foi, sem sombra de dúvida, sua divisão setorial das atividades econômicas, que deitou raízes na contabilidade nacional da maior parte dos países de economia capitalista, servindo de base à decomposição dos grandes agregados econômicos.

2. Heterogeneidade do setor terciário: implicações analíticas da divisão setorial de Colin Clark

Em consequência da generalização do uso da classificação setorial de Colin Clark, tornou-se comum a análise das atividades econômicas desagregadas conforme as categorias por ele definidas. Também no caso da agricultura e da indústria, a utilização analítica dessas categorias apresenta inconvenientes. Porém, dado o grau de homogeneidade interna relativamente mais elevado desses setores e, também, pelo fato de se situarem essas atividades na esfera da produção de mercadorias, além de apresentarem como produto final um "produto" propriamente dito, ou seja, um bem materialmente corporificado, as dificuldades analíticas são bem menos acentuadas do que as colocadas para o estudo das atividades compreendidas no Setor Terciário, onde a heterogeneidade interna decorre da própria forma como esse setor foi definido.

A grande diversidade existente entre as atividades que são incluídas no Terciário pode ser percebida sob diversos ângulos. A forma mais elementar e óbvia dessa heterogeneidade é consequência do caráter residual que assume o setor, dada a forma como foi definido, ou seja, como abrangendo todas as atividades não liga-

das à agropecuária, à extração vegetal, animal e mineral, e à transformação industrial. Dessa maneira, ficam abrangidas no Setor Terciário, simultaneamente, atividades que são diretamente relevantes para os processos de produção e circulação (Intermediação Financeira, Transporte, Comércio, Comunicações, Armazenagem, Pesquisa); atividades que, embora não estejam diretamente ligadas à produção e circulação de mercadorias, são úteis do ponto de vista social (Serviços Domésticos, Educação, Saúde, Segurança) e outras atividades de duvidosa utilidade social (alguns serviços pessoais e atividades não sancionadas moralmente). O elo mais perceptível entre as atividades contidas no setor é, como já se afirmou, o caráter não tangível dos serviços que geram. Esse é, porém, um aspecto vazio de significado, já que nada diz sobre a natureza econômica dessas atividades, ou seja, a forma de organização que as identifica, a estrutura de mercado em que se inserem e a função econômica que desempenham.

Tendo em vista esses aspectos, que podem ser utilizados como critérios válidos para uma segmentação analítica da economia, é que se deve ponderar a importância da heterogeneidade das atividades que compõem o Terciário. Caso os mesmos sejam ignorados, incorrer-se-á em uma apreciação superficial e estereotipada dessas atividades.

2.1 - Heterogeneidade quanto à forma de organização

No Setor Terciário dos países subdesenvolvidos, coexistem, lado a lado, atividades profundamente diferenciadas no que se refere à forma como se organizam.

Por um lado, tem-se segmentos em que as relações entre os agentes econômicos assumem formas tipicamente capitalistas, como é o caso, por exemplo, da In-

intermediação Financeira, das parcelas "modernas" do Comércio de Mercadorias e de grande parte das atividades de Transporte, Comunicações e Armazenagem. Por outro lado, tem-se segmentos em que se evidencia a sobrevivência de formas de organização "atrasadas", como, por exemplo, algumas atividades desenvolvidas, predominantemente, por autônomos ou por trabalhadores sem vínculo empregatício "formal", frequentes na Prestação de Serviços Pessoais, nos Serviços de Confecção e Reparação, no pequeno Comércio Varejista, no Comércio Ambulante e nos Serviços Domésticos. Nessas atividades é infrequente a ocorrência do trabalho assalariado, elemento caracterizador da forma capitalista de organização da produção.

As formas "atrasadas" sobrevivem, em algumas atividades, em virtude da sub-remuneração da força de trabalho em relação aos setores "adiantados". Para a sua sobrevivência é fundamental a presença de um excedente estrutural de oferta de mão-de-obra, não absorvido pelos segmentos dinâmicos da economia, que se aloca nesses segmentos atrasados recebendo baixa remuneração.

Apesar de suas características "atrasadas", tais formas de organização não têm apresentado tendências ao desaparecimento, no sentido de serem substituídas pelas formas capitalistas. Ao contrário, têm-se mostrado capazes de sobreviverem ao lado destas, favorecendo, inclusive, a acumulação nos segmentos dinâmicos da economia, à medida que servem de reservatório para a massa excedente de mão-de-obra urbana. Esse excesso de força de trabalho, acumulada nos segmentos atrasados do Terciário, devido à falta de oportunidades de emprego em outros setores, além de constituir uma disponibilidade quase ilimitada de mão-de-obra para a expansão dos segmentos "dinâmicos", pressio-

na para baixo os níveis salariais vigentes no resto da economia, mantendo altas as taxas de lucro nos demais setores. Dessa maneira, nas economias subdesenvolvidas em que existe um excedente estrutural de mão-de-obra, a expansão das formas "adiantadas" de organização no Terciário ocorre, simultaneamente, com a sobrevivência de formas arcaicas, cuja subsistência é útil à dinâmica do processo de acumulação.

Esse tipo de heterogeneidade, que decorre da forma como se organizam os segmentos "adiantados" e "arcaicos", através de diferentes relações entre os agentes econômicos, não pode ser ignorado na análise das atividades compreendidas no Setor Terciário. Caso contrário, incorrer-se-ia na simplificação de considerar como idênticos, dentro de uma mesma categoria, segmentos tão distintos quanto, por exemplo, o grande Comércio Varejista, organizado de forma "moderna" e o Comércio Ambulante, exercido por camelôs, feirantes etc.

2.2 - Heterogeneidade quanto à forma de mercado

Outro aspecto economicamente relevante, segundo o qual se pode situar a heterogeneidade do Terciário, é o referente às estruturas de mercado vigentes nas diversas atividades que compõem o Setor.

Existem no Terciário algumas atividades exercidas em bases competitivas, onde as "barreiras à entrada" praticamente inexistem, dado o reduzido (ou mesmo nulo) volume de capital necessário para a sua execução, como é o caso de muitas das atividades contidas na Prestação de Serviços. Ao lado desses segmentos, caracterizados por estruturas de mercado competitivas, ocorrem outros que são, nitida-

mente, oligopolísticos, como, por exemplo, a Intermediação Financeira e vários ramos do Comércio.

Ocorrem também, no setor, numerosos casos de atividades exercidas na forma de monopólios, principalmente nas áreas de Transportes, Comunicações e Serviços Públicos em geral.

2.3 - Heterogeneidade quanto à função econômica

As atividades contidas no interior do Terciário diferenciam-se, também, quanto ao significado da função econômica que desempenham. Nesse sentido, pode-se identificar quatro "tipos" de atividades no Setor:

a) Atividades Ligadas ao Processo de Circulação das Mercadorias

São as que contribuem para viabilizar a colocação, junto ao consumidor final, dos artigos gerados nos segmentos da economia que produzem bens materiais. Incluem-se, nesse grupo, as atividades ligadas ao Comércio de Mercadorias, Intermediação Financeira, Transportes, Armazenagem, Comunicações, Publicidade, entre outras. Esses tipos de atividades — também denominados Serviços de Produção — estão voltados, fundamentalmente, para o atendimento das necessidades dos setores produtivos, estando seu comportamento ligado à evolução dessas necessidades. A forma como se organizam e atuam esses serviços influencia, diretamente, a acumulação nos segmentos produtivos da economia, dado que, em termos globais, o processo de circulação implica custos que são subtraídos às receitas que, potencialmente, poderiam ser auferidas pelos setores produtivos.

b) Serviços de Consumo Coletivo
São os que têm como objetivo

atender às necessidades de consumo da coletividade. Compreendem as atividades ligadas à Educação, Saúde, Previdência Social e Recreação, entre outras.

c) Serviços de Consumo Individual

Compreendem as atividades voltadas para o atendimento de necessidades individuais de consumo. Como exemplo de atividades abrangidas por este grupo podem ser citados os Serviços Pessoais, os Serviços Domésticos Remunerados e os Serviços prestados por alguns tipos de profissionais liberais.

d) Atividades Produtoras de Bens Materiais

Dentro do Terciário encontram-se, ainda, alguns exemplos de atividades que, segundo a lógica da classificação de Colin Clark, caberiam ao Setor Secundário. É o caso dos serviços de confecção e reparação, onde se incluem os joalheiros, eletricitas, alfaiates e sapateiros, entre outros. O ato da confecção, além de implicar a produção de um bem material, supõe a transformação de um bem em outro (por exemplo: tecido em roupa), o que configuraria, conforme Clark, uma atividade secundária. A "reparação", por seu lado, configura uma reprodução do bem reparado, ou seja, uma nova produção, à medida que transforma um artigo inútil em algo novamente útil, pouco se distinguindo, nesse sentido, da produção propriamente dita.

Os quatro agrupamentos acima não devem ser encarados como uma classificação formal das atividades terciárias, à medida que muitas dessas atividades podem situar-se na fronteira entre dois desses grupos, não podendo, facilmente, ser atribuídas a apenas um dos mesmos. Devem ser vistos, principalmente, como uma indicação superficial das diferenças funcionais existentes entre as atividades terciárias.

3. Segmentos terciários e absorção de mão-de-obra

As discussões sobre a absorção de mão-de-obra pelas atividades que compõem o Setor Terciário, bem como sobre a sua participação na renda gerada na economia, têm sido um dos pontos mais controversos da literatura que trata da problemática do desenvolvimento econômico. A relevância de tais discussões nasce, precisamente, do pano de fundo contra o qual são colocadas: economias de desenvolvimento tardio, onde a expansão demográfica e a urbanização vertiginosas defrontam-se com modelos de industrialização baseados em tecnologias capital-intensivas que pouco contribuem para a absorção de mão-de-obra.

Nesse contexto surgiram várias correntes interpretativas voltadas para o entendimento do significado econômico mais amplo das atividades terciárias, encaradas, principalmente, como "locus" de oferta de emprego para a força de trabalho urbana excedente nas economias subdesenvolvidas.

Em conseqüência da composição heterogênea do setor, surgiram, como parte dessas tentativas de interpretação, diversas proposições teóricas de classificação das atividades terciárias. Essas proposições consideram o papel dessas atividades na absorção de mão-de-obra, com a finalidade de definir segmentos relevantemente similares do ponto de vista analítico.

Dentre essas proposições de segmentação, uma das que melhor expressa o caráter dual da absorção de mão-de-obra pelo Terciário é a que classifica as atividades contidas no setor como "formais" ou "não-formais".⁴ O conceito de formalidade refere-se, fundamentalmente, às características de organização da unidade

econômica. As atividades "formais" seriam aquelas exercidas por empresas registradas que se organizam e atuam segundo o aparato legal vigente, enquanto as "informais" seriam as exercidas por agentes econômicos não organizados. O critério "forma de organização" não esgota, todavia, o conteúdo da dicotomia "formal-informal". Assim, pode-se dizer que as atividades informais distinguem-se, geralmente, das outras, também por aspectos tais como escala mínima da unidade, utilização intensiva de mão-de-obra, ausência de vínculo empregatício, operações descontínuas ou caráter intermitente da atividade (tarefeiros, por exemplo), além da competitividade, caracterizada pela extrema facilidade de entrada de novas unidades no mercado. Um traço geral que pode ser associado a essas atividades informais é a sub-remuneração da mão-de-obra em relação aos segmentos "formais", caracterizada sob diferentes formas, como, por exemplo, salários mais baixos, jornadas de trabalho mais prolongadas, remuneração por tarefas e ausência de acesso à assistência e previdência social.

Os segmentos "formais" e "não-formais", da maneira como foram conceituados, devem ser vistos mais como categorias "puras", uma vez que a realidade é composta por um número infinito de situações onde é difícil traçar uma linha limite entre um tipo de atividade e outro.

⁴ A esse respeito ver, entre outros: ALMEIDA, Anna Luiza Osório de. Distribuição de renda e emprego em serviços. Rio de Janeiro, IPEA, 1976. p. 14-27. (Relatórios de Pesquisa, 34).

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Rio de Janeiro, UFRJ, 1971. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia).

Outra dicotomização analítica das atividades terciárias, freqüentemente utilizada, é a constituída pelas categorias "atividades modernas"/"atividades tradicionais" (ou "arcaicas"). Essas categorias, até certo ponto, correspondem (ao menos empiricamente) às anteriormente referidas. Bhalla⁵, um dos autores que as utiliza, observa que, nas economias sub-desenvolvidas, o excedente de mão-de-obra é encontrado naqueles serviços "tradicionais" e "não-organizados" onde a oferta de mão-de-obra cria suas próprias oportunidades de emprego, pela subdivisão de um total dado de trabalho necessário. Não há, no caso, segundo esse autor, alguma relação observável do acréscimo de emprego com uma efetiva demanda por trabalho. O segmento "tradicional" seria, então, caracterizado como sendo aquele que se organiza em função da existência de uma oferta excedente de mão-de-obra sem possibilidade de absorção por outros setores, enquanto que o segmento "moderno" seria aquele cujo estímulo provém da demanda pelos serviços que oferece.

As categorias "atividades modernas"/"atividades tradicionais" apresentam o inconveniente de os termos que as definem trazerem implícitas conotações dinâmicas, sugerindo que as atividades hoje classificadas como "tradicionais" tenderiam, necessariamente, ao declínio, à medida que o crescimento impusesse a necessidade de sua substituição por atividades "modernas".

As atividades "informais" ou "tradicionais", da forma como foram conceituadas, correspondem, aproximadamente, ao que Singer⁶ denomina "Economia Autônoma". A sobrevivência desse setor autônomo, segundo ele, "são se explica pelo fato de os indivíduos nele engajados sub-remunerarem seu trabalho, seu capital e/ou sua terra. Os custos mais elevados desta produção

"autônoma" são compensados pela sub-remuneração dos fatores de produção: pessoas da família que trabalham e não recebem salários, o valor locativo do espaço doméstico utilizado para produção não é considerado na formação do preço do produto, o mesmo acontecendo com a depreciação dos instrumentos de produção, com as horas extras trabalhadas etc. Pode-se considerar esta tendência genérica à sub-remuneração dos fatores pelo seu ínfimo custo-oportunidade. Em outras palavras, os produtores autônomos sub-remuneram os fatores (em comparação com os níveis de remuneração que prevalecem na economia capitalista), porque não têm modos alternativos de utilizá-los. Isso significa que o setor autônomo é um depósito de fatores ociosos da economia de mercado".⁷

As considerações teóricas, implícitas nas definições das categorias que compõem as diversas dicotomizações analíticas do Terciário, evidenciam a preocupação dos estudiosos em caracterizar o setor não só pelo seu caráter heterogêneo, mas também como absorvedor de mão-de-obra excedente na economia, quer definindo os processos através dos quais se dá essa absorção, quer avaliando sua funcionalidade para a operação do sistema econômico como um todo. Tais considerações concentram-se na abordagem do crescimento do

⁵ BHALLA, A.S. The role of services in employment expansion. In: JOLLY, R. et alii, ed. Third world employment: problems and strategy. London, Penguin Books, 1973.

⁶ SINGER, Paul. Elementos para uma teoria de emprego aplicável a países não-desenvolvidos. São Paulo, Brasileira de Ciências, 1970. (Cadernos CEBRAP, 18).

O autor considera ainda um "setor de subsistência" o qual também pode ser tomado como "informal" ou "tradicional".

⁷ SINGER, op. cit., p.52.

emprego na parcela "informal", "tradicional" ou "autônoma" do setor, cuja forma de organização, como já foi mencionado, caracteriza-se, entre outros aspectos, pela utilização extensiva de mão-de-obra.

Vários autores dedicaram-se especificamente a aprofundar o entendimento da funcionalidade do movimento de absorção de mão-de-obra no terciário "informal" para a operação das economias capitalistas subdesenvolvidas, buscando captar as formas de inserção dessas atividades no âmbito do sistema econômico. Pode-se dizer que as várias abordagens existentes do tema podem ser agrupadas em duas grandes correntes, as quais, todavia, apresentam variações interpretativas. Essas variantes, porém, não chegam a ser tão expressivas ao ponto de descaracterizar o seu agrupamento nessas duas correntes principais.

Uma dessas correntes propõe a idéia de que a expansão do emprego no Setor Terciário informal constitui-se em um crescimento economicamente doentio, ou seja, uma "inchação" ocasionada pela insuficiente absorção de mão-de-obra por outros setores urbanos-industriais e terciário "formal", que tem como consequência a alocação dessa força de trabalho nas atividades informais do Terciário. Segundo Bhalla⁸ "somente uma pequena proporção do emprego no setor terciário, em países de economia subdesenvolvida com excedente de mão-de-obra, é função da elasticidade-renda da demanda por serviços. A massa de emprego deve ser encontrada no segmento tradicional e não-organizado do setor serviços (...), onde a oferta de mão-de-obra cria sua própria oportunidade de emprego ao dividir um quantum fixo de trabalho".

Essa posição é adotada por alguns autores ligados à "escola estruturalista", cuja fonte mais importante é a

CEPAL (Comisión Económica para América Latina), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas. Resumindo essa abordagem, Prebisch afirma que: "Nestes dois últimos decênios (...) só uma parte da força de trabalho foi absorvida produtivamente. Uma proporção elevada torna-se ociosa nos campos (...) e a gente que emigra continuamente para a cidade desloca no âmbito geográfico esta ociosidade: vai engrossar, para além do necessário, a gama heterogênea dos serviços, onde uma parte importante do aumento vegetativo da força de trabalho das próprias cidades também luta para se empregar. É uma absorção espúria e não genuína da força de trabalho, quando esta não fica completamente desamparada"⁹.

O aspecto mais característico do pensamento desta corrente consiste em, apenas, assinalar o caráter "doentio" ou "espúrio" da absorção de mão-de-obra por parte dos segmentos "informais" ou "tradicionais" do Terciário, não atribuindo alguma funcionalidade econômica mais ampla a essa absorção.

Mais recentemente surgiu, em resposta a essa linha de interpretação, uma nova corrente cuja concepção diverge da anterior quanto ao entendimento da funcionalidade, para a operação do sistema de mercado em países subdesenvolvidos, da absorção de mão-de-obra pelos setores "informais" ou "tradicionais" do Terciário. Trata-se, segundo afirmam os autores que a elaboraram, de uma tentativa de ir além da superfície do fenômeno, buscando explicações para a sua existência no âm-

⁸ BHALLA, op. cit., p. 287 (traduzido do original).

⁹ PREBISCH, Raul. Transformação e Desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina, Rio de Janeiro, BID; FGV, 1973. p.3.

bito das próprias necessidades do sistema econômico. Ao contrário de entender a "inchação" do segmento informal do Terciário como uma anomalia, interpretam-na como uma decorrência "normal" da operação do sistema de mercado em países subdesenvolvidos com excedente estrutural de oferta de mão-de-obra e, mesmo, como algo útil e necessário para a reprodução desse sistema. Dessa maneira, o acúmulo de mão-de-obra nos segmentos informais do Setor Terciário não apenas não se constituiria em um "peso morto" que só consome o excedente gerado em outros setores, como seria uma consequência "natural" e útil ao funcionamento de uma economia de mercado.

É importante ressaltar que essa interpretação não encerra nenhuma afirmação ética da desejabilidade ou não do processo referido de absorção de mão-de-obra. Exprime apenas, conforme os autores que a defendem, uma tentativa de entendimento da realidade como ela "é", e não como "deveria ser".

Segundo a interpretação dessa corrente, "a intensidade do crescimento industrial (brasileiro), que em 30 anos passa de 19% para 30% de participação no produto bruto, não permitirá uma intensa e simultânea capitalização dos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação propriamente capitalística. Tal contradição é resolvida mediante o crescimento não-capitalístico do setor terciário. Esse modelo nada tem de parecido com o terciário 'inchado', embora sua descrição possa coincidir: aqui, trata-se de um tipo de crescimento para esse setor - o dos serviços em geral - que não é contraditório com a forma de acumulação, que não é consumidor de excedente... A aparência de 'inchação' esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados

à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor..."¹⁰.

Dentro dessa mesma concepção, Kowarick¹¹ resalta outra forma importante de que se reveste a funcionalidade da absorção de mão-de-obra por parte dos segmentos informais para a operação do sistema econômico. "O enorme contingente de trabalhadores caracterizado por baixos níveis de remuneração, seja vendendo no mercado sua força de trabalho de forma intermitente em função dos ciclos do capital, seja trabalhando por conta própria, ou presentes nos ramos 'arcaicos', parece constituir um manancial que possui a virtualidade de permitir ao capital a fixação de padrões salariais altamente 'funcionais' à dinâmica da acumulação, à medida que facilita 'freiar' as escalas de remuneração da força de trabalho a níveis vários de qualificação"¹². Dessa colocação decorre atribuir um caráter de "exército de reserva" à mão-de-obra absorvida nos segmentos informais do Terciário.

Esse mecanismo de pressão sobre os padrões salariais assumiria caráter particularmente importante para os setores industriais organizados de forma competitiva, pois, ainda segundo Kowarick, seria "próprio do capital monopolista captar excedente das empresas competitivas,

¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira; crítica da razão dualista. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2): 29/out.1972.

¹¹ KOWARICK, L. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

¹² KOWARICK, op. cit., p.122.

entre outros meios, através da fixação de preços nos insumos utilizados no seu processo produtivo... Para a indústria competitiva que fornece ao monopólio, a remuneração do trabalho torna-se, em muitos casos, um fator crucial de sobrevivência, pelo simples fato dela ser concorrencial. Em última instância, isto significa que... (o setor monopolista)... usufrui de tal 'dinâmica' (frenagem da remuneração da força de trabalho) através da transferência dos valores agregados pela indústria competitiva..."¹³.

Como se observa, essa corrente de pensamento apresenta variações interpretativas que se diferenciam não só quanto ao tipo de funcionalidade global que postulam para a absorção de mão-de-obra pelo terciário "informal", mas também quanto às implicações teóricas das suas afirmativas.

Outro tipo de funcionalidade que poderiam assumir os segmentos "tradicionais" seria a de, no caso de alguns tipos de mercadorias de origem industrial ou agrícola, reduzir os custos de circulação, devido à baixa remuneração da mão-de-obra empregada nas atividades dedicadas à comercialização desses bens. Esse seria, por exemplo, o caso de alguns produtos hortigranjeiros cujas etapas finais de comercialização são efetuadas por elementos "autônomos" ou pequenos comerciantes "informais", bem como o de alguns produtos de origem industrial cuja venda final é realizada, predominantemente, por camelôs.

É importante observar que as categorias analíticas, aqui discutidas, não poderão ser diretamente utilizadas na análise da evolução do emprego no Terciário gaúcho, devido às dificuldades existentes para a sua quantificação a partir dos dados disponíveis. Apesar disso, essas considerações teóricas a respeito da absor-

ção de mão-de-obra pelo Setor Terciário, que pretenderam expor os aspectos mais relevantes do pensamento das diversas correntes que se dedicaram ao estudo do tema, serviram como guia para muitas passagens da análise do emprego terciário realizada no decorrer deste trabalho.

4. O significado da análise de um setor terciário regional

A análise do comportamento do Setor Terciário da Economia do Rio Grande do Sul, entendida como a análise de um segmento regional do Terciário brasileiro, implica o estudo de relações que ocorrem em dois níveis de interação econômica: o setorial e o regional. Embora os segmentos regionais do Terciário, pelas próprias características do setor, não participem, diretamente, da divisão inter-regional do trabalho, sofrendo os efeitos dessa divisão apenas de forma indireta, através das suas relações com os setores "produtivos" da economia (Primário e Secundário), o plano "regional" da sua análise não pode ser desprezado. Assim, a compreensão dos efeitos, sobre o Setor Terciário, das mudanças ocorridas ao nível dos setores produtivos da economia gaúcha, nas últimas décadas, supõe o entendimento de como tais mudanças ocorrem e quais os fatores que as determinam. Em consequência, o estudo da evolução do Terciário gaúcho requer, como premissa, que se leve em conta o papel que a economia do Estado assume dentro da divisão inter-regional do trabalho e, além disso, como esse papel se modifica em resposta às necessidades do processo de acumulação em escala nacional. Em última análise, as características desse processo de acumulação, ao se manifestarem, regionalmente,

¹³ Ibidem, p.122-3.

matizadas por outros fatores, como por exemplo as diferenças espaciais na dotação de recursos, vão determinar o comportamento dos setores produtivos e os ritmos de crescimento do produto e do emprego nos diversos segmentos dos terciários regionais.

As relações entre a acumulação em escala nacional e o comportamento dos setores terciários das regiões são mais difíceis de abordar que as existentes entre essa acumulação e o desempenho dos setores produtivos regionais. A dificuldade decorre, em parte, do caráter indireto dessas relações, que se estabelecem por intermédio dos setores produtivos, em razão das próprias características do Setor Terciário. A pequena exportabilidade dos serviços — consequência da sua intangibilidade — impede a especialização dos terciários regionais, não permitindo que participem, diretamente, da divisão inter-regional do trabalho. Por consequência, essa divisão se estabelece apenas ao nível dos setores produtivos — agricultura e indústria — onde a especialização é possível devido à exportabilidade dos seus produtos.

A reduzida participação do Terciário na divisão inter-regional do trabalho tem como consequência, também, o fato de que os seus segmentos regionais apresentam perfis de produto e emprego muito semelhantes. Evidentemente, a similitude entre os terciários regionais não pode ser absoluta. À medida que os setores produtivos das regiões se diferenciam, divergem as suas necessidades no que se refere à expansão dos diversos tipos de serviços. As exigências de uma região onde se verifica intensa acumulação urbano-industrial, no que se refere a tipos de atividades terciárias, obviamente não serão as mesmas de outra, periférica, que permanece agrícola e estagnada. Ainda

assim, em uma abordagem agregada, as semelhanças tendem a predominar sobre as diferenças, à medida que não é possível exportar ou importar a maior parte dos serviços e, por outro lado, em maior ou menor grau, os mesmos são demandados em todas as regiões.

Um fator a considerar, que possibilita a ocorrência de um certo grau de diferenciação inter-regional entre os perfis de emprego nos setores terciários, é a desigualdade entre regiões no que se refere às dimensões relativas do excedente estrutural de mão-de-obra. Esse fator determina, em parte, a maior ou menor importância dos segmentos informalmente organizados dentro dos terciários regionais. A sua importância não deve ser exagerada, pois as migrações tendem a distribuir o excedente de mão-de-obra entre regiões, levando à ubiquidade dos serviços informalmente organizados em escala nacional. A existência, em todas as regiões (principalmente naquelas em que a acumulação urbano-industrial se processa de forma mais acelerada), desses segmentos informais, que funcionam como depósito de mão-de-obra excedente no meio urbano, é fundamental para o processo de acumulação. De outra forma, esse processo seria obstaculizado por estrangulamentos locais na oferta de mão-de-obra que, provavelmente, implicariam uma pressão sobre os níveis salariais vigentes nas regiões onde a acumulação se processa de forma mais intensa. Essa pressão implicaria uma elevação dos custos e redução da taxa de lucro para as empresas que lideram esse processo, prejudicando a sua marcha.

As semelhanças entre os perfis de produto e emprego dos terciários regionais tendem — pelo menos ao nível dos conceitos em que essas informações são desagregadas nos levantamentos estatísticos — a se reproduzir. Isso ocorre porque

quando a acumulação exige a maior expansão relativa de um tipo de atividade terciária (por exemplo, as atividades financeiras ou comerciais), a não exportabilidade dos serviços impõe a dispersão dessa expansão entre as diversas regiões. Assim, se a acumulação exigir, por exemplo, uma expansão do comércio varejista, essa expansão se dividirá proporcionalmente aos mercados consumidores das diversas regiões, pois, embora a mercadoria que é objeto do comércio possa ser exportada, o ato de vendê-la ao seu consumidor final não o pode.

Nessas condições, as consequências regionais, ao nível do terciário, das mudanças nos padrões da acumulação nacional tendem a se manifestar, principalmente, em termos de uma diferenciação de ritmos de crescimento global dos setores regionais, mais do que em termos de uma diferenciação entre as estruturas desses terciários. A forma como cada região se insere na divisão do trabalho define o

dinamismo potencial da acumulação nos setores produtivos nela localizados. O grau do dinamismo desses setores determinam as possibilidades de expansão dos serviços, tomados conjuntamente. Os subsetores que mais crescem tendem a ser os mesmos em todas as regiões, dado o nível de agregação em que são definidos, embora, dentro desses subsetores, as atividades de maior crescimento possam não ser exatamente as mesmas, devido às particularidades das economias regionais.

Em consequência dessas considerações, torna-se evidente que a compreensão do comportamento do Setor Terciário do Rio Grande do Sul exige que se leve em conta as características dos padrões de acumulação dominantes na história recente da economia nacional e as formas como os setores produtivos da economia gaúcha se integram aos centros hegemônicos, na vigência desses padrões, via divisão inter-regional do trabalho.



capítulo II
o comportamento do
produto terciário gaúcho

23

CAPÍTULO II - O COMPORTAMENTO DO PRODUTO TERCIÁRIO GAÚCHO

1. Nota introdutória

Ao se iniciar o estudo do comportamento do produto das atividades terciárias no Rio Grande do Sul é importante ter presente o inevitável caráter aproximativo das estimativas dessa variável. Conseqüentemente, quaisquer conclusões que venham a ser aqui expostas ficam condicionadas à eficácia dessas estimativas em representar com fidedignidade o comportamento dos fenômenos que pretendem medir. Essa advertência, obviamente, não implica qualquer crítica específica à metodologia usada pela fonte dos dados para as suas estimativas, já que se aplica a qualquer tentativa de mensuração das grandezas econômicas, principalmente do agregado Produto.

A dificuldade em se estimar as variáveis econômicas terciárias tem como causa o próprio caráter da divisão setorial elaborada por Colin Clark. De fato, como foi visto anteriormente, essa classificação, baseando-se, unicamente, em constatações empíricas acerca do grau de transformação dos bens e da produtividade da mão-de-obra nas diversas atividades econômicas, não proporciona condições precisas para o levantamento das informações e para a agregação das atividades econômicas em seus três setores. Mais ainda, a forma residual com que foram classificadas as atividades componentes do Terciário e, principalmente, o fato de terem como elo de homogeneidade a característica de não gerarem bens materiais em seu processo produtivo, conseqüentemente não sendo possível manter-se um estoque de bens

tangíveis, implicam a inexistência de uma forma facilmente mensurável e consistente na avaliação, tanto quantitativa como qualitativa, de seus agregados econômicos. Por essa razão, deve-se ter em mente, no transcorrer da análise, que os dados que estão sendo estudados são uma estimativa grandemente sujeita a erro. Maria da Conceição Tavares, em seu livro "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro"¹, ao tecer considerações sobre o Setor Terciário, resume as dificuldades existentes na obtenção destas informações dizendo, textualmente, em relação à medida do seu produto, que "... o terciário é o setor menos coberto pela informação estatística disponível e a que existe é extremamente precária. As suas taxas históricas de expansão e evolução da sua participação no Produto Nacional devem estar,

¹ TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

francamente, subestimadas² e a informação quantitativa disponível a respeito dos seus subsetores é escassa, incompleta e pouco segura³.

Cabe ainda assinalar que, sendo o Setor Terciário constituído por atividades que refletem, em maior ou menor grau, a atuação dos setores produtivos, a interpretação das transformações ocorridas nesse setor só é possível tendo-se como base as mudanças por que passaram os demais. O nível de agregação das informações disponíveis referentes ao produto terciário, todavia, não favorece o estudo dessas relações intersetoriais, limitando as possibilidades analíticas deste capítulo. A consulta aos demais volumes da série "25 Anos de Economia Gaúcha"⁴ poderá fornecer ao leitor um painel amplo da evolução da economia estadual, favorecendo a compreensão do comportamento do Setor Terciário gaúcho.

Os dados utilizados neste capítulo são originados das estimativas da renda interna⁵ segundo ramos de atividades por Unidades da Federação publicadas pelo Centro de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas - IBRE/FGV, através dos exemplares de setembro de 1971 e dezembro de 1973 da revista *Conjuntura Econômica*⁶. Todas as informações utilizadas são originárias dessas estimativas e foram consideradas a preços constantes, com base no ano de 1949.⁷

2. A estrutura setorial do produto da economia gaúcha

A economia gaúcha ao se encontrar articulada ao espaço econômico nacional coloca-se como um segmento periférico, já que seu desempenho, inserido e dependente, espelha as conseqüências do comando econômico do centro hegemônico do País.

Os anos 30 são um marco na evo-

² "As estimativas das Contas Nacionais baseiam-se, para o subsetor Comércio, em médias ponderadas das taxas de crescimento dos dois grandes setores diretamente produtivos (Agricultura e Indústria) e do setor externo, e para outros ramos são meras extrapolações a uma taxa vegetativa de crescimento demográfico. Isso subestima, obviamente, o valor do produto: no caso do Comércio, dado o alongamento do processo produtivo industrial, a ampliação espacial dos mercados e a diminuição da participação do setor externo, as atividades comerciais devem, naturalmente, ter-se expandido a um ritmo superior à média ponderada dos três agregados. Por outro lado, ao fazer estimativas para certos setores, como serviços pessoais, governo, alugueis etc., na base de uma taxa vegetativa de 2,8% ao ano, quando a taxa de expansão urbana foi de 5%, está-se deteriorando, violenta e artificialmente, os níveis de produto homem ocupado no Setor Serviços, sem que haja evidência de uma diminuição tão grande da "produtividade real", pelo menos nos ramos "modernos" de alguns subsetores, nas grandes cidades do Brasil." Vide: TAVARES, Maria da Conceição, op. cit. p.139.

³ TAVARES, Maria da Conceição, op. cit. p.139.

⁴ Principalmente nos seus volumes: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *25 Anos de Economia Gaúcha; A agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1978. v.3. —. *25 Anos de Economia Gaúcha; A indústria de transformação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1977. v.4.

⁵ Da mesma forma que nos demais volumes desta série, no presente trabalho considera-se a renda estadual como equivalente ao seu Produto Interno Líquido a Custo de Fatores.

⁶ Embora o exemplar da revista *Conjuntura Econômica* de julho de 1977 tenha publicado uma revisão dessas informações para os anos de 1949, 1959 e a atualização para 1970, não estão sendo utilizadas tendo em vista que se fundamentam em estatísticas básicas diferentes e, portanto, sem possibilidade de comparação com as estimativas anteriormente divulgadas. Prefere-se aqui permanecer com a série anterior da FGV com a finalidade de compatibilizar as informações usadas nesse trabalho com as utilizadas nos demais volumes da série "25 Anos de Economia Gaúcha".

⁷ Os deflatores utilizados são os publicados no documento *Estudo de Deflatores para a Economia do Rio Grande do Sul*, realizado pela FEE em setembro 1974.

Tabela 1

Produto Interno Líquido a custo de fatores, no Brasil — 1947-70

(Cr\$ 1 000 a preço de 1949)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMÉRCIO	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS
1947	54 052,46	32 297,99	86 542,07	32 179,41	7 810,40
1948	57 799,68	35 940,33	92 025,10	34 226,11	8 188,29
1949	60 394,20	39 628,00	98 019,50	36 320,00	8 927,20
1950	61 301,98	44 104,03	105 510,31	38 347,17	10 835,85
1951	61 724,15	46 921,28	114 752,39	42 739,86	12 094,18
1952	67 338,29	49 255,86	126 203,71	44 134,29	13 076,71
1953	67 460,11	53 538,28	127 938,66	42 317,52	13 926,04
1954	72 774,75	58 174,04	143 143,28	49 017,53	16 016,87
1955	78 391,32	64 356,73	150 157,26	49 003,88	16 850,62
1956	76 519,26	68 794,22	156 898,87	46 434,00	17 033,28
1957	83 645,86	72 718,28	170 205,79	49 333,02	19 069,65
1958	85 335,97	84 488,07	181 895,75	51 280,79	22 891,06
1959	89 866,53	94 512,73	186 950,17	55 771,39	22 949,95
1960	91 275,16	103 587,78	209 507,63	60 819,70	27 539,88
1961	101 401,83	114 603,94	233 351,55	63 805,74	29 942,02
1962	106 957,96	123 560,51	242 405,03	67 761,52	33 748,39
1963	108 045,09	123 797,68	248 408,14	69 929,33	33 135,17
1964	109 494,64	130 178,09	254 639,22	66 972,64	36 231,79
1965	124 593,23	124 035,64	259 150,06	65 883,15	41 645,91
1966	120 667,60	138 539,48	274 515,13	67 882,47	46 371,87
1967	127 492,16	142 660,83	289 116,75	68 190,30	49 364,85
1968	129 243,62	164 773,21	317 337,83	77 940,91	53 858,89
1969	136 974,04	182 486,85	346 949,47	85 362,04	61 694,55
1970	144 644,10	202 816,10	382 323,50	-	-

ANOS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUEIS	OUTROS SERVIÇOS	RENDA INTERNA
1947	11 499,47	12 049,90	4 960,34	18 042,25	172 892,52
1948	12 360,70	13 486,96	5 764,36	17 998,68	185 765,11
1949	13 722,80	14 696,40	6 323,30	18 029,80	198 041,70
1950	13 709,19	15 953,35	7 579,05	19 085,69	210 916,32
1951	14 022,40	16 881,92	7 775,62	21 238,40	223 397,82
1952	15 173,23	17 274,39	8 631,16	27 913,94	242 797,86
1953	15 563,34	19 182,35	9 664,20	27 285,21	248 937,05
1954	15 470,86	18 443,85	10 420,36	33 773,80	274 092,07
1955	18 142,26	21 013,52	10 159,61	34 987,38	292 905,31
1956	20 919,33	25 573,45	10 299,38	36 639,43	302 212,35
1957	21 667,36	26 508,90	12 714,69	40 912,17	326 569,93
1958	22 404,73	27 523,55	13 925,21	43 870,40	351 719,79
1959	23 343,42	30 504,75	12 865,61	41 515,06	371 329,43
1960	24 817,17	32 938,31	11 713,30	51 679,27	407 370,57
1961	30 324,79	38 875,17	11 359,24	59 044,59	449 357,32
1962	30 707,18	42 326,58	9 126,30	58 735,06	472 923,50
1963	30 241,74	46 143,82	11 769,50	57 188,57	480 250,91
1964	29 825,75	48 852,57	11 131,15	61 625,31	494 311,95
1965	31 063,51	46 222,53	8 722,11	65 612,85	507 778,93
1966	29 257,19	49 365,94	10 718,02	70 919,65	533 722,21
1967	32 097,50	53 026,35	12 200,94	74 236,81	559 269,74
1968	33 159,67	56 883,48	16 021,41	74 973,47	611 354,66
1969	34 988,61	62 002,62	17 545,25	85 356,40	666 410,36
1970	-	-	-	-	729 783,70

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FGV.

- NOTA: 1. Os dados até 1968 foram retirados da CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.25, n.9, set.1971.
2. Os dados de 1969 foram retirados da CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.27, n.12, dez.1973.
3. Os dados de 1970 são estimativas da FEE.
4. Os dados foram deflacionados de acordo com os valores encontrados na Publicação FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Estudo de deflatores para a economia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1974.

Tabela 2

Composição percentual do PILcf, por setores, no Brasil — 1947-70

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	RENDA
1947	31,26	18,68	50,06	100
1948	31,11	19,35	49,54	100
1949	30,50	20,01	49,49	100
1950	29,07	20,91	50,02	100
1951	27,63	21,00	51,37	100
1952	27,73	20,29	51,98	100
1953	27,10	21,51	51,39	100
1954	26,55	21,22	52,23	100
1955	26,76	21,97	51,27	100
1956	25,32	22,76	51,92	100
1957	25,61	22,27	52,12	100
1958	24,26	24,02	51,72	100
1959	24,20	25,45	50,35	100
1960	23,14	25,43	51,43	100
1961	22,57	25,50	51,93	100
1962	22,61	26,13	51,26	100
1963	22,50	25,78	51,72	100
1964	22,15	26,34	51,51	100
1965	24,54	24,43	51,03	100
1966	22,61	25,96	51,43	100
1967	22,80	25,51	51,69	100
1968	21,14	26,95	51,91	100
1969	20,56	27,38	52,06	100
1970	19,82	27,79	52,39	100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 1.

Tabela 3

Taxas anuais de crescimento do PILcf, por setores, no Brasil — 1947-70

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	RENDA INTERNA
1947	-	-	-	-
1948	6,9	11,3	6,3	7,4
1949	4,5	10,3	6,5	6,6
1950	1,5	11,3	7,6	6,5
1951	0,7	6,4	8,8	5,9
1952	9,1	5,0	10,0	8,7
1953	0,2	8,7	1,4	2,5
1954	7,9	8,7	11,9	10,1
1955	7,7	10,6	4,9	6,9
1956	-2,4	6,9	4,5	3,2
1957	9,3	5,7	8,5	8,1
1958	2,0	16,2	6,9	7,7
1959	5,3	11,9	2,8	5,6
1960	4,9	9,6	12,1	9,7
1961	7,6	10,6	11,4	10,3
1962	5,5	7,8	3,9	5,2
1963	1,0	0,2	2,5	1,5
1964	1,3	5,2	2,5	2,9
1965	13,8	-4,7	1,8	2,7
1966	-3,2	11,7	5,9	5,1
1967	5,7	3,0	5,3	4,8
1968	1,4	15,5	9,8	9,3
1969	6,0	10,8	9,3	9,0
1970	5,6	11,1	10,2	9,5
1948/70	4,6	8,7	7,0	6,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 1.

lução da estrutura econômica brasileira, pois assinalam o término da hegemonia primário-exportadora e os passos iniciais do predomínio da formação urbano-industrial. A depressão de 1929-30 impôs dificuldades econômicas para viabilizar a exportação de nossos produtos agrícolas, ocasionando a necessidade de transferência de um excedente econômico para meios alternativos de realização. Ao mesmo tempo, esta abrupta queda nas trocas com os países industrializados gerou um "vazio" de oferta para um enorme volume de bens importados até então, que vai proporcionar as condições para a produção dos mesmos no País, satisfazendo a demanda interna crescente. Tais fenômenos fornecem as bases para a industrialização brasileira.

Nesse contexto, coube ao Setor Terciário importante papel. O crescimento industrial brasileiro expandia-se sobre uma base de acumulação capitalista bastante restrita⁸, pois a agricultura de exportação, sendo o pólo dinâmico da economia nacional até a década de 30, organizou-se de tal forma, em termos de capital básico, que não proporcionou o desenvolvimento de uma infra-estrutura urbano-industrial, em termos de serviços, adequada às necessidades da expansão do parque fabril.

À medida que o excedente econômico foi canalizado para o setor que apresentava maior lucratividade — a empresa industrial —, não houve condições para uma capitalização simultânea nos serviços. Como essa acumulação não podia ocorrer sem o apoio de toda uma infra-estrutura urbana adequada, tornava-se imprescindível compatibilizar a contínua expansão capitalista do parque fabril com a inexistência de um padrão semelhante de expansão para o Setor Serviços. Na impossibilidade de alocar excedente suficiente para financiar o crescimento destes dois setores conjuntamente, a alternativa para

a necessária expansão do Terciário deu-se através da utilização intensiva de mão-de-obra, que era abundante, acoplada a baixíssimos níveis de capitalização.⁹

Essas modificações na estrutura econômica brasileira ocasionaram mudanças na composição setorial do produto, as quais, quantitativamente, podem ser avaliadas através dos dados das Tabelas 2 e 3.

Em 1947, a agricultura brasileira apresentou uma participação na composição da renda interna de 31,26%, a qual decresceu para 19,82% em 1970, enquanto a indústria cresceu de 18,68% para 27,79%, nesse período. Chama a atenção o fato de que, somente, em 1959 o Setor Secundário ultrapassou a agricultura em participação na composição da renda interna nacional. O Setor Terciário, praticamente, não sofreu alterações em sua participação na renda brasileira ao longo de todo o período. De 50,06% em 1947 passa para 52,39% em 1970. Pode-se notar, assim, que a perda de posição relativa da agricultura deu-se, quase exclusivamente, em benefício da indústria. O produto terciário acompanhou o ritmo médio de crescimento do produto brasileiro, mantendo sua participação relativamente constante.

Também pode-se perceber que durante todo o período em questão, foi o Setor Terciário aquele que apresentou maior constância no ritmo de crescimento de sua renda, pois essa variou sempre po-

⁸ Ver TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1974. p.68 (Tese de livre docência, apresentada à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ). (mimeo). No trabalho, a autora chama a industrialização, daquele período, de "restringida".

⁹ Ver OLIVEIRA, Francisco de, op. cit., nota 10 capítulo I.

Tabela 4

Produto Interno Líquido, a custo de fatores, no Rio Grande do Sul — 1947-70

(Cr\$ 1 000 a preço de 1949)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMÉRCIO	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS
1947	7 202,94	2 578,30	7 804,75	3 195,37	677,32
1948	6 782,61	2 826,43	7 768,49	3 085,42	695,40
1949	6 967,00	3 066,50	8 319,80	3 326,30	771,90
1950	7 443,12	3 515,21	8 783,70	3 278,95	877,17
1951	8 140,10	3 847,18	9 599,90	3 587,22	984,65
1952	8 996,02	4 101,06	10 675,96	3 751,86	1 154,34
1953	9 448,81	4 576,21	10 974,17	4 049,67	1 104,61
1954	10 208,94	4 770,65	12 277,78	4 435,65	1 254,50
1955	10 687,49	4 836,56	12 750,02	4 531,72	1 323,27
1956	11 958,00	5 260,25	13 809,64	4 547,16	1 332,91
1957	10 752,37	5 354,60	15 378,43	4 323,35	1 512,23
1958	10 411,32	6 254,35	15 678,45	4 252,89	1 783,93
1959	10 645,12	6 489,42	15 056,20	4 478,48	1 751,85
1960	9 521,99	6 991,99	16 952,48	4 725,18	2 042,89
1961	9 665,39	7 618,47	18 394,63	4 973,92	2 243,93
1962	11 709,59	8 096,29	19 393,90	5 496,54	2 855,86
1963	11 673,82	7 916,70	20 021,64	5 554,97	2 650,22
1964	11 643,89	8 106,58	20 306,78	5 327,05	2 886,07
1965	13 707,50	8 037,77	20 647,14	5 061,66	3 305,13
1966	12 973,10	8 370,05	22 168,40	4 977,69	4 098,84
1967	13 234,80	8 246,73	22 562,13	4 866,45	4 411,86
1968	14 007,70	9 715,36	24 889,49	5 314,97	4 801,21
1969	16 855,90	10 457,83	27 359,10	5 837,20	5 662,10
1970	18 527,00	11 461,70	31 212,70	-	-

ANOS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUEIS	OUTROS SERVIÇOS	RENDA INTERNA
1947	892,87	1 200,59	159,14	1 679,45	17 585,99
1948	877,59	1 261,89	174,70	1 673,49	17 377,53
1949	1 006,90	1 356,00	185,60	1 673,10	18 353,30
1950	1 022,71	1 380,72	456,96	1 767,19	19 742,03
1951	1 077,08	1 515,31	491,70	1 943,94	21 587,18
1952	1 213,09	1 633,16	515,96	2 407,55	23 773,04
1953	1 107,31	1 856,97	561,72	2 293,90	24 999,19
1954	1 157,15	1 845,30	619,92	2 965,27	27 257,37
1955	1 421,20	1 812,02	578,44	3 080,37	28 274,07
1956	1 534,14	2 540,70	543,00	3 311,72	31 027,89
1957	1 833,04	2 854,21	1 133,32	3 722,28	31 485,40
1958	1 822,55	3 062,16	827,20	3 929,72	32 344,12
1959	1 737,45	2 835,03	716,86	3 536,53	32 190,74
1960	1 870,17	3 224,21	602,47	4 487,56	33 466,46
1961	2 211,19	3 133,54	766,50	5 065,54	35 678,49
1962	2 041,45	3 469,77	517,35	5 012,92	39 199,78
1963	2 009,65	4 260,86	671,39	4 874,54	39 612,16
1964	1 826,77	4 273,70	746,95	5 246,24	40 057,25
1965	1 627,31	4 437,61	589,27	5 626,16	42 392,41
1966	1 557,19	4 716,54	756,14	6 062,00	43 511,55
1967	1 914,39	4 644,34	370,50	6 354,60	44 043,66
1968	2 122,58	4 947,12	974,23	6 729,38	48 612,55
1969	2 183,30	5 390,10	1 069,70	7 216,70	54 672,83
1970	-	-	-	-	61 201,40

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FGV.

- NOTA: 1. Os dados até 1968 foram retirados da CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.25, n.9, set.1971.
2. Os dados de 1969 foram retirados da CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.27, n.9, set.1973.
3. Os dados de 1970 são estimativas da FEE.
4. Os dados foram deflacionados de acordo com os valores encontrados na Publicação FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Estudo de deflatores para a economia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1974.

Tabela 5

Composição percentual do Produto Interno Líquido, a custo de fatores,
no Rio Grande do Sul — 1947-70

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	RENDA
1947	41,33	14,80	43,87	100
1948	39,43	16,43	44,14	100
1949	38,35	16,88	44,77	100
1950	38,59	18,23	43,18	100
1951	38,59	18,24	43,17	100
1952	38,68	17,63	43,69	100
1953	38,66	18,73	42,61	100
1954	38,33	17,91	43,76	100
1955	38,59	17,46	43,95	100
1956	39,23	17,25	43,52	100
1957	35,43	17,64	46,93	100
1958	33,04	19,84	47,12	100
1959	33,82	20,62	45,56	100
1960	28,97	21,28	49,75	100
1961	27,69	21,82	50,49	100
1962	30,27	20,93	48,80	100
1963	29,98	20,33	49,69	100
1964	29,62	20,62	49,76	100
1965	32,79	19,23	47,98	100
1966	30,34	19,58	50,08	100
1967	30,31	18,88	50,81	100
1968	29,40	20,40	50,20	100
1969	31,45	19,51	49,04	100
1970	30,27	18,73	51,00	100

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Tabela 4.

sitivamente, nunca ultrapassando a taxa de 12,1% ao ano, enquanto que os setores ditos produtivos — Primário e Secundário — apresentaram em alguns momentos acentuada instabilidade, ora com taxas negativas, ora com taxas bastante superiores à média nacional.¹⁰ O crescimento da renda gerada na economia como um todo manteve-se, relativamente, pouco oscilante, sendo sempre positivo e não ultrapassando os 10,3% anuais. No transcorrer do período, o Terciário manteve taxas de crescimento semelhantes às do conjunto da renda nacional, enquanto a indústria apresentava-as bastante superiores às dos demais setores.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, as modificações estruturais do produto revelam um comportamento diferente do ocorrido a nível nacional. A renda interna gaúcha não sofre a inversão de posições relativas entre agricultura e indústria, indicando apenas uma pequena

tendência neste sentido. Em 1947, a participação da agricultura na renda estadual era de 41,33% enquanto que a da indústria era de 14,80%. No final do período em estudo, 1970, a agricultura decresceu para 30,27%, crescendo a indústria para 18,73%. A parcela de participação do conjunto de atividades terciárias, por sua vez, cresceu, passando de um percentual de 43,87% para 51,00%.

A intensidade do crescimento do produto gaúcho pode ser visualizada através da Tabela 6. Todos os setores apresentaram flutuações em suas taxas de crescimento anual bastante superiores às apresentadas pelos setores econômicos bra-

¹⁰ Em geral altas taxas de um dos setores produtivos correspondem a baixas taxas do outro, não evidenciando, todavia, nenhuma relação consistente entre ambos ou com a intensidade de crescimento do produto terciário.

sileiros, fato que pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento intermitente do Setor Primário gaúcho¹¹ que imprime, pela sua elevada participação na apropriação da renda, alta sensibilidade à economia do Rio Grande do Sul. No decorrer do período, a agricultura apresentou-se em sete anos com taxas negativas de crescimento, enquanto o mesmo ocorreu com a indústria em três anos. Pode-se observar que, no período, a taxa anual média de crescimento do produto gaúcho foi menor do que a brasileira, refletindo a perda de posição relativa da economia do Estado no contexto nacional.

do produto primário estadual foi de 3,9% ao ano, enquanto no País alcançava 4,6%. Nos outros setores, as diferenças foram mais marcantes: na indústria, 6,6% contra 8,7% e, nos serviços, 6,5% contra 7,0%, respectivamente, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Assim, a economia gaúcha apresentou uma taxa média de crescimento do seu produto interno de 5,3% ao ano, enquanto a taxa brasileira foi de 6,8% ao ano.

As explicações para essa evolução dispar entre o produto rio-grandense e o brasileiro podem ser buscadas nas características próprias do processo his-

Tabela 6

Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Líquido, a custo de fatores, no Rio Grande do Sul — 1947-70

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	RENDA INTERNA
1947	-	-	-	-
1948	-5,8	9,6	-0,5	-1,2
1949	2,7	8,5	7,1	5,6
1950	6,8	14,6	5,6	7,6
1951	9,4	9,4	9,3	9,3
1952	10,5	6,6	11,2	10,1
1953	5,0	11,6	2,8	5,2
1954	8,0	4,2	11,9	9,0
1955	4,7	1,4	3,8	3,7
1956	11,9	8,8	8,3	9,7
1957	-10,1	1,8	11,4	1,5
1958	-3,2	16,8	2,0	2,7
1959	2,2	3,8	-4,0	-0,5
1960	-10,6	7,7	12,6	4,0
1961	1,5	9,0	8,5	6,6
1962	21,1	6,3	5,4	9,9
1963	-0,3	-2,2	3,2	1,1
1964	-0,3	2,4	1,4	1,1
1965	17,7	-0,9	1,7	5,8
1966	-5,4	4,1	7,4	2,6
1967	2,0	-1,5	1,8	1,2
1968	5,8	17,8	10,3	10,4
1969	20,3	7,6	9,9	12,5
1970	9,9	9,6	14,1	11,9
1948/70	3,9	6,6	6,5	5,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 4.

A Tabela 6 permite, ainda, verificar que a inferioridade de crescimento gaúcho ocorreu em todos os setores da economia. Nem mesmo a agricultura, setor econômico mais importante do Estado, superou a brasileira. A taxa média de crescimento

tórico gaúcho. No início do século, en-

¹¹ Sobre a intermitência do crescimento do produto gaúcho é interessante ver FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 Anos de Economia Gaúcha: Uma visão global da economia do Estado. Porto Alegre, 1976. v.1.

quanto o centro hegemônico da economia brasileira estava voltado para o mercado externo, através da expansão cafeeira, o Rio Grande do Sul tinha consolidado sua posição de exportador para o mercado interno, quer através de sua bem diferenciada lavoura — com a qual caracterizava-se como "Celeiro do Brasil" —, quer através de sua pecuária de campanha e sua razoável agroindústria de couro.¹²

Com a crise de 1930, os estados exportadores iniciam um processo de reconversão ao mercado interno que vai alterar, substancialmente, as relações econômicas inter-regionais. Esse processo gera conseqüências desfavoráveis para a economia gaúcha.

A cafeicultura do sudeste, sendo uma atividade eminentemente exportadora, requereu uma adequada infra-estrutura para viabilizar suas atividades, principalmente, uma rede bancária de porte para o financiamento de sua produção, na qual o agricultor participava ativamente. Dessa maneira, o agricultor adquiriu vinculação operacional com o capitalismo financeiro que, juntamente com o volume elevado de excedente gerado, induziu a penetração de formas capitalistas na atividade econômica. Paralelamente, o empresário assumiu maior poder político para a reivindicação de seus interesses, o que proporcionou uma atuação integrada do capital estatal e do privado. Esses fatos irão se traduzir na viabilização da expansão industrial do eixo Rio-São Paulo.

O Rio Grande do Sul, por outro lado, ao contrário de outras regiões, tendo uma economia sem articulação direta com o mercado internacional, não sofreu mudança significativa em seu papel quando dessas profundas transformações que ocorreram a nível do centro nacional. A economia do Estado tinha na agricultura seu setor mais importante, possuindo uma es-

trutura fundiária e de produção bastante diferente da do centro do País, caracterizada, em grande parte, pela polarização entre pequenos proprietários coloniais e grandes pecuaristas. Pelas suas próprias características, essas atividades — as primeiras pela escala diminuta de planta e as segundas pela utilização extensiva do fator terra, sem utilização intensiva de capital e/ou insumos — não proporcionam condições de vinculação significativa com o capitalismo financeiro e também não possibilitam a geração de um volume de excedente comparável ao da agricultura do Sudeste. O Estado permaneceu atrelado ao mercado nacional garantindo a oferta de gêneros agropecuários. Desse modo o Rio Grande do Sul, em conseqüência de sua especificidade funcional, colocou-se numa posição relativa bastante desfavorável no decorrer dessas transformações que reorientaram o cenário econômico do País.

Mesmo em épocas recentes, posteriores portanto à fixação dessas transformações, a economia do Rio Grande do Sul não consegue superar o atraso relativo inerente a sua condição de dependência, apesar das mudanças que ocorreram ao final da década de 60 na divisão inter-regional do trabalho e que levaram o Estado a se relacionar, diretamente, ao mercado

¹² Até fins da década de 30, o Rio Grande do Sul exportava aproximadamente 1/3 do seu produto, sendo 90% para o restante do Brasil. Nas décadas seguintes, embora persista evolutivo o coeficiente de abertura externa, este tende a uma maior participação do mercado internacional na década de 60, decrescendo de 90% para 75% a participação do mercado interno na exportação de seu produto.

Vide BOLETIM DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, (16) 1965 apud CONSIDERAÇÕES preliminares sobre a economia gaúcha. Indicadores Econômicos RS. Porto Alegre, FEE, 2(4):112, out/dez.1974.

Tabela 7

Composição percentual do Produto Interno Líquido, do setor serviços, no Brasil — 1947-69

ANOS	SERVIÇOS	COMÉRCIO	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUEIS	OUTROS SERVIÇOS
1947	100	37,18	9,03	13,29	13,92	5,73	20,85
1948	100	37,19	8,90	13,43	14,66	6,26	19,56
1949	100	37,06	9,11	14,00	14,99	6,45	18,39
1950	100	36,35	10,27	12,99	15,12	7,18	18,09
1951	100	37,24	10,54	12,22	14,71	6,78	18,51
1952	100	34,97	10,36	12,02	13,69	6,84	22,12
1953	100	33,08	10,89	12,16	14,99	7,55	21,33
1954	100	34,24	11,19	10,81	12,89	7,28	23,59
1955	100	32,64	11,22	12,08	13,99	6,77	23,30
1956	100	29,60	10,86	13,33	16,30	6,56	23,35
1957	100	28,98	11,20	12,73	15,58	7,47	24,04
1958	100	28,19	12,58	12,32	15,13	7,66	24,12
1959	100	29,83	12,27	12,49	16,32	6,88	22,21
1960	100	29,03	13,14	11,85	15,72	5,59	24,67
1961	100	27,34	12,83	13,00	16,66	4,87	25,30
1962	100	27,95	13,92	12,67	17,46	3,77	24,23
1963	100	28,15	13,34	12,17	18,58	4,74	23,02
1964	100	26,30	14,23	11,71	19,19	4,37	24,20
1965	100	25,42	16,07	11,99	17,84	3,36	25,32
1966	100	24,73	16,90	10,66	17,98	3,90	25,83
1967	100	23,59	17,07	11,10	18,34	4,22	25,68
1968	100	24,56	16,97	10,45	17,93	5,05	25,04
1969	100	24,60	17,78	10,09	17,87	5,06	24,60

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 1.

externo, através, principalmente, da exportação da soja e de alguns produtos agroindustriais.

Apesar dessa especificidade da economia estadual, que torna a composição setorial do Produto do Rio Grande do Sul diferente da brasileira — agricultura com maior participação no estado, indústria com maior participação no País — constata-se que o Setor Terciário, em ambos os casos, absorve, no final do período em análise, aproximadamente, metade da renda gerada na economia.

3. A estrutura interna do produto terciário

Embora o produto do conjunto das atividades terciárias venha crescendo a ritmos semelhantes ao do produto da economia, essa evolução se dá de forma diferenciada quanto a sua estrutura interna, já que os requerimentos de serviços no processo de industrialização se alteram continuamente.

Em 1947, as atividades terciárias gaúchas apresentaram participações, na apropriação da renda terciária, bastante distintas entre si, onde se destacavam a elevada participação de 40,94% do Comércio de Mercadorias e a baixa participação de 8,68% da Intermediação Financeira, revelando a imensa defasagem existente, na época, entre essas duas das mais expressivas atividades terciárias quanto à apropriação da renda.

No final do período em estudo, 1970, o quadro interno do Setor Serviços apresenta-se profundamente alterado. O comércio gaúcho passou a absorver, somente, 21,35% da renda do setor com uma perda de, praticamente, metade de sua antiga participação enquanto que a Intermediação Financeira, ao contrário, teve sua participação elevada para 20,69%, percentual semelhante ao do Comércio de Mercadorias.

É de se salientar que ocorreu, no transcurso do período, um aprofundamen-

Tabela 8

Participação percentual das atividades terciárias gaúchas no total do Produto Interno Líquido, a custo de fatores, do setor serviços — 1947-69

ANOS	SERVIÇOS	COMÉRCIO	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	
1947	100	40,94	8,68	
1948	100	39,72	8,95	
1949	100	39,98	9,28	
1950	100	37,33	9,99	
1951	100	37,37	10,26	
1952	100	35,15	10,81	
1953	100	36,90	10,07	
1954	100	36,13	10,22	
1955	100	35,54	10,38	
1956	100	32,93	9,65	
1957	100	28,11	9,83	
1958	100	27,13	11,38	
1959	100	29,74	11,64	
1960	100	27,87	12,05	
1961	100	27,04	12,20	
1962	100	28,34	14,72	
1963	100	27,74	13,24	
1964	100	26,23	14,21	
1965	100	24,52	16,01	
1966	100	22,45	18,49	
1967	100	21,57	19,55	
1968	100	21,35	19,29	
1969	100	21,34	20,69	

ANOS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUÉIS	OUTROS SERVIÇOS
1947	11,44	15,38	2,04	21,52
1948	11,30	16,24	2,25	21,54
1949	12,10	16,30	2,23	20,11
1950	11,64	15,72	5,20	20,12
1951	11,22	15,78	5,12	20,25
1952	11,36	15,30	4,83	22,55
1953	10,09	16,92	5,12	20,90
1954	9,42	15,03	5,05	24,15
1955	11,17	14,21	4,54	24,16
1956	11,11	18,40	3,93	23,98
1957	11,92	18,56	7,37	24,21
1958	11,62	19,53	5,28	25,06
1959	11,54	18,83	4,76	23,49
1960	11,03	19,02	3,56	26,47
1961	12,02	17,03	4,17	27,54
1962	10,53	17,89	2,67	25,85
1963	10,04	21,28	3,35	24,35
1964	9,00	21,05	3,68	25,83
1965	7,88	21,49	2,85	27,25
1966	7,02	21,28	3,41	27,35
1967	8,49	20,58	1,64	28,17
1968	8,53	19,88	3,91	27,04
1969	7,98	19,70	3,91	26,38

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 4.

Tabela 9

Porcentagem das taxas de crescimento anual, do setor terciário, no Brasil — 1947-70

ANOS	SERVIÇOS	COMÉRCIO	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUEIS	OUTROS SERVIÇOS
1947	-	-	-	-	-	-	-
1948	6,3	6,4	4,8	7,5	11,9	16,2	-0,2
1949	6,5	6,1	9,0	11,0	9,0	9,7	0,2
1950	7,6	5,6	21,4	-0,1	8,6	19,9	5,9
1951	8,8	11,5	11,6	2,3	5,8	2,6	11,3
1952	10,0	3,3	8,1	8,2	2,3	11,0	31,4
1953	1,4	-4,1	6,5	2,6	11,0	12,0	-2,3
1954	11,9	15,8	15,0	-0,6	-3,8	7,8	23,8
1955	4,9	0,0	5,2	17,3	13,9	-2,5	3,6
1956	4,5	-5,2	1,1	15,3	21,7	1,4	4,7
1957	8,5	6,2	12,0	3,6	3,7	23,5	11,7
1958	6,9	3,9	20,0	3,4	3,8	9,5	7,2
1959	2,8	8,8	0,3	4,2	10,8	-7,6	-5,4
1960	12,1	9,1	20,0	6,3	8,0	-9,0	24,5
1961	11,4	4,9	8,7	22,2	18,0	-3,0	14,3
1962	3,9	6,2	12,7	1,3	8,9	-19,7	-0,5
1963	2,5	3,2	-1,8	-1,5	9,0	29,0	-2,6
1964	2,5	-4,2	9,3	-1,4	5,9	-5,4	7,8
1965	1,8	-1,6	14,9	4,1	-5,4	-21,6	6,5
1966	5,9	3,0	11,3	-5,8	6,8	22,9	8,1
1967	5,3	0,5	6,5	9,7	7,4	13,8	4,7
1968	9,8	14,3	9,1	3,3	7,3	31,3	7,1
1969	9,3	9,5	14,5	5,5	9,0	9,5	7,4
1970	10,2	-	-	-	-	-	-
1948/69	6,8	4,8	10,3	5,4	8,1	6,2	7,7

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 1.

to a nível nacional da divisão inter-regional do trabalho, cabendo ao Rio Grande do Sul, juntamente com outros estados, papel destacado no Setor Primário, ao contrário de outras regiões, principalmente o eixo Rio-São Paulo, onde o destaque é dado à indústria.¹³

Apesar disso, as atividades terciárias apresentam-se, ao longo dos anos estudados, semelhantemente ordenadas no Rio Grande do Sul e no Brasil quanto a sua participação no produto, fato que se justifica por serem as atividades terciárias, nas diversas regiões, pouco exportáveis, devido, em grande parte, estarem voltadas para o interior da própria região, como já foi visto no item 4 do capítulo anterior.

De modo geral percebe-se, no decorrer do período em análise, um crescimento na apropriação da renda interna ter-

ciária por parte daquelas atividades que assumiram papel destacado no processo econômico, como a Intermediação Financeira e o Governo, e um decréscimo relativo daquelas atividades mais tradicionais, como o Comércio.

As Tabelas 9 e 10 permitem verificar a enorme diversidade de ritmos de crescimento entre as atividades, que redundou nesta nova estruturação do produto terciário gaúcho. As Atividades Financeiras conseguiram nível de desempenho altíssimo, chegando sua taxa média de crescimento a alcançar a marca de 10,6% ao ano. Foi, entre as atividades para as quais

¹³ Ver OLIVEIRA, Francisco de & REICHSTUL, Henry-Philippe. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. *Estudos Cebrap*, São Paulo, Brasileira de Ciências, (4):131.68, abr./maio/jun.1973.

Tabela 10

Taxas de crescimento anual do Produto Interno Líquido, a custo de fatores, por atividades, do setor terciário, no Rio Grande do Sul — 1947-70

ANOS	SERVIÇOS	COMÉRCIO	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	
1947	-	-	-	-
1948	-0,5	-3,4	2,7	
1949	7,1	7,8	11,0	
1950	5,6	-1,4	13,6	
1951	9,3	9,4	12,3	
1952	11,2	4,6	17,2	
1953	2,8	7,9	-4,3	
1954	11,9	9,5	13,6	
1955	3,8	2,2	5,5	
1956	8,3	0,3	0,7	
1957	11,4	-4,9	13,5	
1958	2,0	-1,6	18,0	
1959	-4,0	5,3	-1,8	
1960	12,6	5,5	16,6	
1961	8,5	5,3	9,8	
1962	5,4	10,5	27,3	
1963	3,2	1,1	-7,2	
1964	1,4	-4,1	8,9	
1965	1,7	-5,0	14,5	
1966	7,4	-1,7	24,0	
1967	1,8	-2,2	7,6	
1968	10,3	9,2	8,8	
1969	9,9	9,8	17,9	
1970	14,1	-	-	
1948/69	6,2	2,9	10,6	

ANOS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUÉIS	OUTROS SERVIÇOS
1947	-	-	-	-
1948	-1,7	5,1	9,8	-0,4
1949	14,7	7,5	6,2	0,0
1950	1,6	1,8	146,2	5,6
1951	5,3	9,7	7,6	10,0
1952	12,6	7,8	4,9	23,8
1953	-8,7	13,7	8,9	-4,7
1954	4,5	-0,6	10,4	29,3
1955	23,1	-1,8	-6,7	3,9
1956	7,7	40,2	-6,1	7,5
1957	19,5	12,3	108,7	12,4
1958	-0,6	7,3	-27,0	5,6
1959	-4,7	-7,4	-13,3	-10,0
1960	7,6	13,7	-16,0	26,9
1961	18,2	-2,8	27,2	12,9
1962	-7,7	10,7	-32,5	-1,0
1963	-1,6	22,8	29,8	-2,8
1964	-9,1	0,3	11,3	7,6
1965	-10,9	3,8	-21,1	7,2
1966	-4,3	6,3	28,3	7,7
1967	22,9	-1,5	-51,0	4,8
1968	10,9	6,5	163,0	5,9
1969	2,9	9,0	9,8	7,2
1970	-	-	-	-
1948/69	4,4	7,4	9,5	7,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 4.

são levantados dados de produto, a que mais cresceu em toda a economia do Rio Grande do Sul, inclusive superando a indústria, que foi o setor mais dinâmico do Estado no período. Além disso, essa atividade apresentou um padrão de crescimento relativamente estável, ao contrário das demais, que apresentaram oscilações no seu desempenho. Essa atuação estável da Intermediação Financeira sugere uma menor sensibilidade frente às flutuações da economia, em comparação com outros setores. Tal comportamento, talvez decorra da posição privilegiada dessas atividades na economia, pois o capital bancário, base das mesmas, já é, em essência, capital-dinheiro, etapa final das transformações do processo de circulação. Em consequência, desfruta de uma maior flexibilidade operacional, que lhe permite resistir melhor às flutuações da conjuntura econômica.¹⁴

O Comércio de Mercadorias, ao contrário da Intermediação Financeira, foi a atividade que apresentou a mais baixa taxa de crescimento da renda no período, em toda a economia do Rio Grande do Sul, com uma taxa média de 2,9% ao ano. Entre 1947 e 1970, foi a atividade do Setor Serviços que mais acompanhou a intermitência do crescimento da economia gaúcha. O Comércio de Mercadorias caracteriza-se por ter como função transformar capital-mercadoria em capital-dinheiro. Na realização dessa operação, o Comércio sofre, diretamente, as oscilações de conjuntura, naturais em uma economia de mercado. Dessa forma, acontecem dificuldades periódicas de realização das vendas que podem acarretar oscilações em seu ritmo de crescimento.

Por outro lado, o aprofundamento da divisão inter-regional do trabalho, ocasionado pelo processo de industrialização brasileira, elimina a autonomia dos

mercados regionais e intensifica as relações de interdependência econômica entre as regiões. Essa intensificação vai proporcionar a evolução de atividades tais como Transportes, Comunicações e Armazenagem que afetam, sobremaneira, a estrutura comercial, à qual cabe a função de fazer circular as mercadorias à medida que reduz o número de etapas intermediárias entre os produtores e os consumidores. Como consequência reduz-se a importância de alguns tipos de comércio atacadista. O grande atacadista tende a se concentrar próximo aos centros produtores e os pequenos e médios, que, em geral, se localizavam próximos ao mercado consumidor, tendem ao desaparecimento.

Empiricamente, pode-se constatar esse fato através da redução de participação relativa do ramo atacadista nas variáveis Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado no Comércio de Mercadorias do Rio Grande do Sul.¹⁵

Entre 1950 e 1970, há uma perda expressiva de participação do ramo atacadista nessas variáveis. Pode-se observar na Tabela 11 que essa redução chega a alcançar 2,32 pontos percentuais no número de estabelecimentos e mais de 7 pontos no que se refere ao pessoal ocupado, de tal forma que seu crescimento entre 1950 e 1970 alcançou 64,9% e 77,8%, no período,

¹⁴ Sobre o tema, ver o trabalho a respeito da Intermediação Financeira no Rio Grande do Sul, complementar a este documento, que se encontra em fase de conclusão na FEE e que encerra uma discussão interpretativa sobre o assunto.

¹⁵ Embora seja mais correto trabalhar com a variável Produto para avaliar a importância de atuação da atividade, dada a inviabilidade de sua obtenção desagregada em varejo e atacado, considerou-se a estrutura das variáveis Pessoal Ocupado e Número de Estabelecimentos como bons indicadores da estrutura produtiva comercial.

Tabela IIa

Crescimento do pessoal ocupado e do número de estabelecimentos
no Rio Grande do Sul — 1950-1970

COMÉRCIO DE MERCADORIAS	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL OCUPADO
Total do comércio	119,38	139,87
Varejo	125,00	163,44
Atacado	64,93	77,75

FORNTE: CENSOS ECONÔMICOS; Estado do Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
CENSO COMERCIAL; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

Tabela IIb

Número de estabelecimentos e pessoal ocupado
no Rio Grande do Sul — 1950-1970

COMÉRCIO DE MERCADORIAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		PESSOAL OCUPADO	
	1950	1970	1950	1970
Total do comércio	100	100	100	100
Atacado	9,35	7,03	27,5	20,38
Varejo	90,65	92,97	72,5	79,62

FORNTE: CENSOS ECONÔMICOS; Estado do Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
CENSO COMERCIAL; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

enquanto que o varejo cresceu 125% e 163,4% no que se refere, respectivamente, ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado.

4. O produto terciário e os estágios de acumulação industrial brasileira

As oscilações ocorridas no crescimento dos setores econômicos permitem supor que as transformações estruturais do produto não se deram de forma contínua, sem descompassos ou crises. Realmente, ao se analisar mais detidamente os dados, verifica-se a existência de períodos conjunturais bastantes definidos que caracterizam as fases do desenvolvimento brasileiro.

Para fins de visualização dessas fases, utilizar-se-á a periodização já adotada no trabalho desenvolvido no volume 4, desta série — Análise da Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul — a qual delimita, em grandes linhas, quatro períodos bastante distintos no processo de acumulação na economia brasileira nas últimas décadas.¹⁶

O primeiro período foi de 1947 a 1954, e caracterizou-se como uma época em que o processo de industrialização já estava em pleno andamento, baseado na implantação da produção de bens não duráveis de consumo. Nessa fase, a indústria brasileira eleva sua participação na composição da renda, passando de 18,7% para 21,2%. Sua taxa média de crescimento foi de 8,8% ao ano, sendo o setor que mais contribuiu para a elevação do ritmo de crescimento da renda interna nacional, que foi de 6,9% ao ano. O conjunto das atividades terciárias apresentou-se em um nível de crescimento superior ao médio da economia com taxa de 7,4% ao ano. Pode-se notar que, neste período de substituição de importação de bens não duráveis de consumo, o Comércio já não consegue manter tendência ascendente em sua posição rela-

tiva. Seu crescimento dá-se a uma taxa inferior à da economia, 6,2% ao ano. Por outro lado, as Atividades Financeiras tiveram um ritmo de crescimento extremamente elevado, 10,8% ao ano, superior, inclusive, ao da indústria, o que, possivelmente, seja explicado pelas exigências de uma atuação mais dinâmica desse setor, compatível com a nova realidade industrial de substituição de importações.¹⁷

O Rio Grande do Sul, nesta fase de expansão industrial sob o comando do setor de produção de bens não-duráveis, articula-se com a economia do centro do País, através da exportação agrícola. Da mesma forma que no centro do País, a redução da capacidade de importar estimulou a expansão do parque industrial gaúcho, notadamente de bens leves de consumo. Observa-se, neste período, que a economia gaúcha acompanha, perfeitamente, o ritmo de crescimento industrial do País, perfazendo uma taxa média de 9,2% ao ano. A agricultura rio-grandense cresceu também mais do que a brasileira, 5,1% contra 4,4% ao ano. Assim, os setores produtivos do estado ganharam, no período, posição relativa no contexto nacional. O Setor Terciário gaúcho, ao contrário, não atingiu as mesmas performances, pois seu ritmo de crescimento foi bastante inferior ao do Brasil, com uma taxa de 6,7% ao ano, ligeiramente inferior à nacional. No cômputo geral, esse fraco desempenho anulou as

¹⁶ Ver a respeito, TAVARES, Maria da Conceição, op. cit. nota 8.

É mister salientar que essa delimitação periódica das fases de acumulação da economia brasileira, bem como as referências histórico-econômicas estão calcadas nesse documento.

¹⁷ Embora a categoria Aluguéis apresente altas taxas de crescimento, decidiu-se não salientá-la, tendo em vista que a mesma carece de significado analítico, em termos dos interesses deste trabalho.

Tabela 12

Taxa de crescimento do Produto Interno Líquido, a custo de fatores,
no Brasil — 1948-70

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMÉRCIO	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS
1948-1954	4,4	8,8	7,4	6,2	10,8
1955-1961	4,8	10,2	7,2	3,8	9,4
1962-1967	3,9	3,7	3,7	1,1	8,7
1968-1970	4,2	12,4	9,7	(1)11,8	(1)11,8
1948/69	4,5	8,6	6,8	4,8	10,3

ANOS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUEIS	OUTROS SERVIÇOS	RENDA INTERNA
1948-1954	4,4	6,3	11,2	9,4	6,9
1955-1961	10,1	11,3	1,2	8,3	7,3
1962-1967	1,0	5,3	1,1	3,9	3,7
1968-1970	(1)4,4	(1)8,2	(1)20,0	(1)7,2	9,1
1948/69	5,4	8,1	6,2	7,7	6,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 1.

(1) Como não existem dados do volume de renda interna gerada pelas atividades terciárias, para o ano de 1970, considerou-se a taxa média anual 1968-70 como sendo a média 1968-69.

Tabela 13

Taxa de crescimento acumulativa anual, por períodos cíclicos,
no Rio Grande do Sul — 1948-69

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	COMÉRCIO	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS
1948-1954	5,1	9,2	6,7	4,8	9,2
1955-1961	-0,7	6,9	6,0	1,6	8,7
1962-1967	5,4	1,3	3,5	-0,3	12,0
1968-1970	11,9	11,6	11,4	(1)9,5	(1)13,3
1948/69	4,1	6,9	6,2	2,9	10,6

ANOS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	GOVERNO	ALUGUEIS	OUTROS SERVIÇOS	RENDA INTERNA
1948-1954	3,8	6,4	21,5	8,5	6,5
1955-1961	9,7	7,9	3,1	8,0	3,9
1962-1967	-2,3	6,8	-11,5	3,8	3,5
1968-1970	(1)6,8	(1)7,8	(1)69,9	(1)6,6	11,6
1948/69	4,4	7,4	9,5	7,2	5,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela 4.

(1) Como não existem dados do volume de renda interna gerada pelas atividades terciárias, para o ano de 1970, considerou-se a taxa média anual 1968-70 como sendo a média 1968-69.

taxas superiores dos setores Primário e Secundário, fazendo com que a economia gaúcha crescesse menos do que a média nacional, 6,5% contra 6,9% ao ano. De um modo geral, todas as atividades terciárias no Rio Grande do Sul cresceram a taxas inferiores às verificadas nacionalmente. Nem a Intermediação Financeira, que foi a atividade terciária de melhor desempenho no Rio Grande do Sul, no período, conseguiu igualar seu desempenho aos níveis nacionais.

Chama a atenção o fato de que foram as atividades terciárias complementares aos setores produtivos, como Comércio e Transportes/Comunicações, que apresentaram crescimento mais baixo no Estado. Possivelmente, as razões para esse desempenho inferior possam estar nos próprios antecedentes históricos de atuação dessas atividades.

A economia gaúcha, desde o final do século passado, organizou-se de forma a criar uma infra-estrutura capaz de propiciar os meios de realização para seus produtos no mercado brasileiro. Isso exigiu a implantação de uma estrutura de atividades complementares na esfera da circulação, como Comunicações, Transportes e, principalmente, Comércio, voltadas ao mercado nacional que, ainda no início do período em análise, 1947, absorvia mais de 50% da renda terciária regional. No decorrer deste primeiro período — 1948-54 —, o Comércio pôde valer-se dessa estrutura já montada, adequando-se às novas exigências sem necessidade de acompanhar o ritmo de crescimento dos setores produtivos. Foi também nesse período que se delinearão as tendências de modificação da estrutura interna do produto terciário, com o Comércio gradativamente perdendo posição e a Intermediação Financeira adquirindo participação mais elevada.

No segundo período, 1955-61, ocor-

reu uma mudança na orientação da acumulação industrial brasileira. Esgotava-se o processo de substituição de importações de bens não-duráveis de consumo e se iniciava a fase de produção interna de bens de consumo durável. A economia nacional, impulsionada pela indústria, adquire ritmo de crescimento mais intenso que o do período anterior. A indústria, que já vinha-se destacando na estrutura econômica, expandiu-se de forma acentuada, com uma taxa de crescimento de 10,2% ao ano, passando a absorver mais de um quarto da renda interna nacional. Foi nesse período que o Setor Secundário conseguiu superar a agricultura na composição do Produto Interno Brasileiro. O Setor Terciário nacional mantém taxas semelhantes, embora um pouco inferiores às do período anterior. Nesse período, a atividade "Governo" apresentou um ritmo de crescimento excepcional, com uma taxa de 11,3% ao ano, a maior de toda a economia. Persistem as tendências estruturais delineadas na fase anterior, com a Atividade Financeira mantendo ritmo de crescimento elevado e o Comércio crescendo pouco, sendo sua taxa de crescimento, nesse período, de 3,8% ao ano, um ponto percentual inferior à da agricultura.

O Rio Grande do Sul, ao contrário, não conseguiu acompanhar o crescimento da economia nacional, imposto pelas regiões hegemônicas. O novo padrão de acumulação de capital emergente no País condicionou o ritmo de crescimento da produção estadual, principalmente o da produção agrícola. As medidas de política econômica colocadas em prática no transcorrer da primeira fase do novo padrão de acumulação bem como a aceleração do processo inflacionário vão influenciar, negativamente, a economia gaúcha. A política cambial vai dificultar a reposição e ampliação do capital. A inflação eleva o preço da produção agrícola gaúcha em re-

lação à estrangeira. As condições impostas pelos acordos do trigo americano contribuem para a desativação da triticultura estadual.¹⁸ Além disso, cabe ressaltar que a agricultura não foi considerada prioritária nos planos federais de Governo do período. Observa-se, em todo o período, uma grande intermitência no processo de crescimento do produto estadual. Houve, praticamente, um estancamento do crescimento do produto industrial gaúcho no início dessa fase¹⁹, indicando um descompasso entre os processos de acumulação industrial no Estado e no País. Mesmo assim, o Setor Secundário gaúcho cresceu a uma taxa de 6,9% ao ano. As dificuldades enfrentadas pela economia do Rio Grande do Sul foram de tal ordem que nem mesmo a agricultura, setor produtivo de maior participação no produto gaúcho, obteve um crescimento razoável. Pelo contrário, nos anos extremos desse período, o produto da agricultura gaúcha decresceu, oscilando de forma bem mais intensa que o da indústria. Também o Setor Terciário acusa o descompasso existente entre os ritmos de crescimento da economia estadual e da nacional, neste primeiro ciclo de substituição de importações de bens duráveis. O Terciário gaúcho, no período, teve, também, um desempenho inferior ao do Terciário nacional. Apesar disso, sua taxa de crescimento situou-se, relativamente, próxima à do produto industrial do Estado, 6,0% ao ano, que foi bastante superior à taxa de crescimento médio da economia, 3,9% ao ano. Esse fato fez com que o Terciário do Rio Grande do Sul conseguisse, no decorrer deste período, sair de uma participação de 43% no produto para alcançar um nível de participação semelhante ao brasileiro na composição da renda interna, apropriando, em 1961, 50,5% do produto gaúcho. Assim, ao contrário do que se supunha, o incremento de participação percentual do Terciário, no Estado, deu-se, basicamente,

em virtude de uma estagnação na evolução dos ritmos de crescimento dos setores produtivos, uma vez que o Terciário apresenta taxas semelhantes nos dois períodos analisados, independentemente do desempenho dos setores Primário e Secundário. Observou-se, também, no Estado, um crescimento desigual entre as atividades terciárias, contrariando algumas tendências delineadas na fase anterior. Apesar disso, a semelhança estrutural em relação ao Terciário brasileiro permanece. Destacou-se a atividade de Transportes/Comunicações com um crescimento extremamente elevado, relativamente ao desempenho dos demais setores, da ordem de 9,7% ao ano. O Comércio, por sua vez, ressentiu-se bastante com o fraco crescimento dos setores produtivos, apresentando uma taxa de apenas 1,6% ao ano.

O período seguinte, 1962-67, caracterizou-se por uma fase de estagnação generalizada. A economia brasileira apresentou, em todos os setores, desempenho pouco expressivo. A indústria cresceu a 3,7%, a agricultura a 3,9% e os serviços a 3,7% ao ano. No Rio Grande do Sul, observou-se, pelo contrário, um crescimento heterogêneo. A agricultura recuperou-se em relação ao período anterior, crescendo à taxa de 5,4% ao ano. A indústria decaiu para 1,3% e os serviços para 3,5% ao ano em sua taxa de crescimento. Pode-se perceber que, devido à recuperação da agricultura, esse fraco desempenho dos setores industriais e de serviços refletiu-se pouco na geração da renda interna gaúcha, que cresceu a uma taxa similar à do período anterior. Daquele para este período

¹⁸ Ver a respeito FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 Anos de Economia Gaúcha; Agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978. v.3.

¹⁹ A taxa de crescimento do produto industrial do Estado, entre 1954 e 1955, foi de 1,4%.

de, essa taxa caiu 0,4 pontos no Estado, enquanto que o decréscimo no Brasil foi bem maior, passando de 7,3% para 3,7% ao ano.

Entre as atividades terciárias, destacam-se negativamente o Comércio e Transportes/Comunicações que dada as suas características funcionais complementares à produção, se ressentem bastante. No Rio Grande do Sul, suas taxas de crescimento, inclusive, apresentam-se negativas, -0,3% e -2,3% ao ano, respectivamente. Nesse período as Atividades Governamentais gaúchas passam a absorver maior parcela da renda, crescendo a taxas elevadas para o período, 6,8% ao ano. A Intermediação Financeira passou a ser regida por uma nova legislação²⁰, a partir de 1965, a qual propiciou maior flexibilidade e amplitude de ação às suas atividades. Isso se refletiu no volume de renda absorvida pelo setor, que voltou a apresentar o maior crescimento na economia do Estado, com uma taxa de 12,0% ao ano, bastante superior à apresentada no Brasil. A Intermediação Financeira e as Atividades Governamentais foram as únicas atividades terciárias do Rio Grande do Sul que ganharam posição relativa no contexto nacional.

O último período, 1968-70, revelou uma economia em franca expansão, tendo superado a fase de estagnação anterior. De 1968 a 1970, a economia brasileira apresentou as mais altas taxas de crescimento de todas as fases estudadas. A indústria brasileira cresceu à taxa anual de 12,4%, com o conjunto da economia crescendo a 9,1% ao ano. As atividades terciárias também cresceram intensamente, inclusive o Comércio que consegue excepcional desempenho de 11,8%, igualando-se aos Intermediários Financeiros nesse período. A economia do Rio Grande do Sul, semelhantemente, desenvolveu altas taxas, inclusive superiores às do País, tendo a economia

gaúcha apresentado um comportamento relativamente homogêneo, crescendo todos os setores em torno de 11,5% ao ano. As atividades terciárias gaúchas não apresentaram crescimento homogêneo. A Intermediação Financeira crescendo a uma taxa anual de 13,3%, o Comércio a 9,5% e Transportes/Comunicações a 6,8% ao ano.

Sintetizando-se as principais constatações da análise anterior, pode-se observar que as várias fases do processo de acumulação brasileiro afetaram bastante o ritmo de crescimento dos setores produtivos da economia gaúcha, ao passo que o ritmo de crescimento do produto terciário apresentou poucas oscilações. Os efeitos sobre a composição do produto terciário foram, quantitativamente, relevantes em dois segmentos. O Comércio de Mercadorias perdeu posição relativa diminuindo de 40,94% para 21,34% em sua participação no produto setorial entre os anos extremos do período estudado, embora continue a ser uma das atividades que apropriam maior parcela da renda do setor. A Intermediação Financeira experimentou um acréscimo substancial na absorção da renda terciária, passando de 8,68%, em 1947, para 20,69%, em 1969, constituindo-se na atividade que mais cresceu no período.

²⁰ Com a Lei 4595, de 31 de dezembro de 1964, estrutura-se o Sistema Financeiro Nacional, institui-se o Banco Central e Mercado de Capitais; são criadas as Instituições Financeiras Não-monetárias (Sistema Financeiro de Habitação, Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento e Banco de Investimentos).



capítulo III
o comportamento do
emprego terciário gaúcho

23

CAPÍTULO III - O COMPORTAMENTO DO EMPREGO TERCIÁRIO GAÚCHO

1. Nota introdutória

A análise do comportamento do emprego no Setor Terciário da economia gaúcha, desenvolvida neste capítulo, baseia-se nas informações contidas nos Censos Demográficos decenais da Fundação IBGE, única fonte de dados disponível sobre o tema que se adequava, de forma aproximada, às necessidades do trabalho. A utilização de informações censitárias impõe, todavia, algumas restrições a uma investigação analítica mais detalhada, pois a série de dados, constituída pelos diversos Censos, apesar de cobrir, praticamente, todo o período em análise, o faz considerando apenas alguns pontos no tempo bastante espaçados entre si, não possibilitando um melhor acompanhamento da evolução gradativa por que passou a estrutura de emprego terciário.

Em consequência da utilização de dados censitários, o período a que se refere a análise do emprego terciário — 1940-70 — não coincide com o estudado no capítulo anterior. A extensão do período, até 1940, tem em vista proporcionar uma visão mais ampla das mudanças ocorridas na estrutura ocupacional do setor nas últimas décadas. A análise é, ainda, prejudicada pela impossibilidade da utilização dos dados do Censo Demográfico de 1960, cujas informações não foram desagregadas ao mesmo nível das demais Censos. Dessa maneira, todas as considerações contidas neste capítulo estão sustentadas, empiricamente, em dados referentes a apenas três anos — 1940, 1950 e

1970 — o que limita as possibilidades de se efetuarem análises mais conclusivas e impede uma comparação mais direta dos resultados deste capítulo com os do capítulo anterior, referente à análise do produto, onde se contava com uma série anual completa para o período 1947-69, o que permitiu que se estudasse o comportamento do produto nos diversos subperíodos analiticamente relevantes que coincidem com etapas características do processo de acumulação a nível nacional. A análise desses mesmos subperíodos não é possível no que se refere ao comportamento do emprego.

Deve-se também ressaltar o fato de que a forma como são desagregadas as atividades terciárias nos Censos não coincide com a desagregação utilizada nas estimativas de renda da FGV, o que, mais uma vez, dificulta a comparação entre os resultados deste capítulo e os do capítulo anterior.

Apesar dessas limitações impostas pelas características das informações utilizadas, buscar-se-á levar em conta, na análise, as relações entre o comportamento do emprego no Setor Terciário do Rio Grande do Sul e a marcha recente do processo de acumulação na economia brasileira, determinadas, em última análise, pela forma como a economia gaúcha se vinculou aos pólos hegemônicos desse processo, em termos nacionais, e pela forma como essa vinculação se modificou ao longo do período em análise, devido às redefinições por que passou a divisão inter-re-

gional do trabalho no País, nas últimas décadas.

2. *A absorção de mão-de-obra pelos setores econômicos*

O Rio Grande do Sul, ao manter estreitos laços de dependência com a economia nacional e ter sua função econômica estabelecida pelas necessidades do crescimento do País, irá sofrer, inevitavelmente, a influência das mudanças que ocorrem a nível da economia brasileira e, mais particularmente, daquelas geradas em seu centro dinâmico de expansão.

Essa vinculação do Rio Grande do Sul à economia brasileira se reveste, historicamente, de um caráter dependente e periférico, à medida que o Estado teve sempre sua economia atrelada ao mercado nacional; num primeiro momento, como supridor das regiões voltadas ao mercado externo, garantindo a oferta tanto de gêneros agropecuários como de alguns bens manufaturados para essas áreas exportadoras; posteriormente, ao final da década de 60, através da exportação da soja e, em segundo plano, de outros produtos como calçados e carnes, o Rio Grande do Sul passa a atuar como produtor de divisas destinadas a viabilizar a importação de insumos e bens de capital por parte do centro dinâmico da economia nacional. Assim, embora tenha ocorrido uma mudança qualitativa no papel assumido pelo Rio Grande do Sul frente à economia brasileira, essa nova função mantém seu caráter secundário.

É no modo de participar no mercado nacional que se encontra a especificidade maior do Rio Grande do Sul: o pólo hegemônico da economia nacional tradicionalmente operou como mediador entre o comportamento da economia gaúcha e do mercado mundial. Em outras palavras, até recentemente não havia uma ligação direta

do Rio Grande do Sul com o mercado internacional, o qual não atuava como alternativa eficiente para a economia do Estado. Essa ligação era intermediada pela formação nacional. A função do Estado no panorama nacional sempre se caracterizou pelo fato de ser secundária, dado que os interesses do mercado internacional estiveram, historicamente, voltados à comercialização de determinados produtos e à exploração de certas riquezas, as quais o Rio Grande do Sul não apresentava.¹

Ao se encarar o Rio Grande do Sul desempenhando uma função estruturalmente subsidiária à economia nacional, é que cabe entender a expansão e retração da sua economia. Desse modo, ao se analisar, comparativamente, a absorção de mão-de-obra pelos setores econômicos no Rio Grande do Sul e no Brasil, no período 1940-70, constata-se que a estrutura ocupacional gaúcha reflete as particularidades das funções que a região desempenha nas diferentes fases do desenvolvimento econômico nacional.

Assim, o fato de a economia do Rio Grande do Sul ter-se caracterizado em toda a sua história, especialmente a partir da redivisão inter-regional do trabalho no País², como predominantemente agrícola, ao contrário de outras regiões, acarreta diferenças entre a participação dos setores nos principais agregados econômicos, entre o País e o Estado. Embora haja diferenças no que se

¹ Ver a respeito: MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional: estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo, USP, 1972. (Tese de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).

² Ver a respeito: OLIVEIRA, Francisco de & REICHSZUL, Henri-Philippe. *op. cit.*, nota 13, cap.III.

Tabela 1

População economicamente ativa, segundo o sexo e setor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

SETORES DE ATIVIDADE	1940			1950			1970		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Primário	761 355	617 333	144 022	835 820	738 898	96 922	1 044 760	868 794	175 966
Secundário	109 166	98 672	10 494	171 493	150 090	21 403	378 127	332 127	46 000
Terciário	325 818	232 698	93 120	385 836	266 606	119 230	846 048	507 554	338 494
Comércio de mercadorias	63 970	59 234	4 736	81 240	71 128	10 112	175 375	137 858	37 517
Prestação de serviços	109 079	38 940	70 139	133 647	56 433	77 214	261 328	90 069	171 259
Transportes, comunicações, armazenagem ..	43 486	42 357	1 129	54 191	52 174	2 017	92 038	87 642	4 396
Atividades sociais ..	22 063	8 656	13 407	38 490	14 495	23 995	133 324	36 950	96 374
Administração pública	47 023	45 527	1 496	55 172	52 703	2 469	97 216	87 070	10 146
Outras atividades ou atividades mal definidas	40 197	37 984	2 213	23 096	19 673	3 423	86 767	67 965	18 802

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

NOTA: 1950: Primário: agricultura, pecuária e silvicultura; extração de madeiras; produção de carvão vegetal; extração de frutos e sementes oleaginosas; extração de borracha; extração de fibras; extração de outros produtos vegetais; caça e pesca.

Secundário: indústria de transformação; extração e beneficiamento de minérios metálicos e não metálicos; exploração de salinas e fontes hidrominerais; extração e aparelhamento de pedras e outros materiais de construção; fiação e garimpagem; atividades não compreendidas nas classes anteriores ou mal definidas.

Administração Pública: administração pública, legislativo, justiça; defesa nacional e segurança pública.

Outras Atividades: profissionais liberais; comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

1940: Primário: agricultura, pecuária, silvicultura; extração de madeira; produção de carvão vegetal; extração de fibras; exploração florestal de sementes oleaginosas; extração de borracha, gomas, resinas, ceras e matérias-primas tanantes; exploração de produtos alimentícios, medicinais e tóxicos; caça e pesca.

Secundário: indústrias de transformação; extração e beneficiamento de minérios metálicos e não metálicos; exploração de salinas e de fontes hidrominerais; extração e aparelhamento de pedras e outros materiais de construção; fiação e garimpagem.

Comércio de Mercadorias: comércio de mercadorias — armazenagem, mercados.

Prestação de Serviços: serviços de hospedagem e alimentação; serviços de higiene pessoal; serviços de conservação e reparação da habitação e de artigos de uso doméstico; serviços de confecção, conservação e reparação de artigos de uso pessoal; serviços de transportes manuais e à propulsão humana; espetáculos e diversões, radiodifusão; desportos; outras atividades nos serviços; serviços domésticos remunerados; serviços de portaria e elevadores; serviços domiciliares de jardinagem e afins; serviços domiciliares de manutenção e condução de meios de transporte; outras atividades domésticas remuneradas.

Transportes, Comunicações e Armazenagem: Transporte e comunicação; Armazenagem e mercados.

Atividades Sociais: ensino público, direção e magistério; outras atividades no ensino público; ensino particular, direção e magistério; outras atividades no ensino particular; assistência médico-sanitária; assistência e beneficência, previdência social, sindicatos profissionais; atividades sócio-culturais, outras atividades de caráter coletivo ou social; abastecimento e melhoramentos urbanos; atividades de assistência e magistério exercidas no lar; sacerdócio e organizações religiosas regulares dos diferentes cultos; outras atividades relativas aos cultos.

Administração Pública: administração pública, justiça, ensino público; defesa nacional, segurança pública; ensino público, direção e magistério; outras atividades no ensino público.

Outras Atividades: comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; profissionais liberais, culto, ensino particular, administração privada; ensino particular, direção e magistério; outras atividades no ensino particular; atividades não compreendidas nos demais ramos; atividades ou condições mal definidas; sacerdócio e organizações religiosas regulares dos diferentes cultos; outras atividades relativas aos cultos.

Tabela 2

População economicamente ativa, segundo o sexo e setor de atividade, no Brasil --- 1940-1970

SETORES DE ATIVIDADE	1940			1950			1970		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Primário	9 725 693	8 415 068	1 310 625	10 253 870	9 495 578	758 292	13 090 358	11 832 699	1 257 659
Secundário	1 518 435	1 220 818	297 617	2 347 241	1 955 588	391 653	5 295 427	4 659 535	635 892
Terciário	3 514 470	2 323 082	1 191 388	4 516 251	3 158 632	1 357 619	11 171 439	6 899 543	4 271 896
Comércio de mercado-									
rias	718 632	671 485	47 147	958 509	869 448	89 061	2 263 539	1 893 152	370 387
Prestação de serviços	1 450 048	496 665	953 383	1 672 802	746 829	925 973	3 626 494	1 236 986	2 389 508
Transportes, comunica-									
ções, armazenagem ..	504 187	486 475	17 712	697 089	668 267	28 822	1 244 395	1 182 660	61 735
Atividades sociais ..	216 777	91 053	125 724	434 315	200 689	233 626	1 470 621	482 932	987 689
Administração pública	407 072	383 184	23 888	512 644	468 164	44 480	1 152 341	992 147	160 194
Outras atividades ou									
atividades mal de-									
finidas	217 754	194 220	23 534	240 892	205 235	35 657	1 414 049	1 111 666	302 383

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

NOTA: 1950: Primário: agricultura, pecuária e silvicultura; extração de madeiras; produção de carvão vegetal; extração de frutos e sementes oleaginosas; extração de borracha; extração de fibras; extração de outros produtos vegetais; caça e pesca.

Secundário: indústria de transformação; extração e beneficiamento de minérios metálicos e não metálicos; exploração de salinas e fontes hidrominerais; extração e aparelhamento de pedras e outros materiais de construção; fiação e garimpagem; atividades não compreendidas nas classes anteriores ou mal definidas.

Administração Pública: administração pública, legislativo, justiça; defesa nacional e segurança pública.

Outras Atividades: profissionais liberais; comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

1940: Primário: agricultura, pecuária, silvicultura; extração de madeira; produção de carvão vegetal; extração de fibras; exploração florestal de sementes oleaginosas; extração de borracha, gomas, resinas, ceras e matérias-primas tanantes; exploração de produtos florestais alimentícios, medicinais e tóxicos; caça e pesca.

Secundário: indústrias de transformação; extração e beneficiamento de minérios metálicos e não metálicos; exploração de salinas e de fontes hidrominerais; extração e aparelhamento de pedras e outros materiais de construção; fiação e garimpagem.

Comércio de Mercadorias: comércio de mercadorias; armazenagem, mercados.

Prestação de Serviços: serviços de hospedagem e alimentação; serviços de higiene pessoal; serviços de conservação e reparação da habitação e de artigos de uso doméstico; serviços de confecção, conservação e reparação de artigos de uso pessoal; serviços de transportes manuais e à propulsão humana; espetáculos e diversões, radiodifusão; desportos; outras atividades nos serviços; serviços domésticos remunerados; serviços de portaria e elevadores; serviços domiciliares de jardinagem e afins; serviços domiciliares de manutenção e condução de meios de transporte; outras atividades domésticas remuneradas.

Transportes, Comunicações e Armazenagem: Transporte e comunicação; Armazenagem, mercados.

Atividades Sociais: ensino público, direção e magistério; outras atividades no ensino público; ensino particular, direção e magistério; outras atividades no ensino particular; assistência médico-sanitária; assistência e beneficência, previdência social, sindicatos profissionais; atividades socio-culturais, outras atividades de caráter coletivo ou social; abastecimento e melhoramentos urbanos; atividades de assistência e magistério exercidas no lar; sacerdócio e organizações religiosas regulares dos diferentes cultos; outras atividades relativas aos cultos.

Administração Pública: administração pública, justiça, ensino público; defesa nacional, segurança pública; ensino público, direção e magistério; outras atividades no ensino público.

Outras Atividades: comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; profissionais liberais, culto, ensino particular, administração privada; ensino particular, direção e magistério; outras atividades no ensino particular; atividades não compreendidas nos demais ramos; atividades ou condições mal definidas; sacerdócio e organizações religiosas regulares dos diferentes cultos; outras atividades relativas aos cultos.

refere à intensidade das variações desses agregados, a nível de Brasil e Rio Grande do Sul, verifica-se, nitidamente, tendências semelhantes no que se refere à evolução de suas respectivas estruturas setoriais. Em outras palavras, a influência do desenvolvimento brasileiro sobre a estrutura de emprego se traduziu, por um lado, no decréscimo do emprego relativo no Setor Primário e, por outro, no aumento da participação dos setores Secundário e Terciário na ocupação da força de trabalho.

madamente, 66% da população economicamente ativa, passando, em 1970, a absorver 44,29% desse total. Ao contrário, o Setor Secundário eleva-se de 10,29% para 17,91% e o Terciário de 23,81% para 37,80% em participação na população economicamente ativa. No Rio Grande do Sul, embora a composição setorial seja semelhante à do País, nota-se que a participação da agricultura se apresenta mais elevada, em detrimento da indústria, já que o Terciário mantém os mesmos níveis. Essas variações podem ser percebidas, mais detalhadamen-

Tabela 3

Percentual de ocupação das pessoas economicamente ativas, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

SETORES DE ATIVIDADES	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
	1940	1970	1940	1970
Primário	63,64	46,05	65,90	44,29
Secundário	9,13	16,66	10,29	17,91
Terciário	27,23	37,29	23,81	37,80
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

Tabela 4

Taxas de crescimento da ocupação das pessoas economicamente ativas, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

DISCRIMINAÇÃO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
Rio Grande do Sul.	1,06	4,23	3,23	2,16
Brasil	1,00	4,25	3,93	2,34

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

Assim, ao se analisar as Tabelas 3 e 4, constata-se que tanto a estrutura ocupacional de 1940 e 1970 como as taxas anuais de crescimento encontradas para o Brasil foram semelhantes às calculadas para o Rio Grande do Sul. No Brasil, em 1940, o Setor Primário absorvia, aproxi-

te, observando-se a Tabela 5, que apresenta a distribuição da força de trabalho adicional entre os setores no período 1940-70. Constata-se que, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, coube ao Terciário absorver quase 50% dos elementos incorporados ao mercado de trabalho

nesse intervalo de 30 anos. Segue-se o Setor Secundário, concentrando, aproximadamente, a quarta parte desse incremento líquido de mão-de-obra. Nota-se que, no Rio Grande do Sul, o Setor Primário supera o Secundário na absorção desta força de trabalho adicional, o que vem a comprovar a maior importância relativa desse setor na ocupação de mão-de-obra no Estado. Isso reflete o fato de a economia gaúcha ser, fundamentalmente, voltada à agricultura³.

economia brasileira, em torno do qual se articulam os demais setores, subordinados às suas necessidades. Isso equivale a dizer que é nos anos 30 que se iniciam as transformações necessárias para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno e à instauração de uma estrutura produtiva de base urbano-industrial⁴, embora somente na segunda metade da década de 50 a renda gerada pela indústria brasileira tenha vindo a superar a da agricultura⁵.

Tabela 5

Distribuição percentual do incremento líquido de mão-de-obra, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

SETORES DE ATIVIDADE	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
Primário	26,42	22,74
Secundário	25,08	25,52
Terciário	48,50	51,74
TOTAL	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

Apesar disso, é no setor agrícola que se encontram as menores taxas de crescimento anual de ocupação da população economicamente ativa do Rio Grande do Sul. Esse índice varia em torno de 1% ao ano, inferior, inclusive, à taxa de crescimento global do emprego na economia do Estado.

Essa tendência decrescente do emprego agrícola verifica-se, igualmente, no País e, neste caso, relaciona-se, diretamente, com a perda, pelo setor, de sua posição de principal núcleo polarizador da economia brasileira. Isso se dá, basicamente, a partir da crise de 1929-30 que significou para o Brasil o início da transferência maciça de capitais, principalmente da economia cafeeira para o setor urbano-industrial, fazendo deste o centro de gravitação do conjunto da

O importante, porém, a salientar

³ Em 1970, a agricultura gaúcha ainda é responsável pela geração de, aproximadamente, 1/3 do produto interno do Estado, enquanto no País sua participação na formação do produto é inferior a 20%.

⁴ Nessa época, acentua-se a intervenção estatal no processo de industrialização, ao ser colocada em prática, entre outras medidas, uma política cambial, fiscal e de preços, além de uma gama de benefícios e incentivos que se destinavam a fazer da empresa industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia.

⁵ Em 1959, a indústria brasileira passa a contribuir com cerca de 25,45% na geração do produto interno, enquanto a agricultura mantém-se em torno de 24,2%. Já no Rio Grande do Sul, a participação relativa da indústria no produto, além de nunca ter superado a do setor agrícola, ainda se manteve sempre em níveis, significativamente, inferiores.

é que a falência do modelo primário-exportador se fez acompanhar de uma queda contínua de importância da agricultura brasileira, embora seja a ela, ainda, atribuído um papel preponderante no que se refere à absorção de mão-de-obra. Isso se deve, principalmente, ao fato de existir um setor de subsistência na economia agrícola constituído por um elevado número de pequenos estabelecimentos rurais, que se caracteriza por uma enorme capacidade de absorção de força de trabalho. Assim, esse segmento do setor agrícola, cujo excedente destina-se ao mercado interno, ao permanecer baseado em técnicas primitivas de produção vai ser o responsável por parte da absorção da força de trabalho excedente, resultante do próprio crescimento demográfico e do processo de liberação de mão-de-obra causado pela modernização de algumas atividades do setor exportador e pela retração do setor agrícola nos anos pós-30.

A manutenção desse setor voltado à produção de subsistência só se tornou possível graças à abundância dos fatores terra e mão-de-obra, que permitiu a realização de uma agricultura extensiva via expansão das fronteiras externas (pela expropriação de terras ou incorporação de terras devolutas) e internas (pelo aumento da área cultivada dentro do latifúndio, mediante a utilização das terras menos férteis).

O Setor Secundário, por sua vez, mesmo tendo quase duplicado sua participação percentual na população economicamente ativa, absorveu, apenas, uma pequena parcela da mão-de-obra adicional disponível. Os seus percentuais de ocupação variaram, entre 1940 e 1970, de, aproximadamente, 10% a quase 18%, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, conforme a Tabela 3. A expansão e implantação de novos ramos industriais, ao lado da renovação tecnológica de certos seto-

res ditos "tradicionais", não puderam resultar em significativa oferta de emprego industrial.

Ao Terciário coube absorver a parcela mais significativa da força de trabalho no período 1940-70. Os índices de ocupação apresentados, no decorrer do período, pelo Setor Terciário, revelam-no sempre como a principal fonte de empregos para uma crescente população urbana em idade de trabalhar. Em 1940, ocupava em torno de um quarto da população economicamente ativa e, em 1970, passa a absorver cerca de 37% desse total tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul.

Esse acentuado crescimento do emprego relativo no Terciário é explicável pelas transformações estruturais resultantes do processo de desenvolvimento por que passou a economia brasileira. Por outro lado, tem-se a intensificação do movimento migratório do campo para a cidade, iniciado, basicamente, após a Segunda Guerra Mundial e acelerado nos anos 50. A partir de então, verificou-se uma crescente mobilidade espacial das populações rurais em direção ao setor urbano, paralelamente à expansão das atividades econômicas das cidades.

Fundamentalmente, é a forma dicotômica com que se estrutura a economia agrária, em torno do complexo minifúndio-latifúndio, que fará com que a agricultura tenda a expulsar o homem do campo pela sua incapacidade estrutural em reter a mão-de-obra excedente, resultante do crescimento demográfico.

Esse movimento campo-cidade e seu efeito paralelo — desemprego e subemprego nas áreas urbanas — resulta não só de um conjunto de fatores de expulsão ligados ao atraso e/ou modernização do meio rural, mas também da atração exercida pelas cidades. Não se pode minimizar esse fascínio exercido pelos centros urbanos que,

ao monopolizarem a atividade industrial, passam a funcionar como pólo de atração para essa população rural disponível. Porém, a absorção dessa mão-de-obra nas atividades industriais é reduzida, pois a economia urbano-industrial brasileira não criou um número suficiente de empregos para absorver, produtivamente, a massa crescente de imigrantes rurais. Num primeiro momento, isso decorreu do próprio fato de se estar iniciando o processo de industrialização, período em que a oferta de emprego é, ainda, bastante reduzida. Quando esse processo começou a se dar de forma mais vigorosa, essa fraca absorção de mão-de-obra na indústria decorreu de sua própria incapacidade estrutural em criar novos empregos, à medida que seu avanço se faz através de tecnologia poupadora de mão-de-obra e sua organização se funda em moldes monopolísticos.⁶

Somando-se, então, às características do desenvolvimento industrial o crescente afluxo de migrantes para as cidades, tem-se como resultado o acúmulo, principalmente nos grandes centros urbanos, de um contingente crescente de pessoas em idade de trabalhar que, ao não encontrar emprego estável no setor industrial mais capitalizado, vem-se concentrar em atividades terciárias.

As explicações acerca desta "exagerada" participação da força de trabalho terciária no total de mão-de-obra ocupada, nos países em desenvolvimento, costumam se esgotar na constatação da existência de uma força de trabalho marginalizada inserida em atividades que exigem baixa qualificação. Essa marginalização resultaria, por um lado, de um excedente de mão-de-obra originário de uma migração do campo para as cidades e, por outro, de um crescimento demográfico urbano vegetativo em ritmo superior àquele da expansão das oportunidades de em-

prego na cidade. Assim, esse contingente populacional, impossibilitado de empregar-se estavelmente no setor industrial, ou passa a fazer parte de uma crescente massa de desempregados ou acaba por subempregar-se em ocupações instáveis e/ou improdutivas que caracterizam grande parte das atividades que compõem o Terciário.⁷

Uma explicação alternativa seria aquela que constata a funcionalidade desta força de trabalho desempregada ou alocada nessas ocupações informais: o crescimento horizontalizado das cidades é uma necessidade imposta pelas próprias características do processo de industrialização brasileira, que se desenvolveu sem um volume excedente que permitisse uma adequada expansão capitalizada dos serviços, de forma a atender às exigências da acumulação. Essa

⁶ Segundo Kowarick, a origem da ampliação limitada do número de empregos pela indústria estaria na própria "evolução do capitalismo latino-americano, quando comparada à história trilhada pelos países desenvolvidos: no capitalismo clássico, as formas históricas que marcaram a inserção da força de trabalho no sistema produtivo, com o surgimento do sistema manufatureiro e depois com a grande indústria, se operou no sentido de universalizar o trabalho assalariado." Isto é, a industrialização européia que se deu no sec. XIX baseava-se no uso de uma tecnologia que tendia a absorver um volume de mão-de-obra bastante superior àquele utilizado pelos países latino-americanos da atualidade. A especificidade maior das economias latino-americanas consistiria nessa insuficiência crônica, por parte dos segmentos econômicos mais modernos, em absorver, produtivamente, essa mão-de-obra. Vide: KOWARTCK, Lúcio. Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina; uma contribuição teórica. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, Brasileira de Ciências (8) abr./jun. 1974.

⁷ Ver ALMEIDA, Wanderley de & SILVA, Maria da Conceição. *Dinâmica do setor serviços no Brasil; emprego e produto*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. (Relatório de Pesquisa, 18).

são foi viável a medida que os serviços necessários ao desenvolvimento urbano-industrial foram obrigados a se expandirem sustentados, quase que exclusivamente, na utilização extensiva de força de trabalho, o que implica baixa produtividade e reduzidos níveis de remuneração, permitindo ao Setor Secundário auferir as altas taxas de lucro necessárias ao processo de acumulação industrial em curso.

Parecem estar aí as principais influências do crescimento industrial sobre a absorção de mão-de-obra pelo Setor Terciário: ao mesmo tempo em que estas empresas necessitam, para a produção e escoamento de seus produtos, de um conjunto de serviços — transporte, energia, comércio, serviços financeiros etc. — que são realizados sob formas produtivas

as formas tradicionais de produção, tendem a preservá-las, em parte, como também originam novas atividades que se desenvolvem em moldes tradicionais.⁹ Entre as atividades que tendem a ser preservadas estão as economias de subsistência e o artesanato. Entre as que se originam, inclui-se algumas atividades de prestação de serviços.

3. Evolução do emprego terciário por períodos

Ao se analisar a evolução do emprego segundo os períodos censitários — 1940, 1950 e 1970 — pode-se observar, mais nitidamente, a identidade existente em termos de tendências setoriais da ocupação no País e no Estado.

Ao se observar a Tabela 6, veri-

Tabela 6

Percentual de ocupação das pessoas economicamente ativas, segundo os setores de atividades, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

SETORES DE ATIVIDADE	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	1940	1950	1970	1940	1950	1970
Primário	63,64	60,00	46,05	65,90	59,90	44,29
Secundário	9,13	12,31	16,66	10,29	13,71	17,91
Terciário	27,23	27,69	37,29	23,81	26,39	37,80
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

modernas, elas também exigem a manutenção de um setor de atividades (particularmente as ocupações autônomas do Terciário e as atividades ligadas ao artesanato urbano tradicional), cuja expansão, ao se fazer baseada na utilização da força física de trabalho, não se constitua em pólo alternativo para a alocação de recursos destinados às unidades industriais e ainda seja perfeitamente adequada ao modo de produção capitalista.

Segundo Kowarick⁸, algumas economias, ao contrário de desarticular es-

fica-se que, em 1940, a participação relativa de cada setor gaúcho na ocupação

⁸ KOWARICK, Lúcio. op. cit., nota 11, cap. I.

⁹ KOWARICK, Lúcio. op. cit., nota 11, cap. I.

"(...) ao se desenvolver, o capitalismo não chega a desarticular as formas tradicionais de produção (...). E mais importante é que, tanto a manutenção dessas formas 'tradicionais', como a criação de 'novas', são partes integrantes de um modo de produção que (...) as articula e delas se alimenta."

da mão-de-obra disponível, apresentava-se de forma semelhante à distribuição setorial da força de trabalho brasileira. O Setor Terciário absorvia, aproximadamente, um quarto dessa força de trabalho, enquanto o Setor Primário era, ainda, o responsável pelo emprego de grande parte da população economicamente ativa, já que absorvia cerca de 65% desse total. Isso é um indicador do fato de que a industrialização do País, até 1940, parece não ter sido suficientemente vigorosa, capaz de alterar, significativamente, a participação do setor agrícola no emprego e tampouco as participações do setor inter-regionalmente. De fato, ao Setor Secundário correspondeu, em 1940, um percentual que não chegou a ultrapassar 10% da ocupação da população economicamente ativa.

Porém, a partir desse ano, vai-se evidenciando, cada vez mais, a diminuição da participação do Primário no emprego. Ao se examinar a alocação da população economicamente ativa entre os seto-

do Sul, quer para o Brasil.

Essa perda relativa do setor agrícola, no que tange à absorção de mão-de-obra, pode ser confirmada na Tabela 7, que apresenta as taxas de crescimento anual da ocupação da população economicamente ativa, no período 1940-50, para os três setores. Verifica-se, então, que o Setor Primário, comparativamente aos demais, é aquele que detém as menores taxas de crescimento neste período: no Brasil, 0,5% ao ano e, no Rio Grande do Sul, 0,9% ao ano. Nota-se que estas taxas, embora pequenas, já refletem na estrutura ocupacional as especificidades funcionais do Estado: a agricultura gaúcha apresenta uma taxa de crescimento anual de sua população ocupada quase duas vezes superior à apresentada pelo Brasil.

Essa perda relativa de posição do Primário foi ganha, na maior parte, pelo Secundário. Ao se examinar a Tabela 8, que mostra a distribuição do acréscimo de emprego, no período 1940-50, veri-

Tabela 7

Taxas de crescimento da ocupação das pessoas economicamente ativas, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

SETORES DE ATIVIDADE	1940-50		1950-70	
	Rio Grande do Sul	Brasil	Rio Grande do Sul	Brasil
Primário	0,94	0,53	1,12	1,23
Secundário ...	4,62	4,45	4,03	4,15
Terciário	1,71	2,54	4,00	4,63
TOTAL	1,53	1,49	2,47	2,77

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

res produtivos, no ano de 1950, observa-se que o Setor Primário, ainda apresentando um papel preponderante no que se refere à ocupação de mão-de-obra, já manifesta um decréscimo em sua participação relativa no emprego, que passa a oscilar em torno de 60%, quer para o Rio Grande

fica-se que os ganhos relativos maiores, em termos de ocupação da população economicamente ativa adicional incorporada ao mercado de trabalho, pertenceram ao Secundário. Embora o Brasil tenha apresentado essa mesma propensão, tem-se um acréscimo relativo no Terciário e um de-

crêscimo relativo no Primário superior ao apresentado pelo Rio Grande do Sul.

prego, quando comparado a sua capacidade anterior, o setor industrial semostrou

Tabela 8

Distribuição percentual do incremento líquido de mão-de-obra, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

SETORES DE ATIVIDADES	1940/50		1950/70	
	Rio Grande do Sul	Brasil	Rio Grande do Sul	Brasil
Primário	37,84	22,39	23,86	22,80
Secundário ...	31,67	35,14	23,59	23,70
Terciário	30,49	42,47	52,55	53,50
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

Deve-se destacar que esse acréscimo do emprego relativo no Terciário irá se traduzir, também, em uma contínua alteração em sua estrutura interna, como efeito direto das mudanças na divisão social do trabalho, resultantes do crescimento da economia. À medida que se processa a industrialização e as unidades produtivas vão-se inserindo de modo mais efetivo na divisão do trabalho, perdendo sua auto-suficiência relativa, vai-se gerando uma demanda em rápido aumento de determinados serviços (principalmente aqueles conexos à área da produção), cujo emprego, em consequência, também se expande rapidamente.

É interessante observar, também, que foi o Setor Secundário aquele que apresentou as maiores taxas anuais de crescimento do emprego, no período 1940-50. Essas oscilaram ao redor de 4,5% ao ano, tanto para o País como para o Estado, o que representou quase o dobro das taxas anuais de crescimento apresentadas pelo Setor Terciário. Se a essas taxas forem confrontadas as participações relativas do Secundário, na ocupação da mão-de-obra, é possível dizer que, embora expandindo-se em termos de oferta de em-

insignificante quanto à absorção do total da população economicamente ativa frente aos demais setores no período 1940-50.

Esse reduzido aumento da participação do Secundário resultou, fundamentalmente, das mudanças tecnológicas introduzidas no processo de industrialização, que significaram uma diminuição nas possibilidades de emprego do setor. Tais mudanças consistiram na substituição acelerada da produção artesanal pela produção fabril que, mesmo significando a criação de novos empregos industriais, acarretava o desemprego nas unidades artesanais que eram extintas paulatinamente. Embora esse processo seja típico em qualquer sociedade capitalista em fase de industrialização, no Brasil ele se agrava à medida que a modernização dos métodos produtivos resulta do uso de tecnologia importada, com base em técnicas capital-intensivas pouco absorvedoras de mão-de-obra. Quantitativamente, isso resultou, no ano de 1950, em um percentual de emprego relativo em torno de 14% para o Brasil, enquanto que para o Rio Grande do Sul essa participação não chega a 12,3%.

Em 1970, a distribuição intersectorial da população economicamente ativa

apresentou-se bastante modificada, embora os extremos, em termos de maior e menor participação relativa na ocupação, continuassem correspondendo, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, respectivamente, aos setores Primário e Secundário. Em 1970, tanto o Setor Primário brasileiro como o gaúcho agregaram, tão-somente, 45% da população economicamente ativa, enquanto o Setor Terciário apresentou um acréscimo significativo, passando a concentrar mais de um terço da mesma, cabendo ao Setor Secundário um percentual de ocupação inferior a 18%.

Embora seja ainda o Primário aquele que maior volume de força de trabalho absorveu, comparativamente aos demais setores, a tendência que se coloca, historicamente, é o decréscimo gradativo de sua participação no emprego¹⁰. Couberam, ao Setor Primário, as mais reduzidas taxas de crescimento de emprego, cujas variações, em relação à década 1940-50, foram quase insignificantes, permanecendo inferiores ao ritmo de crescimento da economia, embora o volume de emprego no setor crescesse em termos absolutos.

Segundo Singer, no Brasil, "... o fato do emprego agrícola ainda crescer em termos absolutos pode ser atribuído ao baixo índice de mecanização desta atividade (utilização de métodos pré-industriais) e ao incremento da demanda por alimentos, devido às altas taxas de crescimento vegetativo e de urbanização da população"¹¹. Mais do que isto, segundo o mesmo autor, "é preciso considerar que a disponibilidade de terras agriculturáveis ainda não ocupadas permite a uma crescente massa humana se inserir no setor de subsistência da economia"¹².

Verifica-se assim, no período 1950-70, a mesma tendência detectada no período anterior. Neste espaço de 20 anos, novamente se revela que o Setor

Terciário está-se expandindo com maior intensidade no que se refere à absorção da população economicamente ativa, agora absorvendo mais da metade do acréscimo de emprego.

As taxas setoriais de crescimento, calculadas para o período, confirmam o papel ascendente que o Terciário vem assumindo na ocupação da força de trabalho. O Setor Terciário apresenta elevadas taxas de crescimento bastante próximas, inclusive, às encontradas para o Secundário. No Rio Grande do Sul, enquanto no período anterior a taxa relativa ao Terciário oscilava em torno de 1,7% ao ano, no período 1950-70 ela se expande para 4,0% ao ano, o que vem a refletir o ritmo, progressivamente maior, do crescimento relativo de emprego no setor. Em relação ao Brasil, verificou-se a mesma tendência. Esse crescimento das oportunidades de emprego no Terciário, neste período, pode ser interpretado como resultado, por um lado, da pressão da força de trabalho que faz crescer determinados ramos do setor informal e, por outro, da expansão de uma demanda por certos serviços

¹⁰ Das 875.786 pessoas adicionais que se incorporaram à força de trabalho gaúcha no período 1950-70, apenas cerca de 25% se empregou na agricultura, percentual equivalente ao apresentado pela indústria. Essa situação é semelhante à do Brasil.

¹¹ SINGER, Paul I. Força de trabalho e emprego no Brasil (1920-1969) São Paulo, Brasileira de Ciências, 1971 (Cadernos Cebrap, 3), p.50 e 52.

¹² Singer comenta, ainda, que "a ocupação de terras é a forma pela qual muitos ganham acesso ao meios de produção, acesso que lhes é dificultado pelas vias normais do mercado de trabalho: muitos dos que migram para as faixas pioneiras e se tornam 'ocupantes' de terras procedem de áreas em que a oferta de trabalho é muito grande em relação à procura..." op. cit.

ligados mais diretamente à esfera produtiva.

O Setor Secundário, por sua vez, manteve, no período 1950-70, taxas de crescimento semelhantes às do período anterior, em torno de 4,1%, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul. Segundo Singer, que desmembrou a análise do emprego na indústria brasileira em dois períodos — 1950-60 e 1960-70 —, tem-se que no primeiro período houve, realmente, um decréscimo no emprego relativo do Setor Secundário, o qual foi compensado pelo forte crescimento do emprego na década seguinte: "o recuo relativo do emprego industrial, no Brasil, entre 1950 e 1960 é difícil de explicar face ao acelerado desenvolvimento industrial pelo qual passou o País naquela década (...). Não há como evitar a conclusão de que houve, neste período, um tal aumento de produtividade na indústria que toda a industrialização havida só serviu para manter o emprego industrial como uma proporção constante (cerca de 14%) do emprego total"¹³.

Sobre o crescimento de emprego industrial no período mais recente, explica Singer que deve ter sido o resultado do esgotamento do processo de substituição das unidades artesanais à medida que o número dessas unidades deixa de ser significativo na Indústria de Transformação. Isto é, "não havendo mais muita possibilidade de substituir manufatura artesanal por produção fabril, a expansão desta e o volume de emprego assim gerado deixam de ser, em boa parte, 'compensados' pela eliminação de um certo volume de produção e de emprego artesanais, ou, de alguma forma, tecnicamente atrasados"¹⁴.

A essa causa da expansão do emprego industrial, ainda é acrescentado o fato de que o crescimento da indústria,

nos últimos anos, se fez mediante a instalação de gêneros novos — materiais de transporte, material elétrico e eletrônico, química — e muito pouco pela "modernização" de ramos mais antigos, tal como aconteceu na década anterior.

4. Estrutura ocupacional do setor terciário

Ao se analisar a estrutura ocupacional do Terciário gaúcho, verifica-se que o crescimento do volume de mão-de-obra absorvido pelo setor, no período 1940-70, se traduziu em importantes mudanças em sua estrutura interna. Tais mudanças resultaram, por um lado, de uma crescente demanda por determinados serviços — tais como parte do Comércio, Atividades Financeiras, Comunicações etc. — cuja maior parte, mesmo ao se organizar sob modalidades produtivas "modernas", tem seu emprego expandido rapidamente e, por outro lado, de uma pressão da força de trabalho excedente que se vai localizar em determinados segmentos terciários de baixíssima produtividade. Esses segmentos se expandem por se encontrarem apoiados na utilização e na sub-remuneração dessa força física de trabalho disponível, a qual se concentra, principalmente, no Comércio Ambulante e em algumas atividades de Prestação de Serviços, como os Serviços Domésticos Remunerados.¹⁵

Essa "dualidade" no crescimento

¹³ SINGER, Paul I. op. cit., nota 11, cap. III.

¹⁴ SINGER, Paul I. op. cit., nota 11, cap. III.

¹⁵ Segundo o Censo Demográfico de 1970, no Rio Grande do Sul e no Brasil, os empregados domésticos representam quase 50% da força de trabalho terciária engajada no setor de Prestação de Serviços.

do emprego terciário, todavia, pode ser explicada a partir das transformações estruturais por que passou a economia brasileira nas últimas décadas, resultantes do tipo de desenvolvimento que se processa no País e que se reflete na economia gaúcha. Isto é, o fato de o processo de industrialização brasileira, ao se acelerar a partir de 1930, ter-se dado em condições de escassez de capital obrigou o Setor Terciário a desenvolver-se horizontalmente, com base em um reduzido coeficiente de capitalização e aproveitando uma oferta quase ilimitada de mão-de-obra.

Assim, em função da necessidade de concentrar o capital disponível na instalação e expansão das unidades industriais e de evitar a concorrência na captação desses escassos recursos por parte dos outros segmentos da economia, é que o Setor Terciário se viu forçado a um tipo de crescimento que, embora aparentemente contraditório, tem claramente definida a sua funcionalidade para a expansão global da economia. À medida que os serviços em geral se desenvolvem mediante o uso de abundante mão-de-obra, a qual é remunerada a níveis baixíssimos, além de não estar concorrendo com a indústria na atração de capital, ainda acaba por pressionar para baixo os níveis salariais vigentes na economia, proporcionando elevadas taxas de lucro nos setores industriais mais capitalizados.

Dessa maneira, determinados serviços aparentemente incompatíveis com a expansão capitalista no Brasil são, na verdade, imprescindíveis para a manutenção desse processo, visto que da sua existência depende um desempenho mais dinâmico das atividades produtoras. É o caso, por exemplo, como coloca Oliveira¹⁶, da estreita ligação existente entre a produção de hortigranjeiros e o comércio ambulante ou entre a produção automobi-

lística e o funcionamento de pequenas oficinas de reparação de veículos. Da mesma forma, teriam também sua funcionalidade certos tipos de serviços prestados geralmente no âmbito familiar, pois, caso não o fossem, exigiriam uma infra-estrutura e uma base de acumulação capitalística inexistentes nas cidades.

Em função dessa necessidade de expansão conjunta de segmentos "arcaicos" e "modernos" é que, ao se analisar a evolução da estrutura interna do Terciário, no período 1940-70, tanto a nível do País como do Rio Grande do Sul, se verificará a significativa importância na absorção de mão-de-obra de subsetores como o Comércio de Mercadorias e a Prestação de Serviços, onde coexistem ambas as formas.

Como é possível verificar na Tabela 9, as atividades de Prestação de Serviços e Comércio de Mercadorias mantiveram, no decorrer do período em análise, uma absorção em torno de 52% do total da população economicamente ativa ocupada no Terciário do Rio Grande do Sul, percentual bastante significativo quando comparado com as posições relativas das demais atividades de serviços no emprego da força de trabalho.

Os subsetores Prestação de Serviços e Comércio de Mercadorias apresentaram, também, taxas de crescimento relativamente elevadas no período 1940-70, respectivamente, 3,4% e 3,0% ao ano, somente inferior à taxa encontrada para as Atividades Sociais.

Confirmando a grande capacidade de absorção de mão-de-obra por parte do Comércio de Mercadorias e da Prestação de Serviços, relativamente às demais atividades terciárias, verifica-se, na Tabela

¹⁶ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., nota 10, cap.I.

Tabela 9

Ocupação das pessoas economicamente ativas no Setor Terciário, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

SETOR TERCIÁRIO	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	1940	1950	1970	1940	1950	1970
Comércio de mercadorias ..	19,63	21,05	20,73	20,45	21,22	20,26
Prestação de serviços	33,48	34,65	30,89	41,26	37,04	32,46
Transportes, comunicações e armazenagem	13,35	14,04	10,88	14,35	15,44	11,14
Atividades sociais	6,77	9,97	15,76	6,17	9,62	13,16
Administração pública	14,43	14,30	11,49	11,58	11,35	10,32
Outras atividades	12,34	5,99	10,25	6,19	5,33	12,66
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

Tabela 10

Taxas de crescimento da ocupação das pessoas economicamente ativas, do Setor Terciário, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO DE MERCADORIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E ARMazenAGEM
Rio Grande do Sul	3,42	2,99	2,53
Brasil	3,90	3,10	3,06

DISCRIMINAÇÃO	ATIVIDADES SOCIAIS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	OUTRAS ATIVIDADES	TOTAL
Rio Grande do Sul	6,18	2,45	2,60	3,23
Brasil	6,59	3,53	6,43	3,93

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

9, que são ainda os que absorveram a maior parte do incremento líquido da força de trabalho terciário no Rio Grande do Sul (mais de 50%).

A importância relativa de tais segmentos do Terciário, principalmente no que se refere ao Comércio, pode ser, em parte, explicada pelas crescentes necessidades de intermediação derivadas, diretamente, da expansão das atividades industriais. Por outro lado, nesses subse-

tores, Comércio e Prestação de Serviços, coexistem, funcionalmente, segmentos "modernos" e "arcaicos", ambos, como já foi visto, igualmente necessários ao crescimento da empresa industrial. Assim, em relação ao Comércio, paralelamente à criação e expansão de formas "modernas" de comercialização, que apresentam um crescente esforço de racionalização e capitalização de suas atividades, tem-se também outros ramos, como por exemplo, o Comér-

cio Ambulante, que se caracterizam por baixíssimos níveis de produtividade. Enquanto os primeiros se valem de um significativo grau de monopólio no mercado de seus produtos e ainda dispõem de um

com 6,18% ao ano, absorvendo nesses 30 anos mais de um quinto do total da força de trabalho adicional incorporada ao Terciário do Estado.

O fator principal que estaria

Tabela 11

Distribuição percentual do incremento líquido de mão-de-obra, no setor terciário, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

SETOR TERCIÁRIO	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
Comércio de mercadorias ..	21,41	20,18
Prestação de serviços	29,27	28,42
Transportes, comunicações e armazenagem	9,33	9,67
Atividades sociais	21,39	16,38
Administração pública	9,65	9,73
Outras atividades	8,95	15,62
TOTAL	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

volume considerável de capital por trabalhador, os últimos constituem-se em pequenas unidades altamente competitivas entre si, que utilizam mão-de-obra de baixa qualificação e que, para conquistar uma parcela do mercado, se valem de sua proximidade física com o mercado consumidor. É nesses segmentos considerados "tradicionais" que se supõe a alocação de importante parcela de desemprego disfarçado.

Por outro lado, nesse mesmo período de tempo, observa-se um acréscimo, em termos de ocupação da população economicamente ativa, das Atividades Sociais, as quais tiveram duplicadas sua participação relativa no Terciário. No Rio Grande do Sul, o percentual dessas atividades no emprego variou de 6,77% em 1940, para 15,76% em 1970. Sua taxa de crescimento de ocupação da população economicamente ativa foi a mais alta da economia gaúcha,

levando as Atividades Sociais a esse crescimento contínuo e acelerado seria o elevado aumento da demanda por esse tipo de serviço (principalmente Educação e Assistência Médica), ocorrido durante o período em estudo. O fato de o aumento da demanda por serviços médicos e educacionais ocasionar um rápido aumento de ocupação de mão-de-obra é explicável, tendo em vista a própria natureza do processo de prestação dos mesmos que faz com que a expansão do emprego ocorra proporcionalmente à expansão da atividade, sendo bastante restrita a substituição da mão-de-obra por tecnologia. Por outro lado, atuando também para o crescimento do emprego nessas atividades, estaria contribuindo a própria elevação da renda e do produto, resultantes do processo de crescimento econômico, que implicam um aumento da demanda por esses serviços.

O subsetor "Outras Atividades"¹⁷ apresentou nos anos em estudo uma oscilação acentuada em termos de absorção de mão-de-obra. Em 1940, absorvia 12,34% da mão-de-obra terciária gaúcha passando a absorver 5,99% em 1950 e 10,25% em 1970. Comparativamente ao emprego terciário nacional, percebe-se uma grande discrepância de participação relativa no ano de 1940, onde o Brasil apresentou um percentual de 6,19%. Possivelmente, isso decor-

va. Destacavam-se as atividades vinculadas ao Comércio de Imóveis e Bancos e Casas Bancárias, como é possível constatar na Tabela 12.

No Rio Grande do Sul, as atividades relativas ao Comércio de Imóveis, que em 1940 apresentavam uma participação relativa em torno de 0,33%, passam a contribuir, em 1970, com cerca de 4,72% do total da população economicamente ativa ocupada pelo subsetor "Outras Atividade-

Tabela 12

Ocupação das pessoas economicamente ativas em outras atividades no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

ATIVIDADES	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	1940	1950	1970	1940	1950	1970
Profissionais liberais ...	13,05	28,87	23,89	29,56	32,68	18,87
Comércio de imóveis	0,33	3,12	4,72	0,86	6,82	4,67
Comércio de títulos e moedas	0,28	0,10	2,91	1,44	0,41	2,04
Bancos e casas bancárias .	6,94	21,36	22,94	10,61	24,71	19,82
Caixas econômicas	0,36	1,56	2,27	1,16	2,65	1,17
Seguros e capitalização ..	1,42	7,59	3,39	3,10	8,36	2,26
Outras atividades e atividades mal definidas	77,62	37,40	39,88	53,27	24,37	51,17
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

re de uma imprecisão no levantamento das informações coletadas no Rio Grande do Sul, fazendo com que um número excessivo de indivíduos fosse incluído no item "Outras Atividades e Atividades Mal Definidas", componente do subsetor Outras Atividades. Em 1940, 77,62% das pessoas ocupadas nesse subsetor do Rio Grande do Sul estavam incluídas no item Mal Definidas, enquanto no Brasil esse percentual era de 53,27%. As demais atividades componentes do subsetor Outras Atividades apresentaram, no Estado, crescimento de participação semelhante ao brasileiro, na ocupação da população economicamente ati-

des". Com menos intensidade, mas também com um acréscimo significativo em sua contribuição relativa no emprego total do subsetor, no período 1940-70, encontravam-se os Bancos e Casas Bancárias, cuja participação situava-se em torno de 6,94% em 1940, passando a 22,94%, em 1970.

Também as atividades ligadas ao

¹⁷ Em Outras Atividades, estão incluídos: Profissionais Liberais, Comércio de Imóveis, Comércio de Títulos e Moedas, Bancos e Casas Bancárias, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito, Seguros e Capitalização e Outras Atividades Mal Definidas.

Comércio de Títulos e Moedas, Caixas Econômicas e Seguros e Capitalização aumentaram suas participações relativas, embora em proporções inferiores, passando a absorver, conjuntamente, em 1970, cerca de 8,5% da população economicamente ativa alocada no grupo Outras Atividades, quando em 1940 sua participação não alcançava 2,1% no Rio Grande do Sul. O grupo que compreende Outras Atividades e Atividades Mal Definidas apresentou um forte decréscimo, o qual pode ser atribuído, em parte, às próprias variações intercensitárias na metodologia de coleta de tais informações, ou a uma maior conscientização do informante, que passa a definir com maior exatidão e critério o ramo de atividade ao qual se acha vinculado.

legalmente, o Banco Central e o Sistema Financeiro de Habitação, promoveu uma reorganização no Sistema Financeiro Nacional, que foi complementado em 1965 por inovações da lei do Mercado de Capitais.¹⁸

Essa nova forma de organização e funcionamento do Sistema Financeiro, implicando um deslocamento, cada vez maior, entre as órbitas financeira e produtiva, trouxe, em consequência, sua crescente importância e autonomia frente ao capital produtivo, pois passa a dispor de um conjunto de instrumentos e mecanismos que lhe facilita uma acumulação a ritmos cada vez mais acelerados. A diversificação desses mecanismos proporciona o surgimento e a multiplicação de estabelecimentos

Tabela 13

Taxas de crescimento da ocupação das pessoas economicamente ativas em outras atividades, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

DISCRIMINAÇÃO	PROFISSIONAIS LIBERAIS	COMÉRCIO DE IMÓVEIS	COMÉRCIO DE TÍTULOS E MOEDAS	BANCOS E CASAS BANCÁRIAS
Rio Grande do Sul ...	4,69	12,13	10,91	6,77
Brasil	4,85	12,62	7,68	8,68

DISCRIMINAÇÃO	CAIXAS ECONÔMICAS	SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO	OUTRAS ATIVIDADES E ATIVIDADES MAL DEFINIDAS	TOTAL
Rio Grande do Sul ...	9,13	5,63	0,35	2,60
Brasil	6,47	5,31	6,38	6,43

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

Uma explicação da recente importância que assumem as atividades ligadas à Intermediação Financeira estaria relacionada com o fato de entrar em funcionamento, basicamente, a partir de 1966, uma nova forma de organização dessas atividades, gerada em fins de 1964, a qual modificou, de modo acentuado, as formas de captação de recursos. A reforma bancária, ocorrida em fins de 1964, além de criar,

destinados à Intermediação Financeira, o

¹⁸ Essas inovações consistiram na introdução da cláusula de correção monetária na maior parte das operações do sistema financeiro e na regulamentação das formas operacionais das sociedades de capital aberto, companhias e bancos de investimento, corretoras e distribuidoras de valores, assim como modificações no caráter dos instrumentos principais do mercado de capitais.

que vai-se refletir na expansão de emprego no setor. Nesse processo de concentração do capital financeiro, ao mesmo tempo em que há a liquidação de um considerável número de agências tradicionais (bancos e pequenas financeiras), surgem novas instituições, particularmente, a partir de 1968, tais como bancos de investimentos, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo, acompanhadas de um grande número de empresas distribuidoras e corretoras de títulos.¹⁹

Conforme a Tabela 13, que mostra as taxas de crescimento da ocupação da População Economicamente Ativa no subsetor Outras Atividades, no Rio Grande do

adiciona! entre essas diversas atividades nota-se que, nesse mesmo intervalo de tempo, são os Bancos e Casas Bancárias e Profissionais Liberais que concentram a maior parte desse incremento líquido da força de trabalho: conjuntamente, absorveram no Rio Grande do Sul em torno de .. 70% do total do ingresso líquido de mão-de-obra no subsetor Outras Atividades.

Os demais segmentos do Terciário — Transportes, Comunicações e Armazenagem e Administração Pública — embora representem uma parcela significativa na ocupação da força de trabalho, têm suas participações reduzidas ao longo do período em análise. No Rio Grande do Sul, concen-

Tabela 14

Distribuição percentual do incremento líquido de mão-de-obra, no Subsetor outras atividades, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

ATIVIDADES	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
Profissionais liberais ...	33,24	16,93
Comércio de imóveis	8,51	5,36
Comércio de títulos e moedas	5,18	2,15
Bancos e casas bancárias .	36,76	21,50
Caixas econômicas	3,92	1,18
Seguros e capitalização ..	5,09	2,10
Outras atividades e atividades mal definidas ..	7,30	50,78
TOTAL	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas 1 e 2.

Sul, no período 1940-70, verifica-se que parecem ser responsáveis pelo acréscimo do emprego, no subsetor, as atividades relacionadas ao Comércio de Imóveis, Títulos e Moedas, Caixas Econômicas e Bancos e Casas Bancárias. Suas taxas de crescimento foram, respectivamente, 12,1%, .. 10,9%, 9,1% e 6,8% ao ano, superiores à taxa média de todo o subsetor (5,7% ao ano).

Ao se observar, porém, a distribuição da população economicamente ativa

travam, juntos, 27,78% do total da população economicamente ativa em 1940, passando a ocupar, em 1970, tão-somente 22,37% desse mesmo total. Por esse decréscimo, foram responsáveis, em proporções semelhantes, ambas as atividades. As taxas de crescimento da ocupação — em

¹⁹ TAVARES, Maria da Conceição. op. cit., nota 1, cap.II.

torno de 2,5% ao ano para cada um desses subsetores, no período 1940-70 — foram também reduzidas, inferiores inclusive à taxa de crescimento do Terciário. Além disso, foram esses os segmentos que absorveram as menores parcelas do incremento líquido de mão-de-obra nesses 30 anos. Juntos não ocuparam um quinto da força de trabalho adicional engajada no Terciário gaúcho.

O lento ritmo de crescimento do emprego no subsetor Transportes, Comunicações e Armazenagem pode ser explicado pela intensa capitalização que caracteriza o seu comportamento recente, visto apresentar um dos mais elevados ritmos de crescimento de participação no produto.

A recente expansão das atividades governamentais, como resultado das funções, cada vez mais amplas, que o Governo vem assumindo nos planos econômico e social, não se traduziu em aumento da participação do subsetor Administração

Pública na ocupação da força de trabalho alocado no Terciário gaúcho. Isso advém do fato de que o registro de emprego feito neste segmento, segundo a metodologia adotada pela Fundação IBGE, engloba, tão-somente, os serviços administrativos governamentais, o legislativo, justiça, defesa nacional e segurança pública. Desse modo, embora tenha surgido uma expansão da ação governamental, essa ocorreu de forma mais intensa nas áreas de energia, transportes, comunicações, educação, previdência social, saneamento básico etc., cujos registros de ocupação não se encontram consolidados na esfera da Administração Pública.

Além disso, a crescente adoção do regime de contratação de "serviços de terceiros", que atinge desde as atividades de planejamento até a execução de obras, faz com que a mão-de-obra empregada na prestação desses serviços não se encontre computada neste subsetor.



capítulo IV
dois aspectos da ocupação
da força de trabalho no terciário:
o trabalho informal e a mão-de-obra feminina

23

*CAPÍTULO IV - DOIS ASPECTOS DA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO
TERCIÁRIO: O TRABALHO INFORMAL E A MÃO-DE-OBRA FEMININA*

1. Nota introdutória

Com a finalidade de complementar a análise do emprego no Setor Terciário da economia do Rio Grande do Sul, efetuada no capítulo anterior, dois aspectos específicos relacionados com a ocupação de força de trabalho no setor foram abordados em separado, por sua particular importância, em textos que se incluem neste capítulo.

O primeiro desses aspectos refere-se ao estudo da importância da presença de mão-de-obra ocupada em bases "informais", nos diversos ramos do Terciário, na economia do Estado, retomando um tema já referido, em um plano estritamente teórico, no capítulo I deste trabalho.

O segundo aspecto aqui abordado refere-se ao trabalho feminino nas atividades terciárias gaúchas. O destaque desse tema é justificado pelo fato de que as mulheres constituem parcela expressiva da força de trabalho alocada no Setor Terciário. Além disso, a ocupação da mão-de-obra feminina no setor reveste-se de características peculiares que exigem uma análise em separado.

2. O trabalho "informal" no terciário

Os dados dos Censos Demográficos, referentes ao rendimento e à posição na ocupação das pessoas que possuem atividade econômica, permitem que se obtenha um melhor conhecimento empírico a respeito das características e da importância relativa, em termos do emprego nos diversos ramos do Setor Terciário, das atividades

organizadas em moldes "informais" ou "atrasados". Tais formas de organização, como já foi visto em capítulos anteriores deste trabalho¹, caracterizam-se, entre outros aspectos, pela ausência do salário como vínculo entre empregado e empregador. Os indivíduos ocupados em atividades assim organizadas trabalham, via de regra, sem vínculos formais de qualquer espécie, seja auxiliando (sem remuneração) o trabalho de familiares, seja prestando serviços de forma intermitente a vários "empregadores" (sendo, em geral, pagos "por tarefa"), seja trabalhando em atividades não cobertas ou apenas parcialmente cobertas pela legislação trabalhista.

A ocorrência dessas atividades organizadas em bases "tradicionais" ou "informais" é viabilizada pela existência de um excedente estrutural de mão-de-obra não especializada, gerado pelas próprias características do sistema econômico, excedente esse que é constituído por indivíduos que, ao não encontrar oportunidades de emprego nos segmentos mais dinâmicos da economia, são compelidos a aceitar qualquer oportunidade de ocupação, mesmo que isso implique uma baixa remuneração de sua força de trabalho. Essa sub-remuneração do trabalho, em atividades terciárias organizadas informalmente, viabiliza a oferta a baixo custo de uma extensa gama de serviços no meio urbano. O custo desses serviços assim ofertados é bastante redu-

¹ Vide, principalmente, o capítulo I, itens 2 e 3.

zido, o que desincentiva a penetração de formas de organização "modernas" nessas atividades, pois a taxa de lucro nesses segmentos modernos teria de ser muito reduzida — se comparada à taxa de lucro médio vigente no resto da economia — para que os mesmos pudessem competir, vantajosamente, com os segmentos "informais". Dessa maneira, as formas de organização arcaicas tendem a sobreviver em algumas atividades terciárias, pois a penetração de formas modernas é desincentivada pela baixa rentabilidade, a qual seria causada, em última análise, pela sub-remuneração da mão-de-obra nos segmentos informais dedicados à prestação do mesmo tipo de serviço. A baixa remuneração da força de trabalho é, dessa maneira, imprescindível para a sobrevivência dos segmentos informalmente organizados. Por outro lado, essa sub-remuneração só é possível dada a existência de um excedente de oferta de mão-de-obra que os setores "modernos" da economia não absorvem. Os ramos e atividades terciárias que tendem a apresentar segmentos informalmente organizados mais expressivos são aqueles que, por suas próprias características, necessitam, quase exclusivamente, de mão-de-obra pouco qualificada para a sua operação.

Ao nível dos levantamentos estatísticos, a importância dos segmentos "informais" ou "arcaicos" na ocupação da mão-de-obra terciária pode ser, aproximadamente, avaliada considerando-se a participação no emprego total das categorias "trabalhadores autônomos" ou "trabalhadores por conta própria" e "membros não-remunerados da família", que representam, a grosso modo, o emprego nesses segmentos. Essa avaliação é, apenas, aproximativa, à medida que os levantamentos incluem na categoria "empregados", onde se encontra a grande massa do emprego "formal", muitos indivíduos ocupados em atividades, indiscutivelmente, "informais" ou "arcaicas".

O exemplo mais imediato é o das pessoas que trabalham em Serviços Domésticos Remunerados, ocupação tipicamente "informal", e que são incluídas na categoria "empregados". Em consequência desse tipo de problema, gerado pela inadequação, para os fins deste trabalho, dos critérios classificatórios adotados nos levantamentos de dados, a análise da importância relativa, em termos de ocupação nos diversos ramos do Setor Terciário, dos segmentos informalmente organizados, fica parcialmente prejudicada. Deve-se observar, todavia, que, dada a heterogeneidade interna do setor, onde se está em presença de uma gama extremamente ampla e complexa de situações e de formas de organização, dificilmente seria possível conciliar a simplificação de critérios inerentes aos levantamentos estatísticos com as necessidades de uma classificação compatível com os conceitos teoricamente mais adequados.

Outro fator que impede uma apreciação mais detalhada da importância relativa dos segmentos informais dentro das diversas atividades que compõem o Setor Terciário é o nível de agregação que são apresentados os dados nos Censos Demográficos. As informações são agrupadas de forma a constituir conjuntos excessivamente heterogêneos (por exemplo: Prestação de Serviços, Atividades Sociais), onde coexistem atividades muito diferenciadas tanto no que se refere aos aspectos organizacionais quanto no que tange às próprias características da sua atuação econômica. Dessa forma, a análise fica prejudicada pelo escasso detalhamento das informações disponíveis. Ao se abordar o estudo das diferenças de remuneração entre os segmentos "tradicionais" e "modernos", das atividades terciárias, essa excessiva agregação dos dados se constitui no principal obstáculo à análise empírica, pois o agrupamento das remunerações referentes a diversas atividades isoladas, de

forma a se obter as distribuições de remunerações para os ramos do Terciário, obscurece as diferenças entre os padrões remuneratórios vigentes nos segmentos "formais" e "informais" dedicados a atividades similares, impedindo a sua identificação.

2.1 - A presença dos segmentos "arcaicos" no setor terciário

A comparação entre as informações dos Censos de 1940, 1950 e 1970, apresentadas na Tabela 1, comprova o fato de que os segmentos "informais" — ali representados pelas categorias "autônomos" e "não-remunerados" — vêm mantendo um nível de participação relativa expressivo e pouco declinante no total da ocupação de mão-de-obra no Setor Terciário gaúcho em todo o período em análise. Em 1940, essas duas categorias constituíam, aproximadamente, 30,11% da força de trabalho ocupada no setor.² Trinta anos após, em 1970, essa participação se havia reduzido em, aproximadamente, cinco e meio pontos percentuais para um valor de 25,44%, ou seja, ainda pouco mais do que a quarta parte dos indivíduos que trabalhavam no Terciário. Não se deve esquecer que esses valores constituem uma acentuada subestimação da real importância do emprego informal, dado que, como já foi visto, uma parcela bastante expressiva das pessoas que o Censo classifica como "empregados" estão vinculadas a ocupações tipicamente "informais".

Deve-se assinalar que o Setor Terciário é o núcleo fundamental, no meio urbano, da ocupação de mão-de-obra em atividades organizadas de forma não tipicamente capitalista. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1972, no Rio Grande do Sul, 94,36% dos "trabalhadores por conta própria" (autônomos) existentes nas atividades não agrícolas encontravam-se ocupados no Terciário.

A categoria "empregados" vem tendo sua participação na ocupação terciária aumentada ao longo do tempo. Em 1940, constituíam 58,55% do total da mão-de-obra do setor³, passando a 65,89% em 1950 e 72,92% em 1970. O conceito de "empregado" adotado pelo Censo, todavia, superestima a ocupação em bases "formais", pois abrange alguns casos de ocupação tipicamente "informal", como, por exemplo, as empregadas domésticas. Apesar disso, porém, se se considerar a importância dessa superestimação relativamente constante nos três Censos, pode-se observar uma certa tendência ao crescimento da ocupação "formal" dentro do setor, a qual se deriva do aumento da participação dos segmentos organizados em bases tipicamente capitalistas dentro das atividades terciárias. Essa tendência, todavia, não impediu a sobrevivência dos segmentos "informais", apenas reduziu — e de forma pouco acelerada — sua participação no total da ocupação de mão-de-obra no setor.

O Comércio de Mercadorias era, em 1970, o ramo terciário em que a participação conjunta dos "autônomos" e "não-remunerados" no total do emprego era mais elevada. As duas categorias somavam, nesse ano, 36,59% da mão-de-obra comercial do Estado. Essa participação vem decrescendo nas últimas décadas, pois, em 1940, atingia 41,70%, reduzindo-se para 37,85% em 1960. A maior parte dos elementos "autônomos" do Comércio de Mercadorias é constituída por vendedores ambulantes e camelôs, que abundam nos grandes centros urbanos.

² O valor é aproximado pois não se conhece a discriminação do Pessoal Ocupado segundo a Posição na Ocupação das Atividades Sociais, em 1940.

³ Essa participação está subestimada, pois não inclui a categoria Atividades Sociais, onde a imensa maioria da mão-de-obra é constituída por empregados.

Tabela 1

Distribuição percentual do pessoal ocupado e posição na ocupação, por ramos do Setor Terciário, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

RAMOS E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1940	1950	1970
Comércio de Mercadorias	100,00	100,00	100,00
Empregados	50,95	50,61	59,56
Empregadores	7,00	11,34	3,85
Autônomos	38,25	32,18	34,68
Não remunerados	3,45	5,67	1,91
Outra posição ou posição não declarada	0,35	0,20	-
Prestação de Serviços	100,00	100,00	100,00
Empregados	64,70	66,43	74,16
Empregadores	1,19	4,04	1,01
Autônomos	31,51	27,15	24,27
Não remunerados	0,70	2,22	0,56
Outra posição ou posição não declarada	1,90	0,16	-
Transportes, Comunicações e Armazenagem	100,00	100,00	100,00
Empregados	77,84	78,61	73,52
Empregadores	0,65	2,03	0,81
Autônomos	20,12	18,29	25,23
Não remunerados	1,12	0,96	0,44
Outra posição ou posição não declarada	0,27	0,11	-
Atividades Sociais	100,00	100,00	100,00
Empregados	-	81,74	94,48
Empregadores	-	0,31	0,07
Autônomos	-	3,58	1,54
Não remunerados	-	14,15	3,91
Outra posição ou posição não declarada	-	0,22	-
Outras Atividades	100,00	100,00	100,00
Empregados	80,63	57,37	62,46
Empregadores	1,62	3,16	0,64
Autônomos	17,50	38,67	17,82
Não remunerados	0,13	0,59	17,45
Outra posição ou posição não declarada	0,13	0,21	1,63
Total	(1)100,00	100,00	100,00
Empregados	58,55	65,89	72,92
Empregadores	2,55	5,05	1,44
Autônomos	28,67	24,67	22,03
Não remunerados	1,44	4,22	3,41
Outra posição ou posição não declarada	1,04	0,17	0,20

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.

CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

(1) Neste total está incluído "Atividades Sociais", cuja posição na ocupação não está discriminada, correspondendo a 4,82% do total.

No caso do Comércio, os dados censitários, apesar de serem levantados segundo conceitos não adequados para esse fim, fornecem uma razoável aproximação da real importância relativa dos segmentos informais na ocupação de mão-de-obra. Nesse ramo, os indivíduos classificados como "empregados" podem ser considerados, de uma maneira geral, como mão-de-obra efetivamente ocupada nos segmentos "formais". Uma parcela dos que o Censo classifica como "autônomos", todavia, não constituiu, propriamente, mão-de-obra "informal", como é o caso de muitos comerciantes que, apesar de agirem "por conta própria", se dedicam à venda sob comissão de produtos que proporcionam uma razoável margem de lucro. Esse tipo de autônomo diferencia-se bastante do "autônomo informal" típico do ramo — o vendedor ambulante — ao menos pela remuneração que auferem, como será visto mais adiante.

A participação dos "empregados" na mão-de-obra comercial cresceu de ... 50,95%, em 1940, para 59,56%, em 1970. Em 1950, verificou-se um pequeno decréscimo em relação ao Censo anterior, com essa participação situando-se em 50,61% do total.

É importante observar, no caso do Comércio de Mercadorias, que, em 1970, mesmo após três décadas de intensa transformação e modernização da economia do Estado, as formas mais arcaicas de organização da atividade mercantil eram, ainda, responsáveis por mais de um terço da ocupação de mão-de-obra do ramo, tendo sua participação decrescido em apenas cinco pontos percentuais em relação ao início desse período.

A Prestação de Serviços é, provavelmente, o ramo terciário em que a correta apreciação da importância relativa das ocupações "informais" sofre maiores

prejuízos devido à inadequação dos conceitos censitários, pois as pessoas ocupadas em Serviços Domésticos Remunerados, que compunham, em 1970, quase a metade da força de trabalho desse ramo, são incluídas entre os "empregados", apesar de constituírem mão-de-obra, caracteristicamente, informal. Nesse ramo, a participação conjunta de "autônomos" e "não remunerados" decresceu de 32,21%, em 1940, para 29,37%, em 1950, e para 24,83% em 1970. Se, nesse último ano, for somada a participação desses "autônomos" e "não remunerados" com a dos "empregados domésticos", ter-se-á que, aproximadamente, três quartos da mão-de-obra da prestação de serviços estava ocupada em atividades "informais".

O ramo Transporte, Comunicações e Armazenagem foi o único no qual a participação dos "autônomos" e "não remunerados" se apresentou maior em 1970 do que nos Censos anteriores. Em 1940, essa participação era de 21,24%, tendo decrescido para 19,25%, em 1950, e aumentado para 25,67% em 1970. Deve-se atentar para o fato de que uma parcela expressiva dos "autônomos" desse ramo é constituída por indivíduos que são proprietários dos instrumentos de trabalho que utilizam — motoristas de táxi e camioneiros, por exemplo — o que implica um grau de "capitalização" que os diferencia da maior parte dos trabalhadores por conta própria dos demais ramos do Terciário, os quais utilizam, na sua atividade econômica, quase exclusivamente a sua força de trabalho. Em consequência, os autônomos desse ramo não constituem uma mão-de-obra tipicamente "informal".

O aumento da participação dos autônomos nesse ramo, entre 1950 e 1970, pode ser atribuído, provavelmente, à maior facilidade para a aquisição de veículos, causada pela implantação da indústria automobilística no País. Com a redução do

preço relativo dos veículos, cresce a parcela de motoristas que tem acesso a sua aquisição (principalmente, pela maior facilidade de obtenção de financiamento junto ao sistema financeiro, após a sua reforma), instalando-se por conta própria.

Nos ramos Atividades Sociais e Outras Atividades, a análise da distribuição do emprego, por categorias ocupacionais, é bastante prejudicada por diferenças de critérios de classificação entre os Censos. Apesar disso, pode-se constatar que as Atividades Sociais foram, tanto em 1950 como em 1970, o ramo terciário em que a participação dos "empregados" no total de pessoas ocupadas era mais alto, atingindo, nesse último ano, quase 95% desse total.

A subsistência, nos principais ramos do Setor Terciário do Rio Grande do Sul, de parcelas expressivas — e pouco declinantes em termos relativos — de pessoas que trabalham em ocupações tipicamente "informais" nega a existência, em nosso meio, de uma tendência ao rápido desaparecimento das formas "atrasadas" de organização econômica no Terciário. Ao contrário, os dados evidenciam uma continuada importância dessas formas na ocupação de mão-de-obra no setor, mostrando que as mesmas tendem a uma prolongada sobrevivência, ao invés de ao desaparecimento, sendo até mesmo recriadas e surgindo sob novas aparências. Essa sobrevivência é, fundamentalmente, impulsionada pela existência de um excedente estrutural de mão-de-obra que os segmentos "modernos" da economia não absorvem. Essa força de trabalho "informal", depositada nesses segmentos "atrasados", serve como uma reserva de mão-de-obra que pressiona para baixo os salários vigentes no resto da economia, aumentando a lucratividade dos segmentos "modernos" que lideram o processo de acumulação.

2.2 - Remuneração da mão-de-obra terciária e posição na ocupação

Os dados do Censo Demográfico de 1970 permitem que se estudem as diferenças que existem entre os padrões de remuneração vigentes nos principais ramos do Setor Terciário gaúcho. Sendo desagregados segundo a condição ocupacional dos indivíduos, possibilitam, ainda, que se obtenham algumas informações sobre o desnível de remuneração entre a força de trabalho empregada nos segmentos modernos da economia e a ocupada nos segmentos informais urbanos ou nas atividades agrícolas.

Conforme a Tabela 2, a remuneração mediana vigente na economia gaúcha, em 1970, era de Cr\$ 177,73⁴, correspondendo a 1,043 vezes o salário mínimo regional da época.⁵ Um total de 34,74% das pessoas que trabalhavam no Rio Grande do Sul obtinham rendimentos mensais inferiores a Cr\$ 150,00 (ou 0,88 salários mínimos regionais), enquanto somente 11,18% ganhavam mais de Cr\$ 500,00 por mês (ou 2,934 salários mínimos do Estado). Apenas 3,83% do total — ou seja, aproximadamente, uma em cada 26 pessoas — obtinha uma receita mensal superior a Cr\$ 1.000,00, valor equivalente a 5,869 salários mínimos regionais.

O rendimento mensal mediano no Setor Terciário gaúcho, na data de referência do Censo de 1970, era de Cr\$ 196,95. Isso significa afirmar, em outras palavras, que metade das pessoas ocupadas no setor percebiam remunerações inferiores e metade remunerações superiores a esse valor, que equivalia a 1,155 salá-

⁴ Valor a preços correntes de 1970.

⁵ O salário mínimo regional vigente, na data de referência do Censo, era de Cr\$ 170,40.

Tabela 2

Rendimentos mensais medianos das pessoas economicamente ativas de 10 anos e mais, segundo o setor e a posição na ocupação, no Rio Grande do Sul — 1970

SETORES	TOTAL (1)		EMPREGADOS		AUTÔNOMOS	
	Cr\$	Salário Mínimo	Cr\$	Salário Mínimo	Cr\$	Salário Mínimo
Atividades Primárias	134,43	0,789	111,35	0,653	136,76	0,803
Atividades Industriais	190,39	1,117	188,87	1,108	193,21	1,134
Setor Terciário	196,95	1,155	190,75	1,119	263,92	1,549
Comércio de Mercadorias	221,61	1,300	192,49	1,130	289,53	1,699
Prestação de Serviços	97,45	0,571	82,60	0,485	184,60	1,083
Transportes, Comunicações e Ar- mazenagem	275,59	1,617	262,08	1,538	338,76	1,988
Atividades Sociais	232,14	1,362	231,48	1,358	370,58	2,175
Administração Pública(2)	300,38	1,763	300,38	1,763	-	-
Outras Atividades	375,26	2,202	336,33	1,974	558,35	3,277
TOTAL	177,73	1,043	181,76	1,067	161,66	0,949

SETORES	EMPREGADORES		NÃO REMUNERADOS	
	Cr\$	Salário Mínimo	Cr\$	Salário Mínimo
Atividades Primárias	715,00	4,196	74,54	0,437
Atividades Industriais	821,65	4,822	121,43	0,713
Setor Terciário	802,00	4,707	218,17	1,280
Comércio de Mercadorias	871,30	4,796	185,30	1,087
Prestação de Serviços	598,25	3,511	165,00	0,968
Transportes, Comunicações e Ar- mazenagem	1 134,15	6,656	181,25	1,064
Atividades Sociais	1 700,00	9,977	220,97	1,297
Administração Pública(2)	-	-	-	-
Outras Atividades	1 476,45	8,665	125,00	0,734
TOTAL	760,95	4,466	152,67	0,896

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

(1) Inclui empregados, empregadores, autônomos, não remunerados e sem declaração.
(2) Os funcionários públicos, para os fins deste trabalho, foram incluídos na categoria "empregados".

rios mínimos regionais. Comparado aos rendimentos medianos dos demais setores, o do Terciário era ligeiramente maior que o do Secundário (Cr\$ 190,39 ou 1,117 salários mínimos regionais) e bem mais elevado que o do Primário (Cr\$ 134,43 ou 0,789 salários mínimos do Rio Grande do Sul).

Apesar de apresentar um rendimento mediano mais alto do que o Setor Secundário, o Terciário possuía um padrão de remunerações mais disperso. Conforme a

Tabela 3, no Terciário 27,53% das pessoas ganhavam Cr\$ 150,00 (ou 0,88 salários mínimos do Rio Grande do Sul) ou menos, enquanto na indústria apenas 13,11% da força de trabalho situava-se nessa faixa de rendimento. Os dados evidenciam uma grande concentração das remunerações industriais na faixa que contém o valor equivalente ao salário mínimo (Cr\$ 151,00 a Cr\$ 200,00), correspondendo a 45,67% da mão-de-obra do setor. No Terciário, a participação dessa faixa no total era de apenas 23,94%. A frequência relativa de salários

mais elevados era também maior no Setor Terciário do que na indústria, pois enquanto nesta 10,21% percebiam um rendimento superior a Cr\$ 500,00 (ou 2,934

salários mínimos do Rio Grande do Sul), no Terciário 16,88% das pessoas encontravam-se nestas faixas superiores da distribuição de rendimentos.

Tabela 3

Distribuição dos rendimentos mensais das pessoas economicamente ativas, segundo setores e ramos de atividades e posição na ocupação, no Rio Grande do Sul — 1970

(Valores em Cr\$ a preços de 1970)

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES		ATÉ 100	101 A 150	151 A 200	201 A 300	301 A 500	501 A 1000	1001 A 2000	2001 E MAIS	SUB-TOTAL
Atividades Primárias	Empregados	45,44	20,09	29,16	3,36	1,36	0,47	0,10	0,02	100
	Autônomos	36,95	17,75	20,24	12,62	8,93	3,04	0,39	0,08	100
	Empregadores	2,13	2,81	5,64	7,89	18,23	30,94	19,21	13,15	100
	Não remunerados	76,78	9,69	7,86	3,35	1,40	0,49	-	0,43	100
	Total	37,78	17,75	21,71	10,36	7,53	3,40	0,96	0,51	100
Atividades Industriais	Empregados	5,78	6,81	48,12	18,84	11,72	6,13	1,97	0,63	100
	Autônomos	10,35	9,69	34,67	20,29	15,94	6,87	1,54	0,65	100
	Empregadores	0,38	0,13	3,97	7,10	17,18	33,01	23,50	14,73	100
	Não remunerados	44,44	12,96	27,78	5,56	9,26	-	-	-	100
	Total	6,15	6,96	45,67	18,72	12,29	6,83	2,42	0,96	100
Setor Terciário	Empregados	23,23	6,13	25,32	16,92	14,31	9,22	3,76	1,11	100
	Autônomos	15,37	6,96	19,92	15,46	18,26	15,68	5,90	2,45	100
	Empregadores	0,41	0,78	3,55	7,51	17,54	33,41	22,52	14,28	100
	Não remunerados	8,24	6,75	28,12	25,81	14,11	14,94	2,03	-	100
	Total	21,30	6,23	23,93	16,51	15,15	10,87	4,45	1,56	100
Comércio de Mercadorias	Empregados	8,79	5,99	41,44	17,84	13,42	8,71	3,11	0,70	100
	Autônomos	8,97	6,16	20,62	16,75	20,95	18,09	6,58	1,88	100
	Empregadores	0,36	0,53	3,07	6,73	17,29	34,67	23,12	14,21	100
	Não remunerados	12,12	-	51,52	12,12	12,12	-	12,12	-	100
	Total	8,52	5,83	32,55	17,01	16,25	13,06	5,13	1,65	100
Prestação de Serviços	Empregados	60,54	8,22	18,26	6,39	4,51	1,63	0,35	0,10	100
	Autônomos	25,71	8,80	22,41	15,74	15,42	9,79	1,79	0,34	100
	Empregadores	0,61	1,67	6,20	11,30	23,83	32,54	16,70	7,15	100
	Não remunerados	36,36	-	45,46	-	-	18,18	-	-	100
	Total	51,32	8,29	19,16	8,75	7,40	3,97	0,88	0,23	100
Transportes, Comunicações e Armazenagem	Empregados	3,33	4,11	28,71	25,10	27,25	9,43	1,59	0,48	100
	Autônomos	5,79	4,42	18,51	16,85	24,29	22,35	6,25	1,54	100
	Empregadores	0,54	-	1,08	4,44	8,08	31,36	29,74	24,76	100
	Não remunerados	-	-	72,73	27,27	-	-	-	-	100
	Total	3,94	4,16	25,89	22,82	26,33	12,90	3,01	0,95	100
Atividades Sociais	Empregados	5,90	8,09	27,61	26,58	16,20	10,55	3,50	1,57	100
	Autônomos	11,91	11,32	11,37	10,69	11,57	13,63	11,57	17,94	100
	Empregadores	-	4,94	4,94	14,81	11,11	4,94	16,05	43,21	100
	Não remunerados	7,71	6,61	27,43	26,39	14,55	15,41	1,90	-	100
	Total	6,02	8,12	27,33	26,31	16,10	10,66	3,62	1,84	100
Administração Pública	Empregados	10,40	2,43	18,25	18,87	21,15	16,85	9,72	2,33	100
	Autônomos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Empregadores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não remunerados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	10,40	2,43	18,25	18,87	21,15	16,85	9,72	2,33	100

(continua)

Tabela 3

Distribuição dos rendimentos mensais das pessoas economicamente ativas, segundo setores e ramos de atividades e posição na ocupação, no Rio Grande do Sul — 1970
(Valores em Cr\$ a preços de 1970)

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES		ATÉ 100	101 A 150	151 A 200	201 A 300	301 A 500	501 A 1 000	1 001 A 2 000	2 001 E MAIS	SUB-TOTAL
Outras Atividades	Empregados	4,97	3,32	22,11	16,11	18,36	21,43	10,42	3,28	100
	Autônomos	13,07	5,85	10,03	7,64	11,00	20,66	19,00	12,75	100
	Empregadores	-	-	-	1,98	4,50	28,96	33,98	30,58	100
	Não-remunerados	25,00	50,00	-	25,00	-	-	-	-	100
	Total	6,91	3,91	19,00	13,94	16,46	21,29	12,69	5,80	100
TOTAL	Empregados	21,12	8,22	32,53	15,64	11,80	7,13	2,74	0,82	100
	Autônomos	30,37	14,75	20,99	13,72	11,52	6,23	1,75	0,67	100
	Empregadores	1,33	1,74	4,76	7,63	17,84	32,00	20,94	13,76	100
	Não-remunerados	40,78	8,22	18,66	15,02	8,11	7,96	1,05	0,20	100
	Total	24,21	10,54	27,52	14,73	11,82	7,35	2,77	1,06	100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

No Setor Primário, que apresentava o mais baixo rendimento mediano, ocorria também a menor frequência de rendimentos elevados, com apenas 4,87% da força de trabalho obtendo remunerações superiores a Cr\$ 500,00. Conseqüentemente, as atividades primárias apresentavam a mais elevada frequência de baixas remunerações entre os três grandes setores, pois 37,78% das pessoas que trabalhavam nessas atividades ganhavam, mensalmente, Cr\$... 100,00 (ou 0,587 salários mínimos regionais) ou menos.

Dentre os ramos do Terciário, Outras Atividades apresentava o mais alto rendimento mediano, seguindo-se Administração Pública, Transportes, Comunicações e Armazenagem, Atividades Sociais e Comércio de Mercadorias, todos com valores superiores à média do Setor Terciário. Por outro lado, na Prestação de Serviços ocorria o menor rendimento mediano de toda a economia gaúcha, Cr\$ 97,45, equivalendo a apenas 0,571 salários mínimos regionais.

A Prestação de Serviços ocupava 67,54% dos trabalhadores urbanos do Estado que percebiam remunerações mensais in-

feriores a Cr\$ 100,00 em 1970. Isso se explica por se encontrarem abrangidas nesse ramo algumas atividades que constituem o principal núcleo da ocupação "informal", como os Serviços Domésticos Remunerados e uma extensa gama de outros serviços cuja prestação requer apenas o concurso de mão-de-obra não especializada.

As mais altas frequências relativas de remunerações elevadas no Terciário ocorriam em Outras Atividades e na Administração Pública, onde, respectivamente, 18,49% e 12,09% dos indivíduos ocupados obtinham remunerações mensais superiores a Cr\$ 1.000,00 (ou 5,869 salários mínimos regionais). Nos demais ramos, as frequências relativas nesse extremo superior da distribuição de rendimentos eram bastante mais baixas, atingindo.. 6,78% no Comércio de Mercadorias, apenas 1,11% na Prestação de Serviços, 3,96% nos Transportes, Comunicações e Armazenagem e 5,46% nas Atividades Sociais. A alta frequência de remunerações elevadas em Outras Atividades pode ser explicada pela inclusão, nesse ramo, dos Profissionais Liberais.

Ao se analisar as diferenças de

rendimentos medianos entre categorias ocupacionais, observa-se que, nos três setores econômicos, bem como em todos os ramos do Terciário, o valor da remuneração mensal mediana dos autônomos era superior ao da dos empregados. Apenas no total geral essa situação se inverteu devido à grande participação dos autônomos do Setor Primário, a qual determinou uma redução no valor mediano global da categoria.

Essa constatação, todavia, não serve como negativa da hipótese de que as remunerações vigentes nos segmentos informalmente organizados da economia sejam mais baixas do que aquelas obtidas pela força do trabalho ocupada nos segmentos mais adiantados. Esses resultados devem ser atribuídos, em parte, aos critérios de classificação do Censo, que incluem entre os "empregados" não apenas indivíduos que ocupam empregos "formais", mas também outros ligados a atividades exercidas em bases tipicamente informais, como já foi referido anteriormente.

Os desvios causados pela inadequação dos critérios censitários são mais evidentes no ramo Prestação de Serviços, onde 68,76% dos "empregados" recebiam remunerações iguais ou inferiores a Cr\$ 150,00, enquanto o salário mínimo regional da época — o qual pode ser considerado, a grosso modo, como o limite inferior das remunerações vigentes nos segmentos "formais" (exceção feita aos que trabalham em regime de tempo parcial, relativamente pouco frequentes) — era de Cr\$ 170,40. Obviamente, a imensa maioria desses "empregados" era constituída por mão-de-obra ocupada em bases "informais".

Por outro lado, os autônomos não podem ser considerados em sua totalidade como mão-de-obra informal, já que em muitos casos a condição de trabalhador "por conta própria" está associada a outras

características que definem o autônomo como mão-de-obra "formal", como a vinculação a segmentos econômicos tipicamente "modernos" (caso, por exemplo, de muitos autônomos, já referidos anteriormente, que obtêm altos rendimentos no Comércio de Mercadorias), ampla cobertura legal e previdenciária da atividade que praticam, bem como elevadas remunerações ou alto nível de qualificação (profissionais liberais, por exemplo).

Com referência a esse fato aparentemente paradoxal de que, segundo o Censo de 1970, as remunerações medianas dos autônomos são superiores às remunerações medianas dos empregados deve-se considerar, além das características inadequadas dos critérios de classificação, uma outra possível causa de distorção nos resultados. As informações do Censo, por se referirem à remuneração mensal, estão sujeitas a desvios causados pela ocorrência, mais frequente em alguns ramos do que em outros, de indivíduos que cumprem jornadas de trabalho de duração inferior ou superior à usual. Pode-se supor que, entre os autônomos, a frequência de pessoas que cumprem jornadas mais longas seja superior à frequência de empregados na mesma situação. Assim, ao se comparar os rendimentos de ambas as categorias, não se estará comparando remunerações correspondentes a iguais dispêndidos de tempo de trabalho. Se fossem comparadas as remunerações obtidas por iguais quantidades de trabalho dispendido, provavelmente a distância entre os rendimentos medianos de autônomos e empregados que atuam em atividades similares reduzir-se-ia bastante.

2.3 - Considerações finais

Embora todas as dificuldades impostas pelas características das informações disponíveis, é possível constatar que a mão-de-obra ocupada em bases informais continuou, entre 1940 e 1970, a man-

ter uma expressiva participação no total da força de trabalho dos diversos ramos do Setor Terciário da economia do Rio Grande do Sul, apesar das intensas transformações por que passaram grande parte das atividades terciárias locais.

A causa disso deve ser buscada, em grande parte, no fato de os setores urbanos mais modernos da economia do Estado absorverem a mão-de-obra estruturalmente excedente, a qual buscou o seu sustento nessas ocupações "informais", sob condições de trabalho e remuneração geralmente piores do que as com que se defrontam os indivíduos que ocupam empregos "formais", como foi, até certo ponto, mostrado pela análise dos dados referentes à remuneração da mão-de-obra terciária.

A existência desses contingentes de mão-de-obra ocupada em condições precárias atua como um fato de pressão sobre os níveis salariais vigentes nas atividades urbanas modernas, à medida que se constituem uma reserva de oferta de força de trabalho mobilizável pelos segmentos mais dinâmicos da economia, sempre que necessário.

3. A mão-de-obra feminina no terciário

3.1 - Aspectos gerais do trabalho feminino

O Censo Demográfico de 1970 acusou a existência de mais de dois milhões de indivíduos economicamente ativos no Rio Grande do Sul, dos quais apenas um quarto era constituído por mulheres. Essas informações sobre a População Economicamente Ativa trazem em seu bojo algumas distorções, principalmente no que se refere à determinação da força de trabalho feminina, à medida que o critério utilizado na classificação das pessoas na força de trabalho baseia-se no reconhecimento de sua ocupação principal, a partir do

que será possível classificá-las como "ativas" ou "inativas".

Desse modo, a classificação do indivíduo dependerá não só de sua consideração pessoal do que seja sua atividade principal, mas também do nível mínimo de participação no processo produtivo exigido para que se inclua a pessoa na categoria "ativo".

No caso das mulheres, que usualmente conciliam tarefas domésticas e atividades produtivas, a sua classificação como "economicamente ativa" dependerá, conseqüentemente, do que se considere como sendo a principal atividade feminina. Segundo Paul Singer e Felícia Madeira,⁶ "no Censo Demográfico, o trabalho da mulher, exercido paralelamente às ocupações domésticas, é visto como uma subocupação⁷. Não parece justo classificar entre os subocupados mulheres que se dedicam a atividades domésticas e efetivamente trabalham durante todo o resto do tempo de que dispõem. (...) Por outro lado, implícito na orientação do Censo Demográfico está o conceito amplamente difundido de que a atividade principal da mulher é administrar a casa e socializar os filhos".

No cômputo da população feminina economicamente ativa acham-se, apenas, incluídas aquelas mulheres que exercem atividades externas, fora do lar. Em outros termos, a atividade doméstica é ex-

⁶ SINGER, Paul I. & MADEIRA, Felícia R. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. São Paulo, Brasileira de Ciências, 1975 (Cadernos Cebrap, 13) p.10.

⁷ "Teoricamente o subocupado não é apenas a pessoa que trabalha menos de uma jornada completa (como quer que esta seja definida), mas a pessoa nesta situação que tem condições de trabalhar por um período maior do que realmente o faz". Vide: SINGER, Paul I. Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969. São Paulo, CEBRAP, 1971.

cluída da categoria "trabalho", mesmo quando as estatísticas demonstram que as tarefas caseiras podem absorver de 12 a 14 horas, diariamente.

Isso significa que no uso atual da expressão "uma mulher que trabalha" está implícita a idéia de um trabalho fora de casa, ou seja, o fato de que a recente inserção da mulher na vida pública implicaria o início da relação mulher-trabalho, "...como se anteriormente mulher e trabalho fossem campos isolados e distintos e só hoje se pudesse falar da mulher no trabalho..."⁸. Tem-se, como consequência, a visão do trabalho doméstico como um "não-trabalho", uma vez que dentro do modo de produção capitalista as tarefas domésticas não são consideradas como uma atividade social produtiva. Resulta daí o fato de ser totalmente diferente o número de mulheres que trabalham e o número de mulheres classificadas como economicamente ativas.

A divisão sexual entre as tarefas estritamente domésticas e as tarefas econômicas tem perfeitamente caracterizada a sua funcionalidade para a continuidade e expansão do modo de produção capitalista. Por um lado, a medida que os serviços realizados pelas mulheres, no âmbito familiar, não se encontram organizados contratualmente e não apresentam uma contrapartida sob a forma de salários, a instituição familiar revela-se a maneira mais econômica para fornecer ao capital a força de trabalho que lhe é necessária. A mobilização gratuita do trabalho feminino na esfera doméstica contribui para a manutenção da força de trabalho, tanto masculina quanto feminina, "...diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho..."⁹. Por outro lado, as grandes massas femininas marginalizadas do sistema dominante de produção, ao significarem uma

ameaça ao trabalho masculino, enquanto trabalhadoras potenciais, acabam por pressionar os salários da mão-de-obra efetivamente empregada nesse sistema.

Em que pese a influência de obstáculos culturais à inserção da mulher na esfera econômica — tanto objetivos (necessidade de cuidar das tarefas domésticas) como subjetivos (preconceitos contra o trabalho da mulher fora do lar) — deve-se atentar para o fato de que a manutenção de tais padrões culturais encontra-se intimamente combinada com os objetivos econômicos determinados por uma dada sociedade, num dado contexto histórico: "O trabalho da mulher e o do conjunto da Força de Trabalho, assim como a magnitude da divisão social do trabalho, estão vinculados a determinações que ultrapassam as dimensões exclusivamente culturais e que se definem pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações de produção de uma dada sociedade (...). Desta forma, dentro do sistema, combinam-se, de modo variável, os objetivos econômicos dominantes (ou seja, a busca de lucro) com os padrões culturais que definem as condições de aceitação/recusa da utilização em larga escala de força de trabalho feminina"¹⁰.

Assim, numa sociedade capitalis-

⁸ KUHNER, Maria Helena. O desafio atual da mulher. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. p.46.

⁹ KLEECK, Mary Van. Women in industry. In: ENCYCLOPEDIA OF THE SOCIAL SCIENCES apud SAFFIOTTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo, Quatro Artes, 1969. p.46.

¹⁰ SILVA, Lorena Holzmann da. Mulher e trabalho; estrutura ocupacional feminina no Rio Grande — 1920-1970. Porto Alegre, UFRGS, 1977. p.35-6 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (mimeo).

ta, a ocupação produtiva da mulher encontra-se estreitamente vinculada às necessidades do capital, uma vez que qualquer força de trabalho potencial costuma ser utilizada pelo sistema, desde que haja necessidade de reduzir os custos de produção, de modo a permitir uma maior acumulação de capital. No que diz respeito à ampliação das oportunidades de emprego feminino, permitindo a elevação dos níveis de acumulação de capital, há que se distinguir o tipo de expansão a que se refere. No caso de uma expansão qualitativa do capital, via inovação tecnológica poupadora de mão-de-obra, reduz-se a participação da mulher nas atividades produtivas. Ao contrário, no caso de uma expansão quantitativa, verifica-se uma maior utilização da força de trabalho, uma vez que as exigências de acumulação se fazem no sentido de absorver maiores quantidades de mão-de-obra e, nesse caso, amplia-se a utilização da força de trabalho feminina, ainda que em menores proporções relativamente à masculina.

Em síntese, a funcionalidade da manutenção dessa reserva de força de trabalho, com base numa utilização discriminatória de caracteres sexuais, encontra-se não só na possibilidade do capital dela utilizar-se quando necessário para sua expansão, mas também de garantir baixos custos de produção, via redução de salários do pessoal efetivamente empregado, dada a própria disponibilidade física dessa mão-de-obra ociosa e/ou subempregada nas margens do sistema produtivo.

A essas condições de utilização do trabalho feminino, associam-se aspectos específicos da integração da mulher nas atividades produtivas, cuja interferência torna a inserção no mercado de trabalho mais desvantajosa para a mulher do que para o homem, à medida que a torna mais suscetível às flutuações economi-

cas e sujeita à percepção de salários correspondentes a trabalhos subsidiários. Essa concepção do trabalho feminino como subsidiário resulta, fundamentalmente, da menor qualificação técnica da mulher, em função de uma educação sem nenhuma preocupação profissionalizante e que restringiu-se a um pequeno grupo de mulheres que a ela tinham acesso.

Como especifica Lorena Holzmann da Silva, "a longa vigência de uma posição subalterna da mulher no seio da família e da sociedade, submetida à autoridade e dependência de um membro masculino do grupo familiar, sua pouca ou nenhuma preparação para outras atividades além daquelas desempenhadas no âmbito doméstico, que exigiam pouca ou nenhuma criatividade, conduziu a que fosse considerado "natural", "inerente à condição feminina", o que era fruto de uma longa tradição cultural, segundo a qual a posição da mulher, seus papéis familiares e sociais eram marcados pela submissão e inferioridade em relação aos masculinos..."¹¹.

Em função da tradicional condição de dependência da mulher, sua força de trabalho pode ser utilizada em larga escala e com marcantes vantagens comparativamente à força de trabalho masculina. Uma dessas vantagens, derivadas da utilização da força de trabalho feminina, consiste nos baixos salários auferidos pelas mulheres e geralmente inferiores aos dos homens, mesmo quando no desempenho de tarefas semelhantes.¹²

¹¹ SILVA, Lorena Holzmann da, op. cit. p.14.

¹² "A pequena capacidade reivindicatória da mulher fá-la comportar-se mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho". Vide: SAFFIOTTI, Heleieth I.B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo, Quatro Artes, 1969. p.250.

Assim, considerações de natureza sócio-cultural fornecem a base ideológica necessária para justificar a situação da mulher, fazendo com que a longa tradição de submissão e inferioridade da mesma acabe por expressar-se objetivamente nas suas relações de trabalho.

A utilização restrita da força de trabalho feminina e a conseqüente condição da mulher têm sido vistas como o resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem biológica e de ordem social. Os fatores de ordem biológica referem-se ao fato da capacidade de trabalho da mulher sofrer significativa redução nos últimos meses de gestação e no período imediatamente posterior ao parto, o que justificaria a integração periférica da mão-de-obra feminina no sistema de produção. Sob o ponto de vista do empregador essa justificativa é encarada como legítima, à medida que o investimento da empresa na qualificação de suas empregadas se tornaria antieconômico quando essas abandonassem o emprego, ao casarem ou ao se tornarem mães. Em decorrência disso, constata-se uma concentração dos esforços da empresa no sentido de qualificarem, preponderantemente, sua força de trabalho masculina.

Segundo Saffioti, "a perspectiva do casamento e a necessidade que muitas vezes se impõe de interromper o trabalho e a situação de volta ao emprego depois de um longo período de inatividade profissional são fatores que pesam no encaminhamento das mulheres para ocupações subalternas e que envolvem menores responsabilidades"¹³.

Cabe colocar, no entanto, que ao se utilizar esses fatores como justificativa da inatividade profissional da mulher, os problemas de ordem biológica são transferidos para a esfera social. É neste nível mais amplo que suas

soluções devem ser buscadas, pois a maternidade não deve ser vista como uma carga a ser exclusivamente sustentada pelas mulheres, dado que, se a sociedade interessa a geração e socialização dos imaturos como uma condição de sua própria sobrevivência, deveriam caber a ela, conseqüentemente, os encargos relativos ao atendimento de suas futuras gerações. Resta lembrar que quando o trabalho da mulher é requerido em determinadas conjunturas econômicas (necessidade de mão-de-obra abundante, baixa produtividade etc.), a sociedade tem conseguido resolver os problemas resultantes destas funções femininas.

No que se refere aos fatores propriamente sociais que revestem a condição da mulher, encontra-se o problema do absenteísmo feminino ao trabalho. A falta de assiduidade das mulheres não resulta somente de seus caracteres biológicos ou de suas situações familiares, mas correlaciona-se, profundamente, com o fenômeno de sua inferiorização nas situações de trabalho. Em função das razões comentadas e, ainda, pelo fato de ser bem difícil a integração da mulher em funções mais categorizadas, em razão dos preconceitos que a cercam, os empregadores encaram o investimento realizado na carreira de uma mulher como de reduzida rentabilidade. Assim, o absenteísmo, causa da situação inferior da mulher nas hierarquias de trabalho, transforma-se numa conseqüência dessa inferiorização.

Conforme Saffioti, "...a mística feminina desempenha aqui importante papel, justificando a canalização da força de trabalho feminina para o desempenho de tarefas mal remuneradas, não conferidoras de prestígio e onde mais facilmente se

¹³ SAFFIOTI, Heleleth I.B. op. cit.

burla a legislação trabalhista. (...) As próprias mulheres têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo. (...) O medo inconsciente do fracasso reduz suas aspirações e diminui seu ímpeto de realizar. Por isso a mulher busca integrar-se na estrutura de classes através das vias de menor resistência, em campos julgados próprios às características de seu sexo, em ocupações que, por serem pouco promissoras, mal remuneradas e conferem pequeno grau de prestígio, são julgadas inadequadas ao homem¹⁴.

Entretanto a menor qualificação da mulher para a execução de atividades profissionais e seu encaminhamento quase voluntário para determinadas ocupações que possam ser interrompidas a qualquer momento não constituem todos os dados do problema. As mulheres além de preencherem funções que conferem menor prestígio, mesmo quando desempenham atividades de mesmo nível profissional às dos homens, ainda recebem, geralmente, uma remuneração mais baixa e são hierarquizadas abaixo daqueles.

Assim, dentre essas considerações de ordem sócio-cultural e econômica, alinham-se outros fatores mais diretamente relacionados com as condições objetivas do trabalho feminino e que contribuem para explicar seu caráter subsidiário e a conseqüente inferiorização dos salários femininos. Entre esses fatores, apresenta uma razoável relevância o modo como é encarada a remuneração percebida pelas mulheres em contrapartida à execução de seus encargos produtivos: o salário recebido pela mulher tem um caráter suplementar no orçamento doméstico, fazendo com que ela seja levada a aceitar remunerações inferiores àquelas percebidas pelos homens, quando no desempenho de tarefas semelhantes.

Além disso, a oferta relativamente abundante de mão-de-obra feminina para determinadas ocupações, definidas como sendo preferível ou exclusivamente femininas, contribui para deprimir os salários percebidos pelas mulheres. Neste grupo de atividades que a pouca instrução e/ou a tradição tornam acessíveis às mulheres, incluem-se as funções na indústria têxtil, de vestuário e de produtos alimentícios, na prestação de serviços domésticos, magistério, enfermagem, comércio e serviços de escritório em geral.

Há que se distinguir, porém, o tipo de ocupação feminina segundo a categoria social, uma vez que os obstáculos à inserção da mulher no sistema econômico e as atribuições específicas que a ela são conferidas variam segundo a esfera social onde se inclui e, conseqüentemente, segundo o grau de qualificação a que tem acesso.

Uma das categorias de mulheres economicamente ativas refere-se àquelas que, por não apresentarem, geralmente, nenhuma qualificação, têm reduzidas suas possibilidades de integração no sistema produtivo dominante. Via de regra atuam na periferia desse sistema, constituindo a força de trabalho potencial a ser utilizada pelo capital, conforme suas necessidades de acumulação.

A outra categoria enquadraria aquelas mulheres cujo nível de participação na esfera produtiva significa, em alguns casos, uma perspectiva de emancipação, desde que seu grau de qualificação profissional permita-lhe o exercício de funções de maior prestígio e remuneração. Essa possibilidade, entretanto, é restrita a uma minoria dessas mulheres, tendo

¹⁴ SAFFIOTTI, Heleieth I.B. op. cit.

em vista que o acesso à educação e à formação profissional é limitado e distribuiu-se de forma extremamente desigual. Em geral, a essa parcela da população feminina são conferidas atribuições "tipicamente" femininas, seja no que se refere às ocupações mais tradicionais (ensino, enfermagem etc.), seja naquelas ocupações resultantes da diversificação econômica do processo produtivo (datilógrafas, bibliotecárias, assistentes sociais etc.),

3.2 - Crescimento da força de trabalho feminina

Ao longo do período em análise, a estrutura do emprego no Brasil sofreu significativas mudanças, em decorrência, fundamentalmente, da industrialização do País. O Rio Grande do Sul, ao se encontrar atrelado à economia nacional, foi afetado por essas modificações, fazendo com que as funções produtivas que o Estado desempenha através do tempo acarretassem mudanças na composição quantitativa de sua força de trabalho.

Observa-se um crescimento acelerado da força de trabalho gaúcha, cuja taxa de crescimento entre 1940 e 1970 situou-se em torno de 2,19% ao ano. Esse comportamento resultou na duplicação da população economicamente ativa disponível no Estado que, nesse último ano, era constituída por 2.234.781 indivíduos. No Brasil, verificou-se o mesmo fenômeno com semelhante intensidade: o número de indivíduos economicamente ativos duplicou entre 1940 e 1970, sendo a respectiva taxa de ocupação levemente superior à apresentada pelo Rio Grande do Sul, como registram as Tabelas 4 e 5.

Decompondo a força de trabalho gaúcha, segundo o sexo, nota-se uma expansão mais acelerada da ocupação feminina, cuja taxa anual de crescimento é significativamente superior à masculina. Como resultado, tem-se que o número de mulheres engajadas economicamente mais do que dobrou no período, enquanto o número de homens ativos não logrou duplicar.

Se se comparar com as taxas de

Tabela 4

Força de trabalho feminina e total, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

ANOS	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	Total	Mulheres	Taxa de Ocupação Feminina	Total	Mulheres	Taxa de Ocupação Feminina
1940	1 166 138	246 573	21,14	14 656 995	2 783 645	19,03
1950	1 385 412	236 632	17,08	17 070 688	2 498 878	14,64
1970	2 234 781	551 909	24,70	23 844 089	6 003 534	20,81

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

Tabela 5

Crescimento percentual das taxas de ocupação, segundo o sexo e por períodos, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1940-1970

ANOS	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1940/50	1,74	-0,41	2,25	1,54	-1,09	2,07
1950/70	2,42	4,33	1,93	2,66	4,48	2,27
1940/70	2,19	2,72	2,03	2,28	2,59	2,21

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.
 CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.
 CENSO DEMOGRÁFICO; BRASIL 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
 CENSO DEMOGRÁFICO; BRASIL 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
 CENSO DEMOGRÁFICO; BRASIL 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

crescimento encontradas para o Brasil, verifica-se que, no Rio Grande do Sul, o processo de absorção da mão-de-obra feminina nas atividades produtivas se deu de forma mais intensa: enquanto em 1940, no Rio Grande do Sul e no Brasil, em cada cinco pessoas ocupadas, uma era mulher, em 1970 essa mesma relação varia em torno de 4:1 para o Rio Grande do Sul, permanecendo constante a taxa de ocupação da mulher brasileira, em torno de 5:1.

Destacou-se uma visível redução na ocupação feminina em 1950, o que pode ser explicado, em parte, pelos critérios¹⁵ adotados pela FIBGE na elaboração do censo daquele ano e que resultou na subestimação dessa ocupação.

Em decorrência desse decréscimo da ocupação feminina, registrado no ano de 1950, os dados relativos à ocupação da mulher apresentaram um comportamento bastante irregular nesses 30 anos: nos períodos 1940-50 e 1950-70, as taxas de crescimento da ocupação feminina situaram-se, respectivamente, em torno de -0,41% e 4,33% ao ano, indicando, portanto, uma razoável inversão de tendências de crescimento. Ao contrário, a ocupação masculina apresentou taxas de crescimento relativamente uniformes, oscilando sempre em tor-

no de 2% ao ano.

Resumindo as observações, temos que ao longo do período 1940-70 o crescimento da população economicamente ativa atingiu níveis relativamente maiores no País. No que se refere à população feminina, verificou-se uma tendência crescente na

¹⁵ Não é possível avaliar, corretamente, o decréscimo da participação feminina na Força de Trabalho agrícola em 1950, dado o critério utilizado pelo Censo Demográfico na classificação da ocupação das mulheres. Como já foi mencionado, o trabalho da mulher, exercido paralelamente às ocupações domésticas, é visto como uma subocupação. Esse critério causa graves distorções, principalmente quanto ao registro das mulheres ocupadas na agricultura, uma vez que neste setor há maior probabilidade das mulheres combinarem atividades domésticas e trabalho produtivo. Essa subestimação da ocupação feminina é agravada para o ano de 1950, à medida que "... as instruções do Censo Demográfico de 1950 dão ênfase em várias ocasiões às possibilidades de incorrer em erro ao classificar mulheres que têm atividades extraluar. No manual de instrução lê-se: Muitas donas de casa que exercem, de fato, como ocupação principal, a direção da casa, podem declarar, erradamente, que têm como ocupação principal outra atividade qualquer apenas porque, nas horas em que seus labores domésticos o permitem, ganham algum dinheiro exercendo esta atividade". Vide: SINGER, Paul I. & MADEIRA, Felícia R. op. cit. p.8-9.

sua ocupação, sendo que, no Rio Grande do Sul, esse processo foi mais acelerado. Além disso, a ocupação da população feminina gaúcha sempre atingiu proporções maiores do que as encontradas para o Brasil.

É possível concluir, então, que embora a força de trabalho gaúcha tenha

se refere à ocupação da sua força de trabalho, a medida que as funções que lhe foram atribuídas na divisão inter-regional do trabalho configuraram uma nítida distinção entre as bases produtivas do Estado e do País. Como a participação da mulher no mercado de trabalho encontra-se condicionada pelo processo de diversificação a

Tabela 6

Participação da mulher na força de trabalho, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

ANOS	TOTAL		PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	Número Absoluto	%						
1940	246 573	21,14	144 022	18,92	10 494	9,61	92 057	31,14
1950	236 632	17,08	96 925	11,60	21 400	12,48	118 307	31,29
1970	551 909	24,70	175 966	16,84	45 882	12,25	330 061	40,48

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.
CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

Tabela 7

Participação da mulher na força de trabalho, no Brasil — 1940-1970

ANOS	TOTAL		PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	Número Absoluto	%						
1940	2 788 645	19,03	1 310 625	13,48	297 617	19,60	1 180 403	34,59
1950	2 498 878	14,64	758 380	7,40	391 565	16,68	1 348 933	30,18
1970	6 003 534	20,81	1 257 659	9,61	633,781	12,06	4 112 094	39,16

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
CENSO DEMOGRÁFICO; Brasil 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

apresentado taxas de crescimento inferiores às calculadas para o País — com exceção do período 1940-50, no que se refere à força de trabalho total e masculina —, o número relativo de mulheres, no Rio Grande do Sul, cresceu com maior intensidade, distanciando-se gradativamente das proporções alcançadas no Brasil.

O Rio Grande do Sul, entretanto, apresentou algumas especificidades no que

nível da estrutura produtiva, é possível encontrar algumas particularidades no que se refere à absorção da população feminina gaúcha nas atividades econômicas.

Conforme a Tabela 6, no período 1940-70, observou-se um incremento bastante significativo da participação feminina na força de trabalho gaúcha que passou a constituir um quarto do total da mão-de-obra ocupada. Embora tenha ocorri-

do uma elevação dos níveis de absorção da mulher pelo sistema produtivo como um todo, esse processo não se deu de modo semelhante em todos os setores da economia. A elevação da taxa de participação da mulher no conjunto da economia foi função, basicamente, de sua crescente participação no Terciário.

As participações relativas da população feminina na força de trabalho alocada setorialmente apresentaram-se diferenciadas para o Rio Grande do Sul e o País. Em ambas as economias houve uma tendência decrescente no processo de absorção da população feminina nas atividades agrícolas, todavia, com intensidade bem menor no Estado.

O Estado, que se caracteriza por uma base produtiva predominantemente agrícola, sofreu, durante o período, um intenso processo de fracionamento das suas médias e pequenas propriedades,¹⁶ tendo apresentado, ainda que decrescentes, taxas mais elevadas de ocupação feminina em relação ao País. Sabe-se que nos minifúndios a participação feminina é acentuada: "uma vez que o trabalho feminino na agricultura, em geral, é combinado com tarefas domésticas soe ser fácil o aproveitamento da mulher nas pequenas propriedades, onde são mais frequentes certas atividades, como a criação de pequenos animais e a horticultura, em contraposição às grandes que, em geral, são especializadas, dedicando-se a um número limitado de cultivos em grande escala"¹⁷.

O Rio Grande do Sul, além de sempre concentrar parcelas maiores de mulheres ocupadas na agricultura, não apresentou, no período 1940-1970, uma redução significativa da taxa de ocupação feminina no Setor Primário, ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde houve, inclusive, uma redução do número absoluto de mulhe-

res engajadas economicamente.

Na indústria gaúcha, houve um pequeno acréscimo na participação feminina, no período 1940-1970, enquanto no País ocorreu uma forte redução, pois ao apresentar, tradicionalmente, índices sempre superiores aos verificados para o Estado, possuía, em 1970, um percentual inferior de participação feminina no referido setor, em relação ao Estado.

No Rio Grande do Sul, a participação da mulher na força de trabalho industrial cresceu de 9,61% em 1940 para 12,25% em 1970, enquanto no País o percentual de mulheres ocupadas no Secundário diminuiu nesse período. Essa participação crescente da mulher no Setor Secundário gaúcho pode ser explicada pelo fato de que grande parte do emprego fabril do Estado, nessa época, ainda sustentava-se nos ramos tradicionais como produtos alimentares, vestuários, calçados e artefatos de tecidos, onde a participação feminina soe ser mais elevada.

Todavia, era nos segmentos do Terciário que se encontravam as maiores proporções de mulheres ativas: somente nesse setor, verificou-se uma elevação contínua da participação da mulher, tendo sido sempre — exceto em 1940 — maior no Rio Grande do Sul do que no Brasil. Esse processo corresponde a um aumento muito expressivo no total de mulheres engajadas no setor, cujo número triplicou nessas três décadas. Em 1970, as mulheres ocupadas no Terciário gaúcho representavam cerca de 40% do total da força de traba-

¹⁶ Segundo as "Estatísticas Cadastrais" publicadas pelo INCRA, no Rio Grande do Sul, os minifúndios chegam a representar 80% do número total de estabelecimentos agrícolas, ocupando apenas um quarto da área total, em 1972.

¹⁷ SINGER, Paul L. e MADEIRA, Felícia. op. cit. p.39 e 40.

lho do setor.

3.3 - *Participação feminina na força de trabalho do terciário gaúcho*

Historicamente, constata-se uma tendência no sentido de o Terciário transformar-se no setor que mais absorve força de trabalho. Nos países desenvolvidos, esse fenômeno relaciona-se, por um lado, com o acréscimo gradativo dos níveis de produtividade agrícola e industrial, permitindo que esses setores passem a se expandir agregando menores proporções de força de trabalho. Por outro lado, a expansão do Terciário também resulta do fato de o processo de desenvolvimento econômico ocasionar uma crescente demanda por serviços complementares à produção (distribuição e circulação de mercadorias, serviços administrativos, bancários, financeiros etc.), bem como por serviços sociais (educação, saúde, previdência etc.), em função de um aumento nos padrões de vida de uma parcela da população e de suas necessidades e aspirações, decorrentes das próprias transformações provocadas pelo desenvolvimento.

Nos países de industrialização recente, o aumento da ocupação relativa no Terciário,¹⁸ paralelamente à redução dos níveis de emprego nos demais setores, apresenta algumas especificidades. Nesses países, o aumento da ocupação terciária, apesar de também resultar, em parte, da expansão de determinados serviços especializados, requeridos pelo próprio processo de diversificação de suas economias, se deve, principalmente, à manutenção e recriação de determinadas categorias de serviços pouco especializados e que utilizam, extensivamente, mão-de obra de baixa qualificação. Nesses serviços, via de regra considerados como o setor informal da economia, concentra-se grande parte da força de trabalho que os demais setores

são incapazes de absorver.

Essa expansão do Terciário resulta, em grande medida, das migrações que deslocam contingentes de população oriunda do campo para as cidades, onde vão se concentrar em alguns segmentos do Setor Serviços e da Indústria que não exigem força de trabalho especializada.¹⁹

Conforme Kowarick, "... na América Latina, há uma larga fatia populacional que não consegue se inserir no sistema produtivo engrossando o rol dos desempregados ou inativos, bem como razoável proporção da força de trabalho não consegue estabelecer-se como assalariado, permanecendo numa situação de subemprego, de modo particular nas ocupações autônomas do Setor Terciário caracterizadas por baixa produtividade. Ou ainda continuam vinculadas às atividades artesanais ..."²⁰.

A maior absorção da força de trabalho pelo Terciário relaciona-se, portanto, com as características inerentes ao processo de expansão das economias subdesenvolvidas, mantendo considerável parcela da força de trabalho excluída das relações de produção tipicamente capitalistas e integrando-as ao modo de produção dominante de forma subsidiária.²¹

¹⁸ No caso do Brasil, a taxa de participação relativa da força de trabalho no Setor Terciário, em 1970, quase alcança o percentual de 40%.

¹⁹ Ver a respeito, capítulo III - "Comportamento do Emprego do Terciário Gaúcho do presente trabalho e SILVA, Lorenna Holzmann da. op. cit.

²⁰ KOWARICK, Lucio - op. cit. nota 6, cap. III.

²¹ "Na realidade, é o processo de acumulação do capital que cria (e se apropria) a força de trabalho de que necessita para produzir e gera a população excludente, não incorporada diretamente no processo produtivo enquanto assalariados. Vide: KOWARICK, Lúcio, op. cit. p.81.

Nesse caso, a articulação das atividades capitalistas dominantes com os segmentos econômicos informais se dá no sentido das primeiras mobilizarem mão-de-obra nos momentos de sua expansão ou provocarem o refluxo para as atividades de subsistência de contingentes anteriormente mobilizados como assalariados na economia de mercado, através da recriação de determinadas atividades, sobretudo no setor de serviços prestados individualmente, tais como empregadas domésticas, lavadores, guardadores de carros etc.

A articulação do modo de produção tipicamente capitalista com as formas de trabalho de características arcaicas relaciona-se, estreitamente, com o trabalho feminino, uma vez que a ocupação da mulher se dá, principalmente, nos segmentos onde predominam as formas tradicionais de produção.

De fato, observando-se a situação da mão-de-obra feminina nos setores econômicos, é possível identificar a concentração de mulheres em determinadas ocupações vinculadas, basicamente, ao setor informal da economia e, portanto, subsidiárias ao setor de produção dominante. No Setor Primário, por exemplo, a participação da mulher na força de trabalho se dá, fundamentalmente, nas áreas de subsistência e nos minifúndios, onde ainda predomina a mão-de-obra familiar. Na Indústria, a integração feminina verifica-se, em grande medida, nas ocupações autônomas e/ou naquelas que exigem baixa qualificação de mão-de-obra. No primeiro caso, estão incluídas as mulheres que trabalham por conta própria, combinando suas funções domésticas com suas tarefas externas. Trata-se, por exemplo, de costureiras, bordadeiras etc. que trabalham em suas próprias casas e cuja produção destina-se à indústria de confecção de roupas, artefatos de couro etc. No segundo

caso, incluem-se as mulheres cuja participação no processo produtivo se dá em condições análogas às do homem, isto é, dedicando-se a um trabalho fora do lar, já na categoria de empregada. No Terciário, são as ocupações menos categorizadas que absorvem a maior parcela de mulheres.

Deste modo, é a partir da definição do caráter subsidiário de que se reveste a expansão do Terciário nas economias subdesenvolvidas, bem como da integração periférica que caracteriza a inserção da mulher no mercado de trabalho que se tornará possível avaliar a crescente participação feminina na força de trabalho do Terciário gaúcho.

No Rio Grande do Sul, o crescimento mais do que proporcional do número de mulheres ocupadas no Terciário, relativamente ao dos homens, no período 1940-1970, conduziu a um aumento nas taxas de participação feminina, fazendo com que a proporção de mulheres ativas no total da força de trabalho engajada no setor alcançasse um percentual superior a 40% em 1970. Acrescentando-se a isso o fato de que mais de 45% do incremento líquido de mão-de-obra absorvida pelo Terciário, nesses últimos 30 anos, foi constituído de mulheres (ver Tabela 8), tem-se, uma vez mais, caracterizada a ponderável importância do trabalho feminino neste setor.

Por outro lado, o Terciário é o único setor no Rio Grande do Sul onde a taxa de participação tende a aumentar, simultaneamente, com o acréscimo da taxa de ocupação feminina²². De fato, em 1970,

²² As taxas setoriais de participação feminina referem-se às proporções de mulheres ocupadas em cada setor face ao total da força de trabalho setorial. As taxas de ocupação feminina indicam os percentuais de mulheres em cada setor frente ao número total de mulheres ativas.

do total de cerca de meio milhão de mulheres economicamente ativas do Estado, aproximadamente 60% encontrava-se incorporada ao Terciário. Isso significa que, em cada 5 mulheres ativas, 3 estavam ocupadas no Terciário. Em 1940, essa mesma proporção situava-se em torno de 4:1. Isso decorre do fato de que da distribuição do acréscimo líquido de mulheres engajadas economicamente, no período, cerca de 80% dirigiram-se para o Terciário. O restante distribuiu-se, equitativamente, entre os dois outros setores economi-

cos (ver Tabela 8).

Para a apreensão do significado dessas tendências referentes à absorção da mulher pelo Terciário, faz-se necessário analisar as modificações internas a nível das atividades que compõem o setor. A desagregação do Terciário permitirá que se avalie, quantitativamente, a mão-de-obra nele ocupada.

Observando a Tabela 9, verifica-se que mais de 50% do total das mulheres ativas ocupadas no Terciário gaúcho acham-se concentradas no subsetor Prestação de

Tabela 8

Distribuição percentual do incremento líquido de mão-de-obra feminina, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

ANOS	TOTAL DE MULHERES	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1940	246 573	144 022	10 494	92 057
1970	551 909	175 966	45 882	330 061
Acréscimo absoluto	305 036	31 944	35 388	238 004
Acréscimo relativo	100%	10,47	11,60	78,02

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

Tabela 9

Participação percentual da mulher na força de trabalho do Terciário, no Rio Grande do Sul — 1940-1970

ANOS	COMÉRCIO DE MERCADORIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E ARMAZENAGEM	ATIVIDADES SOCIAIS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	OUTRAS ATIVIDADES (1)
1940	5,14	77,23	1,23	13,52	1,63	1,25
1950	8,55	65,27	1,70	20,28	2,09	2,11
1970	11,37	51,89	1,33	29,23	3,07	3,11

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.
CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.
CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

(1) Em Outras Atividades, acham-se incluídas as atividades relativas a Comércio de Imóveis e Valores Imobiliários, Crédito, Seguro e Capitalização, Profissões Liberais e Atividades não compreendidas nos demais ramos, mal definidas ou não declaradas.

Serviços. Embora a ocupação nessa atividade tenha decrescido ao longo do período 1940-1970, pois em 1940 a sua participação era de quase 80%, ainda constituiu-se em um percentual bastante elevado. Do total da força de trabalho ocupada nesse subsetor, 65% eram representados pelas mulheres em 1970.

A ocupação que parece possuir maior peso na absorção das mulheres desse segmento terciário é o Serviço Doméstico Remunerado que, em 1970, agregava quase 80% do total das mulheres ocupadas na Prestação de Serviços. Essa elevada participação relativa das mulheres nos Serviços Domésticos Remunerados está a indicar o elevado potencial de trabalho não absorvido pelo sistema dominante de produção de bens e serviços e que, ao se manter subordinado a esse sistema, se constitui em significativa reserva de mão-de-obra para sua sustentação e crescimento.

Outra grande parcela de mulheres (cerca de 30%) ocupadas no Terciário encontrava-se alocada nas Atividades Sociais²³. Ao contrário do subsetor Prestação de Serviços, a taxa de ocupação feminina nas Atividades Sociais apresentou uma tendência crescente no período 1940-1970: enquanto, em 1940, de 10 mulheres ativas, uma dedicava-se a essas atividades, em 1970, essa proporção era de 10:3. Acrescente-se a isso o fato de que mais de 70% do total da força de trabalho engajada no subsetor Atividades Sociais era constituída por mulheres e dessas, grande parte, era formada por professoras primárias. Os argumentos utilizados para justificar a "adequação" feminina ao magistério consistem, em primeiro lugar, em admitir que nas mulheres há maior dose de aptidões consideradas apropriadas ao exercício da profissão (dedicação, abnegação

etc.) e, em segundo lugar, o fato dessa profissão conferir um baixo prestígio profissional, acompanhado de reduzidos níveis salariais, poucas horas de trabalho diário e maior flexibilidade de horário, o que permite a realização paralela das tarefas domésticas. Segundo o sociólogo Luiz Pereira, "a analogia entre as representações acerca dos papéis docentes e dos papéis maternos reflete-se na concepção do magistério primário como uma espécie de extensão profissionalizada dos papéis maternos e na concepção da escola como um prolongamento do lar".²⁴

Há que se destacar também o fato de que o emprego nas Atividades Sociais apresentou, no decorrer do período, um razoável crescimento, quer no que se refere à participação de sua força de trabalho no total do Terciário, quer em relação às respectivas participações masculina e feminina relativamente ao total de homens e mulheres empregados no setor, tendo sido, porém, mais intenso o crescimento da participação feminina.

Os subsetores mais diretamente ligados à esfera produtiva — Comércio de Mercadorias e Transportes, Comunicações e Armazenagem — tenderam a apresentar, ao longo do período, uma demanda crescente por força de trabalho feminina, como resultado da própria expansão das atividades econômicas, fazendo com que a participação da mulher nessas atividades duplicasse no período. As mulheres representavam, em 1970, cerca de um quarto do total da força de trabalho empregada nes-

²³ No subsetor Atividades Sociais, acham-se incluídas as atividades relativas ao ensino, assistência médico-hospitalar, previdência social etc.

²⁴ PEREIRA, Luiz. O magistério primário e a sociedade de classes apud KUHNER, Maria Helena. *O desafio atual da mulher*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. p.57-8.

ses subsetores. No caso do subsetor Transportes, Comunicações e Armazenagem, a significativa participação feminina pode ser explicada pelo recente processo de organização e racionalização dos serviços prestados neste segmento. As mulheres concentrar-se-iam nos serviços mais especificamente ligados às atividades burocráticas, o que explica as altas remunerações percebidas pelas mulheres alocadas neste subsetor, comparativamente aos demais, uma vez que a elas cabe a execução

país segmentos do Terciário, é possível verificar os padrões salariais da população economicamente ativa feminina e masculina em relação ao salário mínimo regional (Cr\$ 170,40), fixado na data de referência do Censo de 1970.

Comparando-se as remunerações medianas relativas aos três setores de atividade, constata-se a supremacia do Terciário tanto no que se refere ao salário recebido pelo total de sua força de trabalho, como pelos homens e mulheres em

Tabela 10

Remunerações medianas, segundo os setores de atividade, no Rio Grande do Sul — 1970
(em unidades de salário mínimo regional)

SETORES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Setor primário	0,789	0,806	0,464
Setor secundário	1,117	1,134	1,032
Setor terciário	1,155	1,601	0,869
TOTAL	1,043	1,079	0,897

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

Tabela 11

Remunerações medianas, segundo os subsetores do Terciário, no Rio Grande do Sul — 1970
(em unidades de salário mínimo regional)

SUBSETORES DO TERCIÁRIO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Comércio de mercadorias	1,300	1,518	1,070
Prestação de serviços	0,571	1,182	0,403
Transportes, comunicações e armazenagem ...	1,617	1,614	1,674
Atividades sociais	1,362	1,640	1,296
Administração pública	1,762	1,796	1,585
Outras atividades	2,202	2,797	1,179

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

de tarefas de escritório, enquanto grande parte dos homens, alocados neste subsetor, são responsáveis pelas atividades menos qualificadas, braçais.

Observando as tabelas 10 e 11 relativas às remunerações medianas, percebidas pelos homens e mulheres, segundo os setores econômicos e conforme os princi-

separado. Nota-se também que, em todos os setores, a população feminina apresentava salários medianos inferiores à população masculina, sendo que nas atividades industriais sua situação era relativamente mais favorável.

No que se refere aos subsetores do Terciário, em todos eles os salários

medianos calculados para as mulheres eram inferiores aos encontrados para o conjunto da força de trabalho e, conseqüentemente, inferiores aos recebidos pelos homens, com exceção do subsetor Transportes, Comunicações e Armazenagem. Em todos os demais, encontravam-se as mulheres em posições bastantes desvantajosas no que se refere a salários.

Ganhando acima de, aproximadamente, três salários mínimos regionais (mais de Cr\$. 500,00), encontrava-se cerca de um quarto da força de trabalho masculina e apenas 5% da força de trabalho feminina.

Essa mesma situação pode ser detectada em cada um dos diversos subsetores do Terciário, sendo que em todos eles — com exceção do subsetor Transportes,

Tabela 12

Percentual das remunerações mensais das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo as atividades terciárias, no Rio Grande do Sul — 1970

ATIVIDADES	ATÉ 150 Cr\$		151 - 200 Cr\$		201 - 300 Cr\$		301 - 500 Cr\$	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Setor terciário	12,13	50,33	25,43	21,73	18,17	14,05	19,70	8,44
Comércio de mercadorias	13,34	18,21	28,17	49,07	16,88	17,52	17,95	9,79
Prestação de serviços	17,43	81,87	32,35	12,21	19,12	3,28	18,17	1,71
Transportes, comunicações e armazenagem	8,16	6,84	26,08	22,04	22,66	26,11	26,07	31,64
Atividades sociais	6,74	16,99	28,38	26,94	18,37	29,37	15,62	16,29
Administração pública	13,03	11,09	17,86	21,64	18,29	23,87	21,17	20,94
Outras atividades	8,56	18,44	15,34	31,38	11,75	21,34	16,34	16,85

ATIVIDADES	501 - 1000 Cr\$		1001 - 2000 Cr\$		2000 ou + Cr\$		SUBTOTAL	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Setor terciário	15,16	4,52	6,89	0,80	2,52	0,13	100	100
Comércio de mercadorias	15,39	4,24	6,24	0,93	2,03	0,24	100	100
Prestação de serviços	10,04	0,76	2,28	0,14	0,61	0,03	100	100
Transportes, comunicações e armazenagem	12,92	12,39	3,12	0,82	0,99	0,16	100	100
Atividades sociais	14,68	9,11	9,97	1,16	6,24	0,14	100	100
Administração pública	16,97	15,85	10,15	6,05	2,53	0,56	100	100
Outras atividades	24,95	8,97	15,72	2,45	7,34	0,57	100	100

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO; Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

A Tabela 12 permite constatar que a maior concentração da população feminina economicamente ativa do Terciário encontrava-se nas mais baixas faixas salariais: cerca de 70% do total das mulheres ocupadas no Terciário percebia menos que o salário mínimo regional fixado na época, enquanto o percentual de homens nessa mesma categoria salarial situava-se em torno de 37%, ou seja, quase a metade do percentual encontrado para as mulheres.

Comunicações e Armazenagem — a proporção de mulheres auferindo menos que um salário mínimo era bastante superior à parcela masculina. Destacavam-se os subsetores Prestação de Serviços e Comércio de Mercadorias, onde 94% e 67% do total das pessoas economicamente ativas feminina enquadravam-se nessa faixa salarial, sendo que menos de 1% e cerca de 5%, respectivamente, encontravam-se ganhando acima de três salários mínimos regionais.

Pode-se concluir, portanto, que a integração da mulher no mercado de trabalho se dá de modo periférico, uma vez que sua força de trabalho é relativamente mais utilizada em determinados setores do Terciário onde predominam formas tradicionais de produção e cuja articulação com os setores dominantes se faz de modo subsidiário.

A elevada participação feminina constatada no Terciário gaúcho não impli-

ca, necessariamente, uma melhoria nas condições de emprego das mulheres ocupadas neste setor, pois a maior concentração feminina verifica-se naqueles segmentos que não exigem níveis de qualificação elevado e onde grande parte das ocupações são realizadas em regime de tempo parcial, registrando os mais baixos salários e não oferecendo perspectivas de promoção.



capítulo V **considerações finais**

23

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi assinalado nos capítulos anteriores, durante o período a que se refere este trabalho, pode-se identificar duas etapas distintas no processo de industrialização por que passou a economia brasileira, apoiadas em diferentes padrões de acumulação de capital. Durante a primeira dessas fases, o processo de acumulação foi comandado pelo crescimento dos segmentos industriais produtores de bens não-duráveis de consumo, enquanto durante a segunda, que se define aproximadamente a partir de 1955, a hegemonia desse processo passou a caber aos ramos produtores de bens de consumo durável.

A expansão dos setores industriais produtores de bens não-duráveis de consumo acelerou-se a partir da década de 30, após a ruptura do modelo primário-exportador vigente até essa época. As dificuldades criadas pela crise mundial iniciada em 1929 para a viabilização das exportações de produtos primários implicaram uma severa compressão da capacidade de importar da economia brasileira. Essa compressão, ao gerar uma demanda insatisfeita por diversos bens de consumo até então importados, criou o espaço necessário para a implantação de um novo modelo de expansão nacional, calcado em uma industrialização que visava a produzir internamente esses artigos que não mais podiam ser importados. A hegemonia do processo de acumulação de capital passa, em consequência, a caber a esses segmentos do Setor Secundário.

Nessa fase inicial do processo

de industrialização substitutiva de importações, já começam a atuar algumas relações incipientes de complementariedade entre as indústrias de bens leves de consumo e outros ramos produtores de insumos e bens de capital, o que implicou um incentivo à implantação e/ou expansão destes ramos. Acentuou-se a atuação integrada do capital estatal e do capital privado, este na produção de bens de consumo e aquele na produção de alguns insumos e na execução das obras de infra-estrutura necessárias a um processo de crescimento econômico de base urbano-industrial.

A acumulação industrial pôde tomar impulso, à medida que o excedente econômico gerado pela economia brasileira foi canalizado quase exclusivamente para o Setor Secundário, já que, durante a vigência do modelo primário-exportador, o capital acumulado não havia atingido níveis suficientemente elevados que propiciassem uma base sólida para a implantação do novo modelo. A indústria, sendo um setor essencialmente urbano, necessita de uma infra-estrutura adequada para a sua expansão. A economia primário-exportadora não havia, por suas próprias características, proporcionado o surgimento dessa infra-estrutura. Afora Rio de Janeiro e São Paulo, raras outras cidades caracterizavam-se como centros urbanos de porte expressivo.

Assim, o excedente econômico disponível teve de satisfazer tanto às necessidades diretas da acumulação industrial propriamente dita, como às indiretas, de

criação de uma infra-estrutura de serviços urbanos adequada às exigências da expansão industrial. Nessa situação, as necessidades diretas da acumulação industrial, ao absorverem a quase totalidade do excedente gerado pela economia, impuseram aos serviços urbanos formas de organização que não viessem a competir pela utilização desse excedente. Em consequência, na presença de uma abundância estrutural de mão-de-obra no meio urbano, esses serviços passaram a organizar-se de forma a utilizar, intensivamente, a força de trabalho disponível, empregada a baixos níveis de remuneração e, portanto, a não concorrer com os segmentos industriais que lideravam o processo de acumulação pelo uso dos poucos recursos de capital existentes.

Em termos dinâmicos, essa maneira de os serviços se organizarem beneficia a expansão da acumulação industrial de duas outras formas distintas. Por um lado, esses serviços, utilizando grandes massas de trabalhadores, absorvem grande parte da força de trabalho que migra do campo para as cidades, propiciando a formação de uma reserva de mão-de-obra subutilizada no meio urbano, ocupada a baixos níveis de remuneração que pode ser mobilizada pela indústria quando necessário. Ao mesmo tempo, a mera existência desse contingente mobilizável de força de trabalho pressiona para baixo os salários pagos no setor industrial, contribuindo para elevar a taxa de lucro nele vigente. Por outro lado, a expansão do emprego em serviços, mesmo com baixas remunerações, conduz a uma demanda ascendente por alguns tipos de bens — que podem ser denominados "bens de salário", ou seja, bens de consumo típico das camadas assalariadas de baixa renda —, o que estimula diretamente a acumulação nos setores industriais que os produzem e, indiretamente, favorece a expansão dos seg-

mentos industriais produtores de insumos e de bens de capital que atuam como fornecedores desses setores produtores de "bens de salário".

Em consequência, o aparente desproporcional crescimento da participação do Terciário no emprego na economia brasileira, que passa de 23,81% em 1940 para 37,80% em 1970, enquanto sua participação no produto não se altera de forma expressiva, permanecendo em torno de 50%, não se caracteriza como uma "inchação" do setor, ou como um fenômeno prejudicial ao funcionamento da economia como um todo. Ao contrário, esse crescimento da participação terciária na absorção de mão-de-obra constitui-se, como foi assinalado no parágrafo anterior, na base de mecanismos que favorecem a marcha da acumulação de capital na indústria. Sobre esses mecanismos cabe referir que, enquanto o segundo — criação de mercado para bens não-duráveis — é particularmente importante para a economia brasileira até 1955, momento em que se encerra a hegemonia do padrão de acumulação, baseado na implantação de uma indústria substituidora de importações desse tipo de bens, o primeiro — pressão sobre os níveis salariais urbanos — transcende, em relevância, a esse limite temporal, representando um papel importante, independentemente, das características mais específicas do padrão de acumulação industrial vigente.

Durante o período em que a expansão industrial se coloca sob o comando dos setores produtores de bens não-duráveis de consumo, o Rio Grande do Sul segue articulando-se à economia nacional, basicamente, através da exportação para o centro do País de produtos agrícolas beneficiados. Tal forma de articulação ao mercado nacional é, ainda, fundamentalmente, a mesma que vigiu nas etapas anteriores da evolução econômica do Rio Gran-

de do Sul e que caracterizou a economia do Estado como periférica e dependente dos pólos hegemônicos da economia nacional.

Da mesma forma que no centro do País, a redução da capacidade de importar, causada pela crise econômica da década de 30, estimulou a implantação e/ou expansão, no Estado, de algumas indústrias substituidoras de importações de bens leves de consumo, como por exemplo calçados e vestuário, além de algumas metalúrgicas. Essas indústrias voltavam-se, predominantemente, para o atendimento do mercado regional, exportando eventualmente pequenas parcelas da sua produção para o centro do País, salvo algumas exceções.

O crescimento da economia gaúcha, nesse período como nos anteriores, distinguiu-se do das regiões hegemônicas da economia nacional pelo nível bastante inferior de excedente econômico gerado. Nas áreas primário-exportadoras do centro do País, as dimensões desse excedente eram, incomparavelmente, maiores do que no Rio Grande do Sul. Em consequência, ao se iniciar a implantação da indústria substitutiva de importações, tanto os fundos disponíveis para a acumulação no Estado eram menores, como o mercado regional tinha dimensões inferiores às do centro do País. Tendo sido o mercado com que se defrontavam as empresas do eixo Rio-São Paulo bem maior do que o das empresas gaúchas, as mesmas conseguiram atingir escalas de produção que lhes permitiram competir, vantajosamente, com as empresas locais, quando a melhoria das vias de comunicação reduziu os custos de transporte e, verdadeiramente, unificou o mercado nacional. Dessa forma, as indústrias gaúchas, substituidoras de importações de bens de consumo não-durável, salvo exceções, encontravam dificuldades pa-

ra enfrentar a competição das empresas do centro do País, o que tornou o ritmo da industrialização da economia estadual inferior à média da economia brasileira e fazendo com que, em termos comparativos, o setor agrícola continue mais importante no Estado do que no conjunto do País.

A agricultura gaúcha, nos últimos anos da hegemonia do padrão de acumulação calcado na implantação da indústria substitutiva de importações de bens de consumo não-durável, experimentou uma fase de crescimento baseada, principalmente, no crescimento da lavoura empresarial do trigo. Dessa maneira, entre 1948 e 1954, a taxa de crescimento do produto agrícola do Estado foi superior à do produto agrícola nacional.¹

Assim como no resto do País, esta primeira etapa da hegemonia da indústria na acumulação de capital marca, no Estado, o início de um intenso processo de urbanização, alimentado, em parte, pela atração exercida sobre a mão-de-obra rural pelas oportunidades de emprego nas nascentes indústrias substituidoras de importações. Esse fato, reforçando a pressão exercida pela inelasticidade da estrutura fundiária², gera uma crescente migração no sentido campo-cidade.

Dada a desproporção entre o contingente populacional que migra em busca de emprego e as oportunidades de ocupação

¹ O crescimento do produto agrícola do Rio Grande do Sul nesse período pode ter sido, até certo ponto, superestimado, devido à ocorrência da Fraude do Trigo-Papel, que causou uma superavaliação dos dados referentes ao valor bruto da produção dessa lavoura.

² A inelasticidade da estrutura fundiária também é causa de migrações em direção a áreas agrícolas pioneiras em outros estados, como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso.

existentes na indústria, a mão-de-obra excedente aloca-se, aqui como no resto do País, no amplo e heterogêneo conjunto de atividades urbanas que compõem o Setor Terciário, desencadeando os mecanismos econômicos anteriormente referidos, favoráveis à marcha da acumulação industrial.

Ao se abordar o comportamento do produto terciário, no Rio Grande do Sul e no conjunto do País, entre 1948 e 1954,³ período que compreende a fase inicial da vigência do primeiro padrão de acumulação industrial, observa-se que os ramos do setor que mais cresceram foram os mesmos a níveis estadual e nacional. Comparando-se a evolução do emprego terciário local e nacional entre 1940 e 1950, anos também compreendidos na vigência desse primeiro padrão de acumulação, observa-se uma semelhança de comportamento ainda mais acentuada, com uma perfeita identidade entre as ordenações dos ramos terciários quanto ao grau de crescimento do emprego no Estado e no País. Esses resultados não surpreendem, à medida que se considere que, dada a baixa exportabilidade dos serviços que reduz severamente as possibilidades de especialização dos terciários regionais, o comportamento dos diversos ramos terciários tenderá, geralmente, a ser similar em todas as regiões do País.

A partir de meados da década de 50, a hegemonia do processo de acumulação industrial passa a caber às parcelas do Setor Secundário, produtoras de bens de consumo durável, ao se esgotarem as possibilidades do padrão de acumulação anterior e acentuar-se o processo de substituição das importações desse tipo de bens. Destaca-se, nesse contexto, a implantação da indústria automobilística que, através de suas ligações com outros ramos, dinamiza grande parte do setor industrial brasileiro. A implantação da indústria

produtora de bens duráveis no Brasil ocorreu através da penetração em massa de capital estrangeiro, inserindo-se em uma fase de expansão do capitalismo em escala mundial. Essa penetração de capital externo foi facilitada pela quase total inexistência de tecnologia nacional para a produção desse tipo de bens e, principalmente, pela baixa capacidade de acumulação do empresariado brasileiro, o qual teve de se contentar em participar da expansão do setor industrial propiciada pelo novo padrão, fabricando bens complementares (inclusive peças e componentes) aos produzidos pelas empresas estrangeiras.

Na vigência desse padrão de acumulação, vem acentuar-se o processo de concentração espacial da indústria brasileira, já que a maior parte das novas empresas tende a se localizar no eixo Rio-São Paulo. Assim, a Região Sudeste, que gerava 74,6% da renda industrial brasileira em 1947, passa, em 1968, a gerar 80,9% desse total. A Região Sul perde participação, caindo de 13,4% para 10,8% no mesmo período⁴. A participação do Rio

³ Infelizmente, não é possível se dispor de dados de emprego e produto cuja extensão da série ou periodização coincida de forma exata com a vigência dos diferentes padrões de acumulação industrial por que passou a economia brasileira. Com isso, fica prejudicada uma apreciação empírica mais exata da relação entre os padrões e o comportamento dessas variáveis. A análise dessa relação pode ser feita apenas de forma aproximada, utilizando-se, no caso do produto, a série disponível, que se inicia em 1947, momento no qual a substituição de importações de bens de consumo não-durável encontrava-se já bastante adiantada. No que se refere à análise do emprego, a única alternativa é a utilização de dados censitários, de periodicidade decenal.

⁴ Conforme OLIVETRA, Francisco de & REICHSTUL, Henri-Philippe, op.cit., nota 13, cap.II.

Grande do Sul no PII⁵ da indústria brasileira cai de 8,0% em 1947 para 5,9% em 1968. Tomando-se de forma mais específica o período 1955-68, observa-se que a participação do Estado no produto industrial brasileiro cai de 7,5% para 5,9%. Da mesma forma, a participação gaúcha no produto terciário nacional cai de 8,5%, em 1955, para 7,9% em 1968⁵.

Com a implantação da indústria de bens de consumo durável, expandem-se os serviços de reparação e conservação, principalmente de automóveis e eletrodomésticos, bem como os segmentos comerciais ligados à venda de bens desse tipo (revendedores autorizados) ou de peças de reposição para os mesmos. O aumento da produção de automóveis leva, também, à expansão do comércio de combustíveis e lubrificantes. O comércio de bens duráveis usados, principalmente automóveis, expande-se e passa a constituir um importante campo de atuação para alguns elementos autônomos do comércio de mercadorias. Esse tipo de autônomo, que auferem remunerações comparativamente mais elevadas, não pode ser assimilado a outros tipos de autônomos "marginais" do setor, como os ambulantes e "camelôs".

Na vigência desse novo padrão, a estrutura das atividades comerciais sofre, ainda, outras modificações expressivas. O comércio atacadista, em parte, como consequência da melhoria das condições de transporte, tende a se concentrar em grandes estabelecimentos com sede junto aos centros produtores, levando ao quase desaparecimento dos pequenos e médios estabelecimentos atacadistas que se situam próximos aos mercados consumidores. No caso dos bens produzidos por grandes empresas, a função de atacadista tende a ser desempenhada pelo próprio fabricante, que procede a distribuição diretamente aos comerciantes varejistas.

Devido a esses dois processos, os ramos atacadistas perdem importância tanto em termos de participação no número total de estabelecimentos, quanto em termos de absorção de mão-de-obra dentro do conjunto das atividades comerciais.

A partir de 1955, ano que marca de forma aproximada o início da hegemonia das indústrias produtoras de bens de consumo durável no processo de acumulação a nível nacional, a economia brasileira atravessou quatro etapas conjunturais bem definidas: duas de expansão — 1955-61 e 1968-72 — e duas de recessão — 1962-67 e de 1973 até o momento presente.

Passado o impacto inicial da implantação das primeiras indústrias de bens de consumo durável, a economia nacional enfrenta, entre 1962 e 1967, uma fase de recessão causada, fundamentalmente, pela inadequação do perfil da demanda frente à nova capacidade de oferta, recém-implantada.

A entrada em uma nova fase de crescimento, em 1968, tornou-se possível em virtude de uma conjuntura internacional favorável e de um conjunto de medidas que, alterando o perfil de distribuição da renda, no sentido de uma maior concentração, aumentou o mercado consumidor de bens duráveis, cuja produção passou a crescer aceleradamente. A expansão do crédito ao consumidor foi um importante mecanismo nesse processo, à medida que alargava o mercado para os bens de consumo durável. Nesse sentido, as reformas por que passou a organização do sistema de Intermediação Financeira, a partir de

⁵ Conforme os dados apresentados no volume I desta série: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 25 anos de economia gaúcha; Uma visão global. Porto Alegre, 1975. v.1 p.54-56.

1964, constituíram-se em uma fundamental premissa para a agilização do processo de circulação da poupança e, portanto, para a própria retomada do crescimento. A nível do Setor Terciário, tais reformas certamente constituíram-se no mais importante evento ocorrido desde o início da hegemonia do novo padrão de acumulação.

Nessa nova etapa de crescimento, o processo de acumulação passou a ser dominado pela ação conjunta do capital estrangeiro e do capital estatal. Esse último adquirindo uma crescente participação nas atividades produtivas, principalmente, na produção de insumos básicos, e o primeiro dominando os setores "de ponta" da economia, produtores de bens duráveis. As empresas de capital privado nacional couberam os papéis secundários, seja na produção de peças e componentes, seja no comando dos ramos tradicionais da indústria, que, em alguns casos, se dinamizaram a partir de 1968 através da exportação para o mercado internacional. A "dinamização via exportação" foi também o caminho encontrado para o crescimento de algumas parcelas da agricultura brasileira.

Nesse momento de expansão, que se constituiu em uma fase de amadurecimento do padrão de acumulação industrial, baseado na produção de bens de consumo durável, caracterizou-se um reordenamento na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. A verdadeira unificação do mercado nacional, facilitada pelo aprimoramento dos sistemas de transporte, reforçou o processo de concentração espacial da indústria brasileira, como já foi assinalado anteriormente. O Rio Grande do Sul, colhido por esse reordenamento, pela primeira vez teve seu papel econômico no conjunto nacional substancialmente modificado. De Estado tradicionalmente abastecedor das áreas hegemônicas do País, o

Rio Grande do Sul passou a executor de novas funções no panorama econômico brasileiro.

A partir de meados da década de 60, começou a adquirir crescente importância dentro da agricultura do Estado o cultivo da soja, cuja produção destinava-se, principalmente, ao mercado internacional. Paralelamente, outros produtos do Estado, seja beneficiando-se de incentivos fiscais, seja aproveitando uma conjuntura externa favorável, passaram a ser exportados em quantidades expressivas e crescentes, como foi o caso dos calçados e da carne (esta somente até 1974, quando passou a encontrar dificuldades de colocação no mercado externo). Em consequência, a razão entre as Exportações e o Produto Interno Líquido a Custo de Fatores que era de 5,68% em 1967 passou a 15,27% em 1972, caracterizando o Rio Grande do Sul como um estado produtor de divisas destinadas a viabilizar a acumulação nos segmentos dominantes da indústria do centro do País (papel esse compartilhado com outros estados, como, por exemplo, o Paraná).

No bojo dessa transformação do papel do Rio Grande do Sul dentro da economia nacional, que de estado-abastecedor passou a primário-exportador externo, surgiram algumas modificações na forma como se processa a circulação dos produtos agrícolas gaúchos. As cooperativas tritícolas, cuja origem se situa em fases anteriores de prosperidade da agricultura do Estado, passaram a ocupar o papel principal nas primeiras etapas da comercialização dos produtos primários mais importantes, assumindo, progressivamente, outras funções de intermediação como, por exemplo, o fornecimento de insumos (e até mesmo de bens de consumo) aos produtores.

A partir de 1973, aproximadamen-

te, a economia nacional entrou mais uma vez em uma fase de recessão, deflagrada em parte pela crise econômica internacional e agravada pelas características do próprio modelo de crescimento econômico então vigente. Ao nível da economia gaúcha, essa recessão manifestou-se, também, através de uma queda da demanda externa por alguns de seus principais produtos de exportação, atingidos por um decréscimo das compras por parte dos principais países importadores, como ocorreu com a carne e os calçados⁶. A economia estadual foi ainda atingida pelas medidas de restrição do crédito, derivadas da política de combate à inflação, que contribuíram para o agravamento da recessão econômica, atingindo de forma mais intensa alguns setores particularmente dependentes das facilidades de crédito, como é o caso da indústria de implementos agrícolas.

Ao se comparar, com base nos dados disponíveis (que cobrem os períodos 1955-69 para o Produto e 1950-70 para o Emprego), a evolução da estrutura dos Setores Terciários do Rio Grande do Sul e do Brasil, durante a vigência do padrão de acumulação liderado pela indústria de bens duráveis de consumo, percebe-se, mais uma vez, uma acentuada similaridade de comportamento do setor a ambos os níveis. Apesar de o Terciário do Estado ter crescido a uma taxa mais baixa, reflexo de um menor dinamismo dos setores produtivos locais em comparação com a média nacional, os ramos terciários de maior crescimento, em termos de produto, foram os mesmos no Estado e no País.⁷

Também em termos de absorção de mão-de-obra (apesar de a comparação ser prejudicada pela não-coincidência do período a que se referem as informações com o início da vigência do novo padrão de acumulação), pode-se observar um maior dinamismo da economia nacional em compa-

ração com a do Estado. A taxa de crescimento da ocupação, entre 1950 e 1970, tanto para o Terciário quanto para os setores produtivos, foi mais elevada na média nacional do que no Estado. Apesar disso, o perfil de crescimento do emprego no Terciário foi semelhante em ambos os níveis, com os mesmos ramos, obtendo as mais altas taxas tanto em termos nacionais quanto estaduais⁸.

Essa semelhança de comportamento dos ramos terciários no Rio Grande do Sul e na média nacional, no que se refere ao crescimento do produto e da absorção de mão-de-obra nesse período, vem mais uma vez confirmar a hipótese de que a margem de diferenciação entre os terciários regionais, dentro de um esquema de divisão inter-regional do trabalho, é extremamente reduzida, dada à não-exportabilidade dos bens — intangíveis e não-transportáveis — produzidos pelo setor. Assim, embora os requisitos da acumulação em escala nacional tenham imposto grandes transformações aos setores produtivos da economia gaúcha ao longo das últimas décadas, redefinindo o papel do Estado dentro do conjunto da economia brasileira, o terciário local, no seu crescimento, seguiu um padrão que quase não se diferenciou daquele seguido pelo agregado nacional.

⁶ No caso dos calçados, essa redução deveu-se, em parte, à adoção de medidas *anti-dumping* por parte de alguns dentre os principais países compradores.

⁷ Os ramos que cresceram a taxas mais altas, em ambos os níveis, foram a Intermediação Financeira e o Governo, destacando-se o Comércio de Mercadorias por apresentar baixas taxas de crescimento tanto no Estado quanto no agregado nacional.

⁸ Os ramos de maior crescimento percentual de emprego foram, em ambos os casos, as Atividades Sociais e "Outras Atividades", cabendo as taxas mais baixas aos "Transportes, Comunicações e Armazenagem".

PRESIDÊNCIA

LEODEGAR JOSI - Presidente

Ida Lewkowicz Bochernitsan, Neusa Maria Cunha de Souza Antunes - Secretárias

ASSESSORIA - Ana Maria Córdova Wels, Marbel Maria Ferreira de Andrade, Maria Beatriz Nunes Oliveira, Maria Inácia Flôr Reinaldo, Paulo Roberto Fernandes, Rejane Wilke Montoya Gómez, Sônia Rejane Unikowsky Teruchkin.

DIRETORIA TÉCNICA

ITALO DANILU COGITINHO FRAQUELLI - Diretor

Maria Hermínia Brunet Fraquelli - Secretária

GERÊNCIA DE ANÁLISES

MÁRIO BAIDUCHI - Gerente

Ana Lúcia da Silva - Secretária

ANÁLISE SOCIAL - TANYA MARIA DE MACEDO DE SAKELLÓS, Áurea Corrêa de Miranda Breitbach, Elisabeth de Medeiros Simões, Maria Luiza Lirelli, Maía Geila de Oliveira Corrêa, Sérgio Nunes Fagundes, Vera Lúcia Ameal Garcia, Walter Arno Pichler.

ECONOMIA PÚBLICA - RAYMUNDO FERREIRA GUIMARÃES, Adolar Koch, Audely José Bitencourt, Carlos A. Drummond de Macedo, Carlos Nelson dos Reis, Isabel Noemia Junges Röckert, Gentil Corazza, Gibrail Rodrigues, Maria Auxiliadora de A. Rosa, Maria Lucrecia Calandro, Marli Nunes Machado, Waldyr Gorga Dornelles.

SETOR PRIMÁRIO - LUIZ ROBERTO PECOITS TARGA, Álvaro Antônio Louzada Garcia, Elvin Maria Fauth, Salvatore Santagada, Susana Koch.

SETOR SECUNDÁRIO - CLÁUDIO EINLOFT, Maria Cristina Passos Severo, Maria Heloísa Lenz, Marli Merlene Mertz, Rubens Soares de Lima, Vera Maria Kunrath.

SETOR TERCIÁRIO - SÉRGIO FISCHER, Beatriz R. Zago de Azevedo, Joaquim A. Pereira Soares, José A. Filho Alonso, Pedro Silveira Bandeira.

GERÊNCIA DE INDICADORES

ÁRIO ZIMMERMANN - Gerente

Carmen Maria Franzoni - Secretária

AGREGADOS ECONÔMICOS - YARA SALDANHA PRANCE, Alejandro Kuajera Arandia, Carmen Regina Granja L. de Moura, Celso Anversa, Dejalme Andreolli, Dulce Helena Vergara, Eliana Santos Figueredo, José Maria Dias Pereira, Lisete Maria Giroto, Maria Conceição Sá e Souza Shattert, Maria H. Antunes Sampaio, Odete Lüdtke Wollmann, Renato Antônio Dalmezo, Wanda Grazieta Crotti de Almeida.

INDICADORES CONJUNTURAIS - SILVIA HORTS CAMPOS, Alberto L. Campos de Medeiros, Clarisse Chiappini Castilhos, Consuelo Duclós Schönemann, Maria Olinda C. Trescastro, Mauro José Candido Mariano, Pedro F. Cunha de Almeida, Roberto S. da Cunha Marcantônio, Roberto da Silva Wiltgen, Teresinha Bello Filho.

GERÊNCIA DE INFORMÁTICA

NILSON CACERES SANABRIA - Gerente

Ana Mariza Piegas Vilhalba - Secretária

ANÁLISES ESTATÍSTICAS - MARIA DE LOURDES TEIXEIRA, Elisabeth Pothin Fernandes, Elza M. Skilham de Almeida, Maria Luiza Garcia Knauth, Nilson Henrique Elias, Vera Lúcia Pires Dalberto, Zhélide Quevedo Reymunde.

ARMAZENAGEM E INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA - EDISON MARQUES MOREIRA, Aurora Célia Rodrigues Villagran, Clotilde Rejane Meneghetti, Ivete Lopes Figueiró, Janira Iolanda Lopes da Rosa, João Vilceu Vieira Soares, Loribel da Silva Dias, Luiz Fernando Gomes da Silva Medaglia, Maria da Glória Souza Silveira, Mary Sônia Moreno Bastian, Silvia Rech De-Gan, Vera Maria Cunha Morales, Yara Maria Centeno Teixeira.

EDIÇÕES ESTATÍSTICAS - MARILENE BRUNEL LUDWIG, Arthur Ivan de Andrade Wels, Elaine Maria de Souza Marques, Francisco de Assis Costa dos Santos, Maria Amélia Pinto Leão, Nilza Fonseca Moreira César.

DESENVOLVIMENTO SISTÊMICO - MIGUEL DAMAZO CARVALHO, Ana M. Oliveira de Azambuja, Buarque Gutterres de Figueiredo, Darcina Canibal Soares, Julio Cesar Berleze, Marcus Vinicius da Rocha, Regina Maria Caliendo, Renato Cardoso Vasques, Renato Mendes Guerra, Roberto Bins Ely, Shirley Mesquita Padão, Talita Farias Schullmann.

PEQUISA DE DADOS - ABELARDO AUGUSTO SÓRIO RIBEIRO, Antônio Cesar Gargioni Nery, Antônio Odilon Ribeiro de Menezes, Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado, Roberto A.G. La-Rocca, Roberto Ronchetti Caravantes.

PROCESSAMENTOS MANUAIS - RUT TEREZINHA DIEDERICHS NORUNHA, Accácia Gama Bernd, Adão da Silveira, Cacilda Ferreira Camargo, Ceres Aparecida Haushahn, Cloves Jesus Lopes Evangelista, Enilda Leal Riella, Jayme Börg, João Luiz Paiva Rosa, José Antônio da Rosa, Juarez Meneghetti, Jussara Rabelosa Monteiro, Laís Helena Carvalho da Silva, Leny Tereza B. do Amaral Padilha, Luny Maria de Azevedo Sperb, Luz da Alva Oliveira da Silveira, Mara Luzia Feltes de Moura, Maria José da Silveira Saibro, Maria de Lourdes Cavalheiro, Maria Edi Pereira de Souza, Maria Severo Nunes da Rusa, Maria Thereze França Costa, Marília Marques Difini, Marina Medeiros Costa, Marina Silvia Ponso Difini, Marlene Marques Gentili, Marisa Gundlach Kraemer, Mercedes de Oliveira Licht, Ney Gondran Machado, Osiris da Luz Soares, Reny Vasques Farias, Rubens Corrêa da Silva, Ruth Rovere Wolff, Sérgio Antônio Rolim de Moura, Silvia Maria Rose Portinho, Solange Maria Gaspar de Oliveira, Sônia Maria da C. Francioni, Sônia Maria Dornelles de Oliveira, Vera Conceição Frões Clausmann, Yeda Garcia Petteuzzo, Zilá Alves, Zilda Maria Freitas Leite.

GERÊNCIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS

ALDRUVANDO ROSITO GUERRA - Gerente
Albertina Camargo da Silva - Secretária

ESTUDOS ESPECIAIS - ALDÍSIO ELY, Alfredo Meneghetti Neto, Antonio Carlos Dante, Denise Gros Möller, Gabriel Falcão Machado, Joaquim Ozório Pires da Silva, Luiz Roberto Palma Dias, Maria Domingues Benetti, Maria Isabel Herz Jornada, Roberto Lima Ruas.

LITORAL NORTE - ALVARISTO DO AMARAL PADILHA, Carlos Furtado Peixoto, Cícero de Moraes Junior, Hélio Passos Alcântara, Jaime Suárez Mendes, José Carlos Cheufiche Ferreira, Osmar Inácio da Silva.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ROQUE MALDANER - Diretor
Mertlene Gaber - Secretária

APOIO ADMINISTRATIVO - DÉCIO ANSON LIMA, Arlindo Jahno, Alba Silva da Costa, Albanir Renato do A. Loures, Álvaro da Silva Dias, Ana Beatriz Fernandes, Carlos Bertolli de Gouveia, César Roberto Machado, Eduardo Oliveira Corrêa, Elza Lopes Evangelista, Erotilde Duarte de Melo, Fátima Vandira Lagranha Jardim, Francisco de Assis Machado Soares, Hêlvia de Abreu Prestes, Izolina Machado Amaroçes, José Antônio da Silva, Lia Beatriz Santos da Silva, Luiz Ferreira da Silva, Lurdes Cansan, Marina Rios da Silva, Maura R. Silveira da Silva, Nair Santos da Silva, Osvaldo do Nascimento, Paulo Roberto da Silva Souza, Silvío José Ferreira, Shirley M.G. Sequeira, Tânia Maria Prates.

CONTROLE DE PROGRAMAS ESPECIAIS - JOÃO JÚLIO CARRERA DA CUNHA, Acácia V. de Andrade Stockler, Rafael Pires Bueno.

FINANÇAS - SIFREDO SCHILLER, Angela Célia Paim Garrido, Darcy Kolling, Jandira Cansan, Jorge Luiz Hennemann, José Reinaldo Hansen, Neiva Maria Abreu Fernandes.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL - IRENE CARMEN DE ALMEIDA CARVALHO, Alfredo Crestani, Maria Inês Lopes Filho, Nevy Xavier, Nôra Angela Kraemer Soares, Salete Prado Oliveira, Vera Lúcia Menezes.

GERÊNCIA DE PUBLICAÇÕES - ANTONIO GONZALEZ MOJON, Sérgio Matheus Pereira, Jane Nunes Ortiz, Suelene Moraes.

EDITORIA - LEONARDA POMPEA MASTROGIACOMO, Carlos Eduardo da Silva Valente, Celso Ramos Cristobal, Cláudio Pereira da Silveira, Edelvira Aida de Melo e Silva, Edson Luiz Ferreira Teixeira, Eleusa Brito Montardo, Elisabeth Alende Lopes, Elisabeth Kurtz Marques, Emerson Guilherme Ritter, Estêlio Mendes Pereira, Flora Idalina Rodrigues Castellá, Ieda Teresinha Koch Leal, Jadir Vieira Espinosa, Jairo dos Santos Raymundo, Luiz Fernando Weiler, Martin Wartchow, Rejane de Barcellos Schemido, Rejane Maria Bondonza Lopes, Ricardo Vieira Fernandes, Roselane Vial, Tânia Maria Danlos Buffei, Têa Northfleet, Vanilda Boese da Rocha.

REPROGRAFIA - DANILDO SEQUEIRA, Ariclair de F.B. Fernandes, Celso Luiz Formiga, Celso Túlio A. Von Flebbe, Cláudio Scapini, Clori Xavier Conde, José Antônio dos Santos, Lauro Alberto Schuch, Luiz Carlos da Silva, Marco Antônio Oliveira Pinto, Maria Leda Lígia Jambastiani, Mauro Marcelino da Silva, Pedro da Rosa, Vera Sonia Silva.